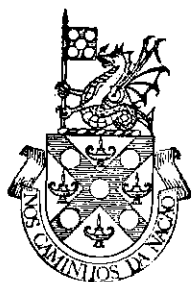

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIII — N.º 45 — JANEIRO - MARÇO DE 1988
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Ribeiro Doutor (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

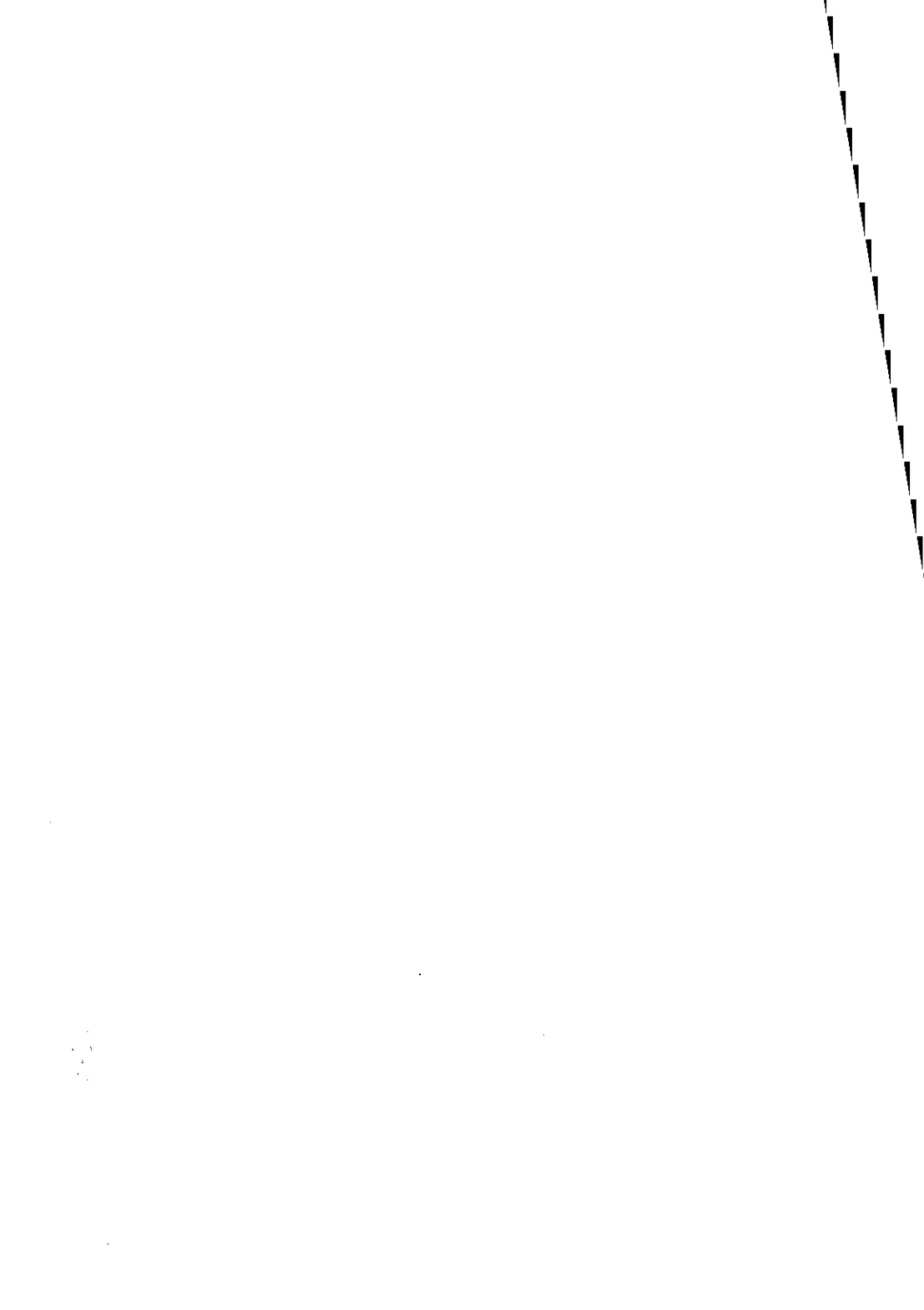
INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA NO PORTUGAL DE HOJE	11
<i>João de Deus Pinheiro</i>	
SEGURANÇA E DEFESA	37
<i>Adriano Moreira</i>	
CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL E PERS- PECTIVAS FUTURAS	53
<i>Alberto Franco Nogueira</i>	
AS COMUNIDADES PORTUGUESAS E A DEFESA NACIONAL	71
<i>Gil Pereira</i>	
LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE POPULA- CIONAL	81
<i>Manuel Brandão Alves</i>	
A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E GEOECONÓMICA DAS ÁREAS PORTUÁRIAS INDUSTRIAIS: O CASO DO PORTO	91
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
GUERRA, PAZ E COMUNIDADES HUMANAS A LUZ DA HIS- TÓRIA — ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO	103
<i>Carlos de Azevedo</i>	
ESTRATÉGIA MARÍTIMA, CARACTERIZAÇÃO E EMPREGO ...	119
<i>A. M. Quesada Andrade</i>	
A DEFESA NO MUNDO	139



EDITORIAL

EDITORIAL

É sabido e é marcante ser a Paz o desejo mais comum, porventura o primeiro, no último recôndito lugar habitado pelo homem.

Fenómeno natural e previsível, quando o homem deixa de confrontar-se com os problemas de um Universo reduzido, alargando os interesses a propor e resguardar, à dimensão mais dilatada de todos os azimutes, em nome da vida melhor que ambiciona.

Tratar-se-á, pode dizer-se, de uma Paz reveladora do ideal de viver tranquilo, física e espiritualmente, num dia-a-dia liberto de inquietações e sobressaltos.

Daí que, acima de tudo, o homem privilegie, por Segurança, o que lhe permita estar confiante, quando não senhor de uma calma espiritualidade, ou daquilo que lhe faculte a ideia de que, no amanhã, não se antevejam perigos a temer.

Nesta lógica, será inerente um crescendo de quotidiano, bom ou mau, a defender e a aperfeiçoar constantemente, à luz da matriz de Segurança.

Com o homem há vida, há criação.

E a vida, independentemente das circunstâncias, perdura, ganhando ou garantindo, em justiça e bem-estar, consoante as medidas em que assente a segurança que o fará sentir tranquilo.

Será, pois, a partir da própria vida, que a Segurança, no concreto, se haverá de articular, aumentando, com os objectivos a defender, os termos ou os campos de uma tal tranquilidade.

Objectivos forçosamente claros, consensualmente aceites e perseguidos, de efeito multiplicador da acção individual e colec-

tiva, concorrente para um desenvolvimento harmónico do todo e garante de bem-estar optimizado e de justa equidade no viver.

Assim não sucedendo, errado se demonstrará que o homem eleja a Segurança como meta prioritária da existência.

Constitui, porém, dado adquirido, a proposição generalizada, amiúde intransigente, de interesses ditos vitais, conquanto não raro antagónicos, assumida mesmo entre sociedades que se afirmam irmanadas em identidades e valores.

Interesses tantas vezes egoístas, mas que, projectados em espaços que não somente os seus e por respeitarem a tudo aquilo que afecte ou possa afectar a própria vivência, configuram nebulosos os contornos das suas pretensões.

Donde, a tranquilidade que para si mesmas se reclamam acabará conseguida, com prejuízo da de terceiros, se as medidas de segurança empreendidas desprezarem a subordinação primária, de equilíbrio, à observância do primado do Homem, como tal.

A incongruência resulta óbvia.

Invertida a equação, a almejada segurança surgirá, inevitavelmente, como elemento limitador da tranquilidade do indivíduo, em qualquer parte do conjunto.

O pragmatismo de que o homem se reclama, hoje, na defesa do interesse social e sob a capa de uma ampla convivência humana, despida de fronteiras, tende, inexoravelmente, a favorecer uma visão de Segurança sob a óptica conceptual de uma racionalização política, em essência dogmática, no extremo, e restritiva, nalgum grau, de liberdade e direitos, físicos ou espirituais, de semelhantes.

Ao fim e ao cabo, segurança relativa, que não, necessariamente, positiva, no geral.

Esta somente será real quando fonte de enriquecimento da própria vida, de e por todos e cada um.

Segurança colectiva, no positivo, torna o homem obrigado a confiar no próximo, tanto como em si próprio.

Um desiderato só possível de resolver se as sociedades e as Nações potenciarem, voluntariamente, as intenções tantas vezes proclamadas de solidariedade.

Uns haverão de acreditar nos outros e estes, em contrapartida e iniludivelmente, terão de provar que podem e devem ser objecto de confiança.

Segurança não dá Vida, que já existe, exigindo-se-lhe, em concomitância, que não ignore as pessoas e o seu quotidiano.

As melhorias qualitativas e a tranquilidade desejadas pelo homem dependerão do modo como as medidas de segurança adoptadas, tendo em vista o bem comum, provejam à justiça por igual, condicionem o desenvolvimento de alguns e concedam à Vida — valor supremo — a dignidade e o respeito que merece.

1940



GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA
NO PORTUGAL DE HOJE

João de Deus Pinheiro

100



GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA NO PORTUGAL DE HOJE (*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O PORTUGAL DE HOJE

A CONJUNTURA INTERNACIONAL (*Numa perspectiva E-W*)

— A URSS e o Bloco Soviético

— Os EUA

— A Europa Ocidental

OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA EM 1988

— O Grande Desígnio

— Participação na NATO

— CEE

— Cooperação

— Espanha

— Os Organismos Multilaterais

— Comunidades Portuguesas

— Timor

FECHO

(*) Comunicação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, efectuada no Porto, ao CDN/88, em 18 de Fevereiro de 1988.

INTRODUÇÃO

Cumpre-me, antes do mais, agradecer a oportunidade de poder reflectir em voz alta, e perante tão qualificada audiência, sobre alguns dos temas da nossa política externa.

Política externa que tem mantido ao longo dos tempos modernos uma consistência significativa no que respeita aos grandes eixos em que se fundamenta.

Política externa que por isso tem sido retratada de forma repetitiva nos diferentes Programas dos Governos Constitucionais e cujas raízes se podem mesmo vislumbrar em décadas antecedentes ou mesmo em séculos precedentes. Daí o consenso que merecem e a razão por que apresento esses eixos como grandes desígnios de Portugal. À sua leitura, no presente, me referirei mais adiante, envolvendo-se já numa óptica estratégica à luz do enquadramento internacional e dos dados intrinsecamente nacionais vigentes.

O PORTUGAL DE HOJE

Portugal vive hoje um ciclo novo na sua história política recente: — Terminado o Império, diluído que foi o turbilhão revolucionário, viu em Julho de 1987 ultrapassada a fase da instabilidade governativa, em que a sucessão de lideranças e a guerrilha político-partidária dominavam a cena política. Em suma, viu ultrapassada a fase em que os actores políticos permaneciam em cena tempo demasiadamente escasso para poderem introduzir modificações de fundo nas estruturas, nos modos de actuação e, «a fortiori», nas mentalidades.

Foi o tempo do êxito fugaz. Das grandes palavras e de poucas obras. O tempo do êxito pessoal em detrimento do colectivo e do institucional. Foi, enfim, o tempo de governos assumidos publicamente como federação de ministros e não como um órgão colectivo a governar para um todo nacional.

Hoje é o tempo da estabilidade e da eficácia. Da concretização das grandes mudanças para o desenvolvimento. É o tempo duma inflação a contar-se pelos dedos de uma mão e do crescimento do produto, do investimento e do poder de compra a precisarem de ambas as mãos para a contagem...

É o tempo das reformas estruturais, da educação à agricultura, da saúde à indústria, do trabalho à defesa, e, acima de tudo, de mentalidades.

E é também e muito especialmente o tempo de referir a eficácia ao êxito em matéria de política externa.

Política externa que terá de ser sempre o espelho da política interna e nela se fundamentar, mas que deverá em todas as circunstâncias pautar-se pela preocupação de cumprir os grandes desígnios nacionais, gerar consensos tão alargados quanto possível, de ser uniforme e globalizada para que na frente externa se tenha uma só voz.

É, portanto, na base de um Portugal renovado, reencontrado consigo próprio, cioso da sua história e da sua cultura, defensor da democracia e liberdade, unido perante o exterior, em fase de desenvolvimento acelerado — económico e social — que hoje temos de raciocinar.

E, sejamos objectivos: — o horizonte real da estabilidade estende-se por largos anos, pelo que importa delinear estratégias não principalmente para o curto mas para o médio e longo prazos, inventariar não apenas o potencial visível mas fazer apelo aos potenciais latentes, acreditar não apenas nos portugueses de hoje mas apostar nos que ainda designamos por «homens de amanhã».

É também o tempo de eliminarmos definitivamente fantasmas e complexos que no passado recente nos diminuíram na cena internacional. De acabar com miserabilismos estéreis, de acreditar que somos tão capazes quanto outros. De acabar com esta auto-castração do nosso querer e do nosso poder.

Já uma vez o disse e hoje repito — a nossa história e a nossa cultura fazem dos portugueses um ponto de referência crucial da história mundial. Assumamos essa condição quase aristocrática! Deixemos de andar de cabeça baixa a pedir desculpa de termos sido uma potência colonial, de não termos sido sempre uma democracia, de não sermos os mais ricos do mundo.

Somos dos mais pobres de um clube de ricos que é a CEE, mas... fazemos parte desse clube.

E mais: hoje sabemos o que queremos e que depende de nós, e só de nós, deixarmos de vez a lanterna vermelha da Comunidade.

Nunca, em termos históricos, houve lugar ao terceiro mundismo em Portugal e tudo indica que jamais haverá, pois as portas do Primeiro Mundo começam a entreabrir-se.

É este o Portugal novo que pode AGIR e não apenas REAGIR, que é respeitado internacionalmente, que vai na senda do desenvolvimento, que importa ter em conta no projecto do nosso envolvimento externo.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL (Numa Perspectiva E-W)

A URSS e o Bloco Soviético

Bastaria uma leitura apressada das revistas de política internacional dos últimos dois anos para verificar que o advento de Gorbachev na liderança do Bloco Leste e as suas propostas de Perestroika vieram obrigar a todo um repensar das posturas relativas face ao Bloco Leste.

Até ao momento, a PERESTROIKA caracteriza-se fundamentalmente por uma excepcional campanha de imagem de um novo líder junto do OCIDENTE, ajudado pelo lançamento do seu livro com aquele título (e que mais parece obra de um dissidente do regime...).

A par desta imagem distendida têm sido ventilados alguns indícios de cedência soviética relativamente a outros conflitos regionais — casos do Afeganistão e Angola —, sem que contudo se possa pôr em evidência qualquer efectiva modificação na política de expansão e intervenção da URSS.

Houve, é certo, o acordo americano-soviético sobre os mísseis de alcance intermédio — INF — mas importará ter presente que tal acordo — proposto pela NATO em 1979 — não conflitua com os reais interesses soviéticos.

Com efeito, não obstante os significativos progressos no campo das indústrias de defesa e de espaço, a URSS e seus aliados são hoje sociedades em resvalamento para a obsolescência. Num mundo em que a inovação e a criatividade são cada vez mais a chave do desenvolvimento e do progresso, confronta-se — a URSS (e o Bloco Leste) — com uma sociedade rigidificada, burocratizada, cinzenta.

A Perestroika não é uma opção. É a única acção dos Soviéticos para se poderem manter como uma potência mundial, opção aliás assumida, já há alguns anos, por esse outro colosso que é a China.

O desafio é de tal ordem que não é possível ao Bloco Leste assumi-lo sem reduzir substancialmente o esforço em armamento e sem recorrer a capacidades de financiamento e gestão do Ocidente e em particular da Europa Ocidental.

É essa prioridade europeia da União Soviética que me parece não ter sido ainda plenamente entendida e muito menos analisada nas suas implicações futuras.

Ter-se-á compreendido no Ocidente que uma das principais armas políticas — senão a principal — é a sua opinião pública?

Ter-se-á entendido que o esforço de «marketing» da imagem de Gorbachev tem precisamente isso em consideração?

Ter-se-á antecipado que ao apelo de Gorbachev ao neutralismo nórdico se seguirá inevitavelmente apelo semelhante ao Mediterrâneo e mais tarde aos chamados países continentais?

E ter-se-á compreendido que a União Soviética dispõe de um «ás de trunfo» para poder dividir e obrigar o Ocidente e que se chama «reunificação da Alemanha», objectivo que está expresso na Constituição da RFA e manifesto na sua população (ora reavivado pelo fluxo de 1/3 da população do Leste à RFA em cada ano...)?

Ter-se-á constatado que a inclusão das temáticas do pleno emprego, da plena habitação, da plena saúde se destinam a desviar a temática dos direitos humanos de questões como liberdade de expressão, liberdade de circulação, da liberdade, em suma?

São de facto os direitos humanos, tal como os aceitamos e os define a Declaração Universal dos Direitos do Homem e convenções decorrentes, a grande «pedra de toque» da Perestroika soviética, e é nesse ponto que os progressos são extremamente escassos.

Nessa óptica a posição do Ocidente não pode, no nosso entender, ser outra senão a de clara reserva, aguardando confirmação do que até agora não ultrapassou muito as boas declarações...

Portugal tem com os países do Leste, hoje (repito hoje), relações Estado a Estado, baseadas em interesses globais divergentes mas assentes no pragmatismo e na cooperação em áreas de interesse e benefício comum, numa perspectiva de manutenção e aprofundamento do diálogo com todos os povos do Mundo, sem interferências no plano interno de cada um.

Nesse aspecto não posso deixar de reconhecer a mudança qualitativa da atitude da URSS ao assumir uma relação Estado a Estado com Portugal (à semelhança do que já ocorria com os nossos parceiros da CEE) na sequência do encontro que tive em Setembro de 1987, em Nova Iorque, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Schevarnadze, e dos encontros havidos

com o Presidente Gromiko e o Secretário-Geral Gorbachev durante a visita do Presidente da República à União Soviética em Dezembro passado.

Abriam-se assim novas possibilidades para um relacionamento mais profundo nos planos político, económico e até cultural, porque despido das ambiguidades do passado.

Os EUA

Como charneira de toda a estratégia do Ocidente e como a nação mais poderosa do Mundo, ter-se-á que ter sempre em atenção o modo de estar e de pensar em dominância nos EUA.

Tendo ocorrido duas vezes em defesa de uma Europa ameaçada por hegemonismos não democráticos, tendo ajudado à reconstrução da Europa através dum imaginativo Plano Marshal, tendo sido o grande impulsor — pela importação — do desenvolvimento do Japão e mais recentemente de outros novos países industrializados do Pacífico, os EUA foram erigidos à função de «rich & powerfull brother» de todo o Mundo Ocidental.

Porém, as grandes cedências e porventura o excesso de liberalismo da economia americana, especialmente na zona do Pacífico, e como via para aumentar a sua influência em detrimento do Bloco Leste ou da China, induziram situações intestinas que tiveram repercussão no bem-estar dos seus cidadãos.

O défice comercial e o próprio défice orçamental esboçaram descontentamento e preocupação e induziram a curto prazo não só uma significativa desvalorização do dólar mas também o chamado «crash» bolsista de profundo impacto na confiança dos agentes económicos e na opinião pública americana.

Não surpreende, assim, que ao aproximar-se um período eleitoral sem candidatos óbvios (a corrida está aberta a mais de meia-dúzia...) se hajam reacendido tensões e tenham ganho espaço os analistas e decisores que reclamavam de há algum tempo maior protecção, maior isolacionismo, maior nacionalismo.

Reavivou-se a questão do «burden sharing» com os aliados europeus e asiáticos (e em especial no quadro da NATO), reforçou-se o conteúdo nacional do SDI e o termo «decoupling» apareceu com mais incidência em discussões no âmbito da NATO.

Simultaneamente assistiu-se à erosão do poder da Administração «vis à vis» ao Congresso, consequência da situação eleitoral corrente e que corresponde teoricamente a uma menor capacidade de afirmação dos EUA como padrão do Ocidente.

Tendo consciência do que se acaba de dizer, é contudo curial que se não atribua excessiva importância às aparentes fraquezas dos EUA na medida em que dispõem, de facto, do controlo de todas as variáveis que podem inverter o processo.

Mais: importa não esquecer que em todas as circunstâncias a defesa e a economia norte-americana têm na Europa um pilar indispensável, quer ao seu bem-estar quer à sua segurança, já que seria inevitável um concerto europeu — com hegemonia da URSS — a partir do momento em que os EUA se retirassem.

Trata-se, obviamente, de um quadro teórico de tal modo afastado da realidade que se não conhecem estudos estratégicos credíveis que o perfilhem. Isto é, trata-se de algo que os EUA têm recusado liminarmente.

Nesta óptica compreende-se a preocupação norte-americana em manter e actualizar a Aliança Atlântica, procurando adaptá-la progressivamente aos seus novos interesses.

Do ponto de vista europeu a evolução das posições norte-americanas vão causando alguma preocupação no pós-INF e no antecordo «armas químicas» e «armas convencionais». É neste espírito que se enjeita e se rejeita a hipótese de total desnuclearização da Europa: os Europeus sabem, por experiência própria, que só conseguiram uma paz de 43 anos pela dissuasão nuclear. Sabem também das suas vulnerabilidades no convencional puro, e ainda que este é bem mais caro que o nuclear.

Defende-se assim a manutenção da doutrina estratégica da NATO da resposta flexível e, por conseguinte, dos meios nucleares de retaliação que sejam suficientes para conservar o efeito dissuasor e se insiram num leque de opções de resposta que assegure um grau adequado de imprevisibilidade e de risco para o adversário.

Contrariando a ideia do «decoupling» entre os pilares europeu e americano é curial a manutenção das forças americanas convencionais na Europa pelo papel psicológico e de dissuasão que desempenham.

Mais controversa é a teoria sustentada por alguns para operações «out of area» no âmbito da NATO, carecendo de aprofundamento o pensamento

estratégico neste sentido pelas consequências profundas que acarreta para o espírito e funcionamento da Aliança.

Aspecto igualmente relevante no contexto europeu tem sido a recente revitalização da UEO assumida em HAIA, no decurso de 1987, e que denota condições para vir a constituir não só um «forum» privilegiado para a discussão da segurança europeia, mas também como via complementar de reforço do pilar europeu da NATO, constituindo-se em gérmen a activar consoante as exigências o impuserem.

Entendem-se assim os recentes desenvolvimentos bem como a política de namoro sem consumação que vem sendo seguida quanto ao alargamento a Portugal e Espanha, sugerindo a persistência de teses antigas de que a defesa da Europa Central se faz para lá dos Pirenéus ou não se faz.

Esta linha de pensamento convencional tem entretanto vindo a evoluir pelas novas capacidades e mobilidades dos meios de ataque, defesa e controlo, não sendo de excluir a hipótese de, a relativamente curto prazo, se proceder ao alargamento, especialmente no caso de Portugal cuja plena integração na estrutura militar da NATO lhe proporciona uma boa creditação.

Recorde-se que Portugal se dispôs a entrar em 1984, não tendo denunciado essa vontade desde então. Nesta medida caberá à UEO formalizar (ou não) o convite de adesão, que Portugal ponderará.

A Europa Ocidental

A construção de uma União Europeia fundada nos princípios da democracia pluralista, no respeito pelos direitos dos cidadãos, a chamada uma Europa de Pátrias, tem vindo a ganhar corpo e espaço desde a assinatura do Tratado de Roma.

O alargamento a Portugal e Espanha (e já anteriormente a inclusão da Grécia) constituiu um passo qualitativo fundamental na ultrapassagem dos conceitos pura ou predominantemente económicos das Comunidades. Mas trouxeram-lhe também, para além de uma cultura rica e multissecular, um novo relacionamento com espaços extra-europeus (por onde Portugal e Espanha andaram durante séculos) e designadamente com a África e América Latina.

Mais recentemente a aprovação do Acto Único Europeu constituiu um passo crucial na construção europeia. Aí se traçam os objectivos a atingir no

horizonte próximo pela Comunidade: o estabelecimento do grande Mercado Único Europeu e o reforço da coesão económica e social do espaço comunitário, implicando uma atenção acrescida e a dotação de correspondentes meios às regiões mais pobres e mais atrasadas. Aí se estabelecem ainda as orientações para a Europa dos cidadãos, uma Europa solidária e interactiva buscando na diversidade fonte de avanço e de afirmação.

A própria cooperação política europeia tem vindo crescentemente a afirmar-se, gerando consensos importantes quanto ao posicionamento comunitário face às grandes questões internacionais.

A emergência ou reemergência da Europa das Comunidades é um facto indesmentível e que vem, nos últimos 15 anos, contrariando as perspectivas sombrias outrora delineadas.

E mais do que em estatísticas económicas, esta vitalidade europeia vem irrecusavelmente demonstrada na recentíssima aprovação do Pacote Delors, isto é, do conjunto de reformas comunitárias que permitirão concretizar os objectivos do Acto Único Europeu:

- Contenção relativa da despesa agrícola;
- Aproximação da produção ao mercado;
- Reforço da acção estrutural nas regiões mais desfavorecidas;
- Aproximação do sistema de financiamento à base proporcional e prosperidade relativa;
- Reforço da I&D e das políticas de contexto comunitário no ambiente, transportes, comunicações, comércio.

Trata-se de reformas e reorientações profundas que, em conjunto com as directivas para o Mercado Único, se estima venham a permitir um ganho de 5 por cento no PNB comunitário quando plenamente implementadas e a recuperação das regiões mais atrasadas do espaço comunitário.

A este tema me referirei de novo, no caso português, mais adiante.

OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA PORTUGUESA EM 1988

O Grande Desígnio

Ao longo da sua história, velha de 8 séculos, Portugal esteve sempre virado para o mar, tendo a epopeia marítima de 500 constituído o seu ponto mais notável — ainda hoje difícil de avaliar em toda a sua extensão.

Mar que com Espanha constituiu a nossa fronteira e que nos obrigou a enfrentá-lo face à dificuldade manifesta em, pela dimensão e demografia, nos expandirmos para o Continente.

Mar em que deixámos de dominar mas através do qual e pelo qual mantivemos sempre uma aliança privilegiada com a potência marítima dominante: primeiro a Inglaterra, depois os EUA.

Mar Atlântico que, através da História e até aos dias de hoje, nos ajudou a vincar uma identidade própria e uma autonomia não confundível nem integrável em qualquer outra.

Mar que nos trouxe um espírito e uma cultura universalistas que se confundem com uma diáspora inevitável e enriquecedora.

Mar que fez de Portugal uma nação «sui generis» claramente EURO-ATLÂNTICA, ponto de cruzamento de povos e culturas do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste.

Portugal Euro-Atlântico, eis o desígnio a prosseguir!

Participação na NATO

A participação de Portugal na Aliança Atlântica inscreve-se ou justifica-se por objectivos diversos e concorrentes: antes do mais a defesa própria perante uma ameaça — o Bloco Leste —, ameaça perante a qual e fora do quadro NATO estaríamos fragilizados. Depois, no espírito de solidariedade ocidental em defesa da manutenção de um modelo societal e de valores que entendemos preservar e ajudar a desenvolver.

Em terceiro lugar porque o espírito da Aliança tem em si mesmo o conteúdo atlântico que se casa bem com o nosso desígnio euro-atlântico.

Finalmente, porque a nossa participação na NATO distinguiu a nossa postura e importância estratégica da postura e importância da vizinha Espanha.

O Portugal estratégico, isto é, o triângulo Continente-Açores-Madeira, constitui a um tempo a guarda avançada da defesa norte-americana no Atlântico e doutra parte a plataforma mais importante para o reforço do pilar europeu da NATO.

Portugal afirma-se nesse contexto como verdadeiro elo entre os pilares americano e europeu, com uma importância estratégica tanto maior quanto mais importantes se tornarem os meios não nucleares de defesa e segurança.

Na Aliança, Portugal demonstrou no passado a sua relevância estratégica e a sua inserção no contexto ocidental como eixo primário e fundamental na estratégia global da defesa ocidental.

Nesta perspectiva pode dizer-se que pela sua posição geoestratégica Portugal está condenado a ter relações privilegiadas com os EUA, isto é, a ter uma relação atlântica permanente. Mas, por outro lado, a sua condição europeia obriga-o a co-participar no reforço dos meios de segurança e defesa da Europa.

Sejam quais forem as circunstâncias interpilares, o certo é que Portugal — como aliás a Inglaterra — está obrigado a fazer de ponte de ligação entre interesses americanos e europeus.

Não surpreende, assim, que Portugal e os EUA olhem para os seus acordos de defesa com um espírito positivo, que desejem uma actualização dos mesmos perante as novas realidades da segurança da defesa e dos interesses comuns, políticos, económicos e sociais.

Compreende-se, também, que se não devam dramatizar as previsíveis negociações luso-americanas, já que os interesses e perspectivas comuns ultrapassam de longe eventuais dificuldades conjunturais.

O que nenhum acordo pode conter em si mesmo — como aliás nenhuma relação entre Estados — é o gérmen da ambiguidade, o vírus do desentendimento ou a ausência de interesses recíprocos.

O que todo o acordo deve ter são, outrossim, mecanismos de aprofundamento, de benefício mútuo, de aceitabilidade, e sempre mais vantagens que inconvenientes.

Portugal sabe claramente o que pretende e estou certo que veremos as nossas justas pretensões satisfeitas na perspectiva do país do Primeiro Mundo que vamos ser.

Os portugueses conhecem a nossa determinação e a nossa clareza. A elas continuaremos a recorrer!

Mas a nossa participação na Aliança Atlântica não pode ser essencialmente passiva ou estática, pelo que se impõe empreender os melhores esforços no sentido de dotar as nossas Forças Armadas de equipamento moderno, de acordo com os planos em curso, e adaptar as nossas indústrias de defesa às novas realidades. Também neste campo o Governo vem trabalhando tendo como exclusiva referência o interesse nacional.

Não se espere, contudo, que o Orçamento do Estado possa ter saltos significativos. Portugal é dos países europeus com maiores percentagens do seu PNB dedicados à defesa. Tal significa que importará racionalizar e modernizar como primeira prioridade.

Importará ainda referir — porventura a propósito — os novos condicionismos derivados da inserção da Espanha na NATO e a sua eventual ligação autónoma às estruturas militares.

Antes do mais importará ter presente que do ponto de vista NATO é vantajosa a comparticipação espanhola. Tal, porém, haverá que ser conseguido sem beliscar os interesses de Portugal, até porque no passado já se demonstrou que é possível ter uma estratégia defensiva do flanco sul da Europa e da costa Leste dos EUA com base — apenas — no triângulo estratégico português.

Seria impensável admitir que a Espanha, que durante muito tempo ocupou no pensamento estratégico português o lugar de «inimigo mais plausível», passasse a ocupar o lugar de «protector mais plausível».

Refiro, aliás, que contrariamente ao noticiado, não foi aprovada no seio da NATO a proposta espanhola de articulação militar. Não só esta se revelou demasiado genérica como, além disso, suscitou, nos termos em que foi apresentada, reservas de fundo a diversos países, entre os quais Portugal, EUA e Inglaterra (mas não só).

CEE

As Comunidades Europeias têm aparecido aos nossos olhos como uma instituição marcadamente económica. Já anteriormente se referiu não ser inteiramente correcta esta asserção, pois que subjacente à ideia da CEE está um sistema de valores e uma organização de sociedade em que os Direitos do Homem e, em primazia, os seu direitos civis e políticos, são condição «sine qua non». Daí a importância da democracia parlamentar, daí a imprescindibilidade da NATO como garante, como vigilante, perante expansionismos totalitários. Daí, finalmente, a lógica irrecusável da nossa participação simultânea na NATO e CEE, como antes fora na EFTA.

A nossa adesão constituiu um marco histórico que selou a nossa democracia e nos proporcionou a hipótese de um salto qualitativo importante: a passagem do Segundo ao Primeiro Mundo, talvez já no virar do século.

O nosso atraso é sensível. Bastará dizer que o nosso PNB é inferior a metade da média europeia, que temos mais de 20 por cento da população no sector primário e com produtividades de cerca de 1/3 da média da CEE, e que apenas agora começam a emergir novos grupos empresariais de dimensão grande para o País mas na média baixa da Europa.

Contudo, temos virtualidades. A primeira é saber que não há alternativa credível à CEE. A segunda é a nossa qualidade e a nossa capacidade bem traduzida em três exemplos únicos:

- Uma revolução quase total, sem sangue e com custos sociais mínimos.
- Uma absorção súbita de quase 1 milhão de portugueses oriundos das ex-colónias, sem convulsões sociais.
- Uma adesão que nos primeiros dois anos mostrou que Portugal pode aspirar ao Progresso, tendo excedido *todas* as perspectivas, mesmo as mais optimistas.

Poderia continuar-se — felizmente — o rol das nossas virtualidades, da qualidade do Homem português — que é real —, mas bastará dizer que hoje em Portugal, mas também nas instituições europeias, se acredita que Portugal pode e sabe aproveitar as oportunidades que a CEE lhe oferece.

Prova disso é o resultado notável conseguido por Portugal na recente Cimeira de Bruxelas em que foram aprovadas as Reformas Delors.

E se para aquele resultado foi decisivo o conhecimento dos «dossiers» e a capacidade do Chefe do Governo que liderou a delegação portuguesa, não menos curial foi a capacidade e o esforço que foi desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado e da Representação Permanente de Portugal junto da CEE que durante um ano foram preparando e negociando os diferentes aspectos das reformas.

O fluxo financeiro a crescer em cada ano deverá exceder os 100 milhões de contos, sendo ainda de sublinhar que Portugal viu consagradas as suas teses quanto à especificidade da sua agricultura, da sua indústria, com a consequente aprovação de regimes de apoios especiais, como viu também ratificada a duplicação da ajuda comunitária a Portugal no plano das infra-estruturas e do desenvolvimento social.

Em suma, e para não repetir informação aprofundada e há dias divulgada pelo Primeiro-Ministro, direi que se jogava em seis tabuleiros e em todos se pode afirmar que Portugal triunfou.

O desafio é agora na frente interna onde temos de nos organizar para aproveitarmos com eficácia estes novos e importantes instrumentos.

Não posso deixar de sublinhar — correndo embora o risco da imodéstia — que a Cimeira de Bruxelas constitui uma extraordinária vitória da política externa portuguesa, quiçá a mais importante e mais decisiva para o futuro das próximas gerações e do próprio País.

(Tenho alguma curiosidade em ver onde pairam alguns críticos fáceis do Governo nestas áreas...

E os miserabilistas? Onde estarão?

Já vai sendo tempo de dizer que o miserabilismo nacional é próprio do Terceiro Mundo, raro no Segundo e ridículo no Primeiro. Importa saber crescer!)

Cooperação

O lado atlântico da nossa História tem outras repercussões contemporâneas, mormente na África Subsariana onde, terminado o Império e ultrapassadas as friezas naturais da separação, se vão soerguendo pilares perenes de um edifício cultural, linguístico, económico e humano que se delinea, no futuro, como uma entidade nova na cena internacional, ao lado da Commonwealth e da Francofonia.

Em qualquer circunstância Portugal seria sempre um parceiro singular para cada um dos países africanos de língua portuguesa, tal como é para o Brasil. Mas um Portugal membro da CEE e da NATO é certamente um parceiro mais apetecido, mais proveitoso e até mais respeitado.

E importa reconhecer que essa sua ligação especial a África e ao Brasil lhe confere no concerto europeu e mundial uma audiência acrescida.

Urge, porém, clarificar algumas das coordenadas da nova política de cooperação, eliminando desde logo os fantasmas e complexos que alguns insistem em fazer existir.

A cooperação tem também ela que funcionar sem ambiguidade, sem promessas vãs, com objectivos concretos.

A cooperação faz-se nos dois sentidos conquanto se possa admitir que, circunstancialmente, possa haver desequilíbrios nos montantes financeiros que fluem em cada direcção. Mas as contrapartidas deverão existir sempre. Não há relação duradoura se não for equilibrada!

A cooperação deve, por outro lado, ser racionalizada, atendendo às prioridades e capacidades de cada parte.

Portugal tem especial responsabilidade no que respeita à língua, à cultura e a todo o tipo de educação e formação, à saúde e à potenciação da ajuda multilateral nos «fora» em que está integrado (CEE, CE, ONU e suas agências especializadas). Aí não há substituto possível, quer pela questão linguística quer pelo conhecimento não desprezável que Portugal tem dos problemas daqueles países.

Importa reter a ideia de que muito embora se fale genericamente em PALOP's, a cooperação tem de ser, e é, completamente diferenciada em cada caso, já que cada país tem especificidades tão claras que seria um erro clamoroso pensar que as realidades se repetem.

Portugal tem responsabilidades e interesses em África que constituem um eixo fundamental da sua política externa, devendo procurar maximizar as condições de cooperação e de actuação na cena internacional que promovam a paz e o desenvolvimento daqueles países.

Angola e Moçambique vivem situações de guerra, conquanto bem distintas. De comum apenas o facto de ser a guerra condição importante de sacrifício e pobreza e de extravasar a vontade exclusiva dos nacionais.

Em qualquer destes países o estado de guerra ou de guerrilha prolonga-se há mais de 20 anos impedindo gerações de se encontrarem na construção e desenvolvimento das suas terras.

A internacionalização do conflito em Angola, com a presença de tropas estrangeiras no seu território, não pode deixar de ser analisada e contrariada à luz de conflitos regionais no contexto E-W e da política de «apartheid» da RAS.

Importa prosseguir os esforços pela paz e progresso de Angola, e apoiar os esforços de reabilitação económica, e consequente adesão ao FMI e BM, pretendidas pelas autoridades angolanas e claramente enquadráveis no espírito societal que desejamos para qualquer país do Mundo.

O Governo Português relaciona-se em exclusivo com o Governo de Luanda e rejeita qualquer interferência no conflito interno de Angola. Mas estará sempre disponível para contribuir para a Paz e o Desenvolvimento da Região.

O mesmo se passa no plano teórico com Moçambique, onde aliás a ilegitimidade da guerrilha se reflecte na directa dependência do apoio sul-africano e no seu comportamento.

Também a cooperação militar no domínio da formação, organização, logística e administração tem vindo a ser contemplada, esperando-se a curto prazo desenvolvimentos significativos neste domínio.

A política de cooperação é hoje, nesta óptica, uma política nacional que envolve todos os sectores de actividades. Mas — «et pour cause» — importa enquadrá-la e maximizar os seus benefícios, sejam eles económicos, sociais ou políticos. Isso mesmo foi entendido pelo Governo ao aprovar a globalização desta política e a sua coordenação no MNE, quer no plano interno quer na conjugação de interesses em agências multilaterais.

Neste espírito decidiu o Governo promover a fusão da Direcção-Geral da Cooperação e Instituto da Cooperação Económica num único Instituto de Cooperação dotado de maior operacionalidade e de meios acrescidos e que potenciará e apoiará as diferentes iniciativas sectoriais públicas e privadas no âmbito da cooperação.

Refira-se, aliás, na sequência das visitas dos Presidentes Eduardo dos Santos e Pinto da Costa, e dos Primeiros-Ministros Mário Machungo e Pedro Pires, além de múltiplos encontros de trabalho entre membros do Governo de Portugal e dos PALOP's, que a cooperação entre Portugal e cada um daqueles países assume hoje uma situação incomparável, para melhor, com qualquer outra anterior.

Uma vez mais aqui se prefere a eficácia ao êxito, até porque se entende a cooperação como uma política perene e, por isso, de longo prazo.

(Não será este exactamente o caminho — o único caminho — correcto numa óptica de cooperação, isto é, melhorar sempre, aprofundar, enraizar, em suma, «Hoje melhor que Ontem»?)

Não se confunda a referência a uma cooperação eficaz com qualquer cedência ou dádiva acrescida de Portugal sem contrapartida. Como disse, tal seria a cedência ao êxito em detrimento da eficácia e do aprofundamento. Também na cooperação entre Estados amigos há que defender com firmeza o interesse nacional na busca de interesses e benefícios comuns.

Ajudar Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe a tornarem-se outros Brasis eis um desiderato grande e perene!

No que ao Brasil respeita importa passar das palavras aos actos na cooperação política, económica e cultural assim que os nossos irmãos brasileiros conseguirem ultrapassar a face política actual, tão decisiva para a consolidação da sua democracia. Entretanto Portugal tem, a vários níveis e diferentes instâncias, vindo a sustentar as teses brasileiras no que respeita à necessidade de se encontrarem fórmulas imaginativas para o problema da sua dívida externa. De outro modo, pode perigar a jovem democracia brasileira.

Situação semelhante ocorre noutros grandes e pequenos países da América Latina, incluindo o México, a Argentina e a Venezuela, pondo em causa já não apenas este ou aquele país mas todo um subcontinente.

Portugal vem apoiando o grupo do Rio, não só por razões objectivas e do seu ancestral relacionamento histórico, mas também pela expressa solicitação que nesse sentido lhe foi feita pelos oito países em questão.

Assim, após a abordagem desta temática ao nível da CEE na CPE, espera-se que o próximo encontro de Hamburgo entre os 12 e os 8 possa permitir avanço concreto neste campo.

A América Latina constitui, aliás, uma das regiões que menor atenção tem suscitado do lado português nos últimos anos, não obstante os laços profundos com diversos países para além do Brasil e do reiterado desejo daqueles se aproximarem de Portugal e com este aprofundarem o diálogo e a cooperação. Por aí prosseguiremos, certos de que nessa região de futuro Portugal pode ter um papel activo a desempenhar.

Nesta mesma linha se inscreve a deliberação do Governo de revitalizar as nossas relações e ligações com os países do Magreb e da Assotiation South-East Asian Nations (ASEAN).

No primeiro caso convém relevar o caso de Marrocos ao qual nos ligam seculares laços de interacção e que constitui o nosso mais próximo vizinho depois de Espanha.

Certo é que este aprofundamento de relações já se iniciou, esperando-se poder, a curto prazo, dar um salto qualitativo no intercâmbio e cooperação, particularmente nos campos do comércio, pescas, turismo, cultura e mesmo «joint-ventures» industriais.

Importa igualmente dar alento às relações comparativamente ténues com os outros países do Magreb, designadamente a Argélia e a Tunísia, cujo posicionamento entre a Europa sulista e a Africa Subsariana não pode deixar de fazer vincar afinidades com a cultura e os desígnios de Portugal.

Partindo desta vantagem comparativa (relativamente a outros) que será o respeito pela nossa história por parte de países com quem fomos interagindo ao longo dos séculos, situa-se a relação de Portugal com os países asiáticos, designadamente a China e os Novos Países Industrializados (NPI), particularmente as Filipinas, a Malásia e a Índia.

No que à China concerne, existem excelentes condições na sequência do acordo sobre Macau para que as relações económicas e culturais possam conhecer um desenvolvimento significativo.

É nessa óptica que o Governo português vem apoiando e incentivando os contactos entre o nosso tecido empresarial e as autoridades chinesas, em particular na província de Cantão, que se revelam francamente encorajadores.

Macau representa um pólo de desenvolvimento para a própria China, um entreposto de encontro entre a Europa e a Ásia que importa potenciar com celeridade e enquanto a administração é portuguesa.

Nesse sentido se inscreverá a minha próxima visita oficial à República Popular da China, bem como a alguns países vizinhos.

Destes convirá reter, pela presença ancestral de Portugal (e pelo respeito que ela induziu), a ligação à Tailândia, às Filipinas, Malásia e Coreia do Sul.

É entendimento do Governo que se trata de uma zona fundamental na economia mundial, justificando-se uma abertura de representação diplomática e comercial para intervenção e apoio aos exportadores portugueses para aquela região.

Com uma presença secular e profunda na Índia e noutros países limítrofes, importa retroceder no processo de apagamento que tem caracterizado as últimas décadas das relações luso-indianas.

Trata-se, em primeiro lugar, de recolocar na sua perspectiva correcta as intensas relações culturais geradas, o património comum, parte dele resultante de uma simbiose única hoje conhecida por indo-portuguesa.

A Índia é um grande país, com clara e inequívoca influência não só na Ásia como no próprio contexto mundial. Uma vez mais importa potenciar o nosso valor acrescentado legado pela história.

Refiro, por último, o Japão, hoje uma das potências económicas mundiais e onde os traços da presença e influência portuguesas são ainda visíveis e respeitados.

Conhecendo-se as características nipónicas, é fácil concluir que Portugal dispõe de uma vantagem comparativa que precisa ser potenciada.

Nesse espírito entendeu o Governo dever a nossa representação em Tóquio ser «up-graded», de modo a transformá-la num posto de primeira linha com apoios nos domínios comercial, industrial, financeiro e cultural, de forma a prospectarem-se oportunidades.

Espanha

Na nossa História e, por isso, no nosso imaginário, o confronto com a Espanha é uma constante repetida (excepção feita, porventura, à Batalha do Salado...). Mesmo em período mais recente, em que Salazar e Franco personificaram regimes parelhos no autoritarismo e na pouca simpatia pela democracia, Portugal e Espanha olharam-se de través sem que a coesão se manifestasse ou a empatia prevalecesse.

Com a Espanha na NATO e na CEE a situação mudou radicalmente, já que passaram a haver zonas de interesse comum no plano multilateral que justificam uma coabitação diferente.

Repetidos encontros ministeriais e, principalmente, cimeiras de chefes de Governo de Portugal e Espanha vieram, finalmente, permitir um relacionamento normal entre vizinhos com extensa fronteira e, agora, interesses comuns e ultrapassar preconceitos menos justificados no quadro presente.

Procurou-se criar um clima aberto, sem ambiguidades, o que não significa nem sujeições, nem cedências, mas antes a vontade recíproca de analisar sem rodeios os problemas existentes e de fazer vingar também na Península as ideias força adoptadas na esfera comunitária.

Existe, naturalmente, consciência da diferença de poderes entre uma Espanha justamente classificada no grupo das médias potências e Portugal, país mais pequeno e com menor desenvolvimento. Mas existe também a plena consciência da clara diferença de individualidade dos dois Estados, da própria diferença dos seus objectivos perenes, do carácter mais continental e mediterrâneo de Espanha face à tendência atlântica de Portugal.

Também se reconheceu que a solidariedade comunitária (mesmo na ausência da ibérica) exigia a facilitação máxima da ligação de Portugal à

Europa, a co-participação no desenvolvimento de Portugal e o reconhecimento do papel singular e distinto que Portugal e Espanha tiveram e têm no mundo.

E foram significativos os avanços nos últimos seis meses no relacionamento com Portugal-Espanha. Recordo alguns exemplos:

- Apoio às especificidades portuguesas na cimeira da CEE;
- Revogação da decisão de instalar o laboratório ou cemitério nuclear em Aldeadávila pelo impacto negativo na bacia do Douro;
- Aceitação dos eixos ferroviários e rodoviários definidos como prioritários por Portugal (e que não o eram por Espanha);
- A liberalização do comércio dos têxteis como via para minorar o desequilíbrio da Balança Comercial entre os dois países (mais 20 a 50 milhões de contos de exportação portuguesa);
- A autorização para abertura de um banco português em Espanha.

Atendendo à importância destas decisões para Portugal crê-se ser o balanço fortemente positivo, e não posso deixar de me questionar sobre onde estaríamos hoje no caso de se haver seguido a tese de alguns políticos que não iriam a Espanha após a tomada de posse como se isso fosse algum símbolo de perda de soberania. Provavelmente estaríamos bramando na TV contra Aldeadávila, impondo barreiras artificiais ao fluxo comercial no que toca a importações espanholas, aliás maioritariamente de instituição, e não tendo outras vias de comunicação para a Europa que não fossem via Madrid...

Uma vez mais o que conta é a eficácia e não fantasmas passadistas enroupados de nacionalismos ridículos.

Não é nem com palavras nem pela inércia que Portugal se cumpre!

Os Organismos Multilaterais

Portugal tem — como se sabe — interesses e até vantagens comparativas importantes em várias partes do Mundo decorrentes da sua presença histórica e mesmo de Comunidades Portuguesas residentes.

Porém, tem recursos limitados que lhe não permitem uma assistência tão grande quanto desejaria no plano quantitativo.

Assim sendo, há que busear fontes de apoio e tipos de apoio complementares, destacando-se desde logo aqueles que podem decorrer de planos e programas gizados ou gizáveis em organismos multilaterais. Nestes, o factor língua e conhecimento do terreno, o facto de já sermos país cooperante, podem permitir a catálise da cooperação, especialmente em África.

Refiro concretamente o Sistema das Nações Unidas, as Comunidades Europeias e o próprio Conselho da Europa.

A palavra de ordem aqui é a de inventariar todas as possibilidades existentes, disponibilizar técnicos portugueses, fazer apelo a empresas nacionais na elaboração ou concretização de projectos.

É nossa convicção que o campo pode ser fértil, especialmente quando a intenção (já parcialmente conseguida) de articulação de esforços entre todos os países de língua portuguesa se verificar plenamente.

É assim que as nossas representações junto desses organismos promoverão sinergeticamente o grupo de língua portuguesa, disponibilizarão recursos humanos e apoiarão cada um dos países em tudo o que estiver ao seu alcance.

Outro esquema a desenvolver será o da cooperação tripartida envolvendo um terceiro país sempre que tal for julgado conveniente e vantajoso para a cooperação de Portugal. Aqui, porém, não há regras gerais e cada caso terá que ser analisado nos seus próprios méritos.

Uma coisa é certa e deve ser referida: o Governo português tem sido abordado por Governos de outros países que desejam a participação ou o conselho de Portugal em esquemas de cooperação com as nossas ex-colónias. Trata-se de um bom indício, importa que nos constituamos em catalizador e não em bloqueador das acções ou em mero espectador despetado.

Comunidades Portuguesas

No que para trás se deixa dito, fácil se torna perceber a importância de vectores co-correnciais:

- A vertente Euro-Atlântica.
- A universalidade do modo de ser e estar português.
- As virtualidades do Homem Português.
- O sentido de Pátria bem vincado e único do espaço português.

Sem pretender fazer um bosquejo histórico das razões que desde sempre nos empurraram para fora deste rectângulo ou do triângulo português, o certo é que fomos espalhando pelos quatro cantos do mundo comunidades portuguesas, ou melhor, de portugueses.

No passado designámo-los por emigrantes e neles louvámos as divisas — preciosas — que iam enviando como aforro para Portugal.

Hoje encaramo-los menos como geradores de divisas mas como verdadeiros embaixadores de Portugal, de um Portugal trabalhador e que quer vencer, e acolhêmo-los como sementes de desenvolvimento para a terra-mãe.

Importa, porém, que saibamos, à semelhança de outras comunidades, organizar os luso-descendentes para que possam mais facilmente fazer vingar os seus anseios e legítimos direitos para que, como força organizada, tenham influência na política dos países de acolhimento.

Também a existência destas comunidades, disseminadas um pouco por todo o lado, constitui e mais constituirá, no futuro, uma vantagem comparativa de Portugal que não deve ser desprezada.

Uma vez mais, agora através das nossas Comunidades, Portugal tem ocasião para promover o encontro e a simbiose de Povos e de Culturas.

Daí a importância pelo Governo atribuída à política para com as Comunidades, a preparação dos instrumentos novos que hão-de a curto prazo permitir uma mais consistente difusão da nossa língua e da nossa cultura, procurando captar as segundas e terceiras gerações para a ideia do Portugal novo, com base numa história rica e cheia de legítimas esperanças no futuro.

Neste Portugal de Comunidades cabem todos, mas para que a terra-mãe lhes não seja uma vez mais madrastra, importa conferir-lhes o estatuto social e político a que, na linha do que disse, têm direito.

Chamá-los a participar neste novo salto de Portugal para a modernidade, como empreendedores com provas dadas, como parceiros bem-vindos, eis uma tarefa que transcende ideologias, que ultrapassa Governos e se deve assumir como tarefa consensual do nosso todo.

Timor

Deixei propositadamente para esta altura a referência a um espinho cravado no optimismo com que me venho referindo à nossa política externa. Refiro-me a Timor onde uma população que viveu durante séculos à sombra

da bandeira portuguesa, imbuída de uma cultura e de uma religião singulares, se vê hoje impedida de exceder o seu legítimo direito à autodeterminação e onde os direitos humanos são continuamente espezinhados.

Timor, onde o Direito Internacional e os direitos humanos parecem por vezes incómodos face à vontade de alguns países com responsabilidades que optam por uma convivência de conveniência com a Indonésia — grande potência local e parceiro comercial com importância.

Portugal espera que o mandato conferido ao Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa e internacionalmente aceitável, designadamente à luz da Carta das Nações Unidas e das Resoluções 1514 e 1541, possa ser cumprido. Mas tal não poderá significar o abdicar dos princípios fundamentais por que nos guiamos: livre escolha do seu destino pelos timorenses e garantias da preservação dos seus valores culturais, étnicos e religiosos.

Continuamos a chamar a atenção para a situação em Timor, particularmente nos «fora» internacionais a que temos acesso, e bem recentemente na Comissão dos Direitos Humanos (CDH) em Génève, tornando-nos incómodos, se for caso disso, mas na convicção de que a força da nossa razão não se pode vergar à razão da força.

Trata-se de uma causa de todos, de todos quantos respeitam os princípios da liberdade, da democracia e dos direitos do homem.

Por isso não desistiremos!

FECHO

É manifestamente impossível tratar aqui e agora a totalidade dos assuntos que ocupam a nossa atenção em matéria de relações externas, ou, sequer, aprofundar devidamente os que foram abordados.

Assim sendo, procurei na minha exposição um duplo objectivo: focalizar os capítulos mais candentes e, em paralelo, ir delineando a estratégia de fundo do Governo.

Julgo — sem imodéstia — que a acção do Governo tem sido esclarecida e consistente e, mais do que isso, tem sido eficaz como o demonstraram inequivocamente os resultados alcançados em seis meses nos «dossiers» principais: CEE, NATO, ÁFRICA, ESPANHA, TIMOR, MACAU e COMUNIDADES.

Rejeito por isso, vigorosamente, algumas críticas que, imbuídas de claro sentido partidário, têm procurado enfraquecer ou diminuir a acção do Governo, seja em África, seja com a Espanha, CEE ou NATO.

Não fora o prejuízo para a acção externa do Estado que podem induzir, nem valeria a pena referi-las, tal o ridículo com que o tempo acaba por as cobrir.

Mas desiludam-se todos quantos pensam conseguir minar a determinação do Governo, e em particular na área que mais me concerne.

Somos pelo diálogo sério e construtivo em prol do interesse nacional, e temo-lo provado em várias instâncias.

Mas não hesitaremos em denunciar a crítica menos séria ou a que apenas nos critica por estarmos a cumprir o nosso Programa do Governo e não o programa de pequenas oposições.

Ao êxito fugaz continuaremos a preferir a eficácia. Ao sentido partidário o sentido de Estado!

Porque só assim seremos dignos deste Portugal apaixonante!

João de Deus Pinheiro
Ministro dos Negócios Estrangeiros

SEGURANÇA E DEFESA

Adriano Moreira

SEGURANÇA E DEFESA

1. Segurança e defesa são conceitos tradicionalmente inseparáveis, porque se o primeiro significa «the guarantee of safety», e portanto *o conjunto de providências que tornam a guerra improvável, que colocam as negociações como anteparo da beligerância, e procuram assegurar a paz como situação normal entre os Estados* (Roger Scruton), também o mesmo conceito, quando qualificado de segurança nacional, faz evidenciar todos os objectivos da defesa — isto é, numa primeira aproximação, *a preparação dos meios dissuasores da agressão ou capazes de a deter* ⁽¹⁾.

Acontece que as políticas de segurança nacional, tal como se desenvolveram em todos os tempos, e muito particularmente na época que vivemos depois da última guerra mundial, podem ter como efeito perverso a insegurança geral, que se exprime hoje na corrida armamentista, na variação qualitativa das maneiras de fazer a guerra (nuclear, química, bacteriológica, meteorológica) e na perplexidade sobre os métodos e vontade de controlar, limitar e fiscalizar os armamentos.

Parece termos chegado assim a uma situação de insegurança geral sem possibilidade de construir uma defesa que lhe corresponda, porque aquela abrange as totalidades do planeta e do género humano, e a segunda não consegue ultrapassar a dimensão dos poderes políticos autónomos ou coligados regionalmente.

Esta situação foi assumida pelo próprio Mikhail Gorbachev, que intitulou o seu livro-mensagem, aparecido em 1986, *O futuro pacífico do nosso planeta*, e, diringindo-se especialmente aos leitores espanhóis, escreveu estas palavras: «Os preconceitos ideológicos, um pensamento estereotipado, a falta de desejo e de habilidade para tomar em consideração as exigências do século nuclear ainda estão presentes nas actividades universais. Fazem falta os métodos políticos para acabar com a ameaça do pesadelo nuclear e garantir firme-

⁽¹⁾ Roger Scruton, *A dictionary of political thought*, Nova Iorque, 1982.

mente a segurança de todos os Estados, tanto grandes como médios e pequenos. Cremos que nesta tarefa, penetrada de um significado histórico, devem fundir-se os esforços de todas as nações: socialistas, capitalistas e em vias de desenvolvimento» (2).

2. É fácil notar, mas não deve omitir-se, que a situação assim assumida pelo dirigente supremo de uma das superpotências, que é a URSS, se inscreve numa evolução de poucos anos, os que decorrem entre a assinatura da Carta da ONU e os nossos dias, e que demonstra que foram os responsáveis pela segurança mundial que provocaram a insegurança em que vivemos.

De facto, a *Declaration by United Nations*, assinada em 1 de Janeiro de 1942 pelo Presidente Roosevelt, pelo Primeiro-Ministro Churchill, e pelos embaixadores da URSS e da China em Washington, proclamava o objectivo de um largo e permanente sistema de segurança geral, sem indicação de meios. Era mais fácil porem-se de acordo sobre a liberalização da economia mundial e o alargamento das áreas de descolonização ou autodeterminação. A solução encontrada para a segurança, e hoje esquecida e nunca debatida, foi a do Conselho de Segurança.

Este Conselho, previsto no Capítulo V da Carta da ONU, foi definido como um órgão que agia em nome de todos os membros da organização, com a competência necessária para eventualmente usar a força armada (art.º 44), com a assistência de um Estado-Maior (Military Staff Committee) composto pelos Chefes de Estado-Maior dos membros permanentes do Conselho. E aqui esteve o facto que haveria de revelar-se como o ponto de partida do processo que, em vez de conduzir ao objectivo da paz e segurança gerais, levou à insegurança mundial sem defesa, em que nos encontramos.

A posição aristocrática dos membros permanentes do Conselho (EUA, URSS, França, Inglaterra e China), com o seu direito de veto, não tornou possível a montagem e operacionalidade dos mecanismos previstos: dois dos membros permanentes adquiriram o estatuto político não previsto de superpotências, e cada um deles entendeu a *segurança nacional* como abrangente de todos os seus *sistemas vitais* soberanamente definidos, de tal modo que produziram exactamente a situação que o Conselho se destinava a evitar (3).

(2) Gorbachev, *El provenir pacífico de nuestro planeta*, Barcelona, 1986.

(3) Ruth B. Russel, *A history of the United Nations Charter*, Washington, 1958.
David M. Abshire e Richard V. Allen, *National Security*, Nova Iorque, 1963.

A segurança e defesa de cada uma das superpotências — segundo a regra «my country right or rong» — foi encarada de acordo com os conceitos tradicionais: ambas se definiram como *Estados em movimento*, isto é, sem fronteiras definitivas de interesses, o que implica que tais fronteiras não sejam necessariamente físicas, e possam ser, designadamente, económicas, financeiras, culturais, ideológicas ou políticas; que tenham uma definição dos seus interesses específicos mundiais, em função da unidade real do eventual teatro de operações; que distingam entre tais *interesses mundiais* e os *interesses regionais* aos quais eventualmente prestam uma garantia instrumental. Com esta expressão queremos significar que a solidariedade que concedem, expressa eventualmente em alianças, e dada aos interesses regionais, é funcional e dependente da relação favorável com a segurança e defesa dos seus interesses vitais, unilateralmente definidos. Provavelmente o General De Gaulle foi o estadista que mais cedo apreendeu a realidade do processo em curso, para além da imagem proclamada no após-guerra e dos mecanismos das alianças que vieram a ser instituídas, cada uma tendo uma das superpotências como Estado director.

Esta situação já era evidente em 1949, quando Alceu de Amoroso Lima, longe do mais ameaçado campo de batalha que é a Europa, declarava que «a Rússia estaliniana não absorveu apenas as tendências ditatoriais de um socialismo de batalha, de origem ocidental, mas é absolutamente fiel às próprias linhas de força da sua formação histórica isolacionista, orientalista, imperialista e absolutista»⁽⁴⁾. E também não escapou a homens como Fulton Sheen, Maritain e Gilson, apoiantes da necessidade de encontrar uma nova via para obter a segurança geral então já vista em perigo. Inquietação que encontrou expressão num documento hoje razoavelmente esquecido, a encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII. Tendo posto em evidência três dos pontos que caracterizam a evolução histórica contemporânea — *a ascensão da classe operária, a promoção da mulher e o fim da era colonial ocidental* — advertia contra a separação do mundo em blocos antagónicos, apelava sem êxito para a necessidade de prestigiar a ONU, sublinhava a urgência de trabalhar por uma *comunidade universal*, condenando o armamentismo, o isolacionismo, o imobilismo, o intervencionismo, a guerra e, de modo geral, todos os métodos violentos⁽⁵⁾.

(4) Alceu de A. Lima (Tristão de Athayde). *Memorando dos 90*, Rio de Janeiro, 1984, pág. 20.

(5) Alceu, cit., pág. 45-50.

Nenhum dos apelos foi eficaz, e nada impediu a evolução para a situação de insegurança geral sem defesa correspondente em que nos encontramos, para o verdadeiro condomínio mundial a que chegaram as superpotências, as quais decidem directamente, sem intervenção das instituições mundiais ou regionais, o destino comum da humanidade, mas em função dos seus interesses vitais. E, todavia, não faltam os testemunhos descritivos das situações intoleráveis, não faltam declarações reconhecendo «o carácter ilusório da pretensão de fazer frente a pressões hegemónicas de grandes potências económicas e científicas a partir da debilidade de soberanias dispersas e sem comunicação» (6).

Tudo nos demonstra, portanto, que cuidamos dos problemas da defesa e segurança de cada Estado em face de uma conjuntura de insegurança mundial que não tem sistema de defesa autónoma possível, dentro da experiência histórica disponível, numa situação que faz lembrar constantemente o conceito expresso algures por Einstein: *«nos momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento»*.

3. A interdependência mundial, resultado mais da explosão técnico-científica do que de uma ética que se atrasou, a realidade da existência de um teatro estratégico planetário, a simultaneidade da informação, a submissão de todo o género humano a iguais ameaças, tudo aponta para o reconhecimento da existência dos factores que usam gerar o reconhecimento de um bem comum, agora finalmente respeitante à terra inteira e à totalidade dos seus habitantes.

Segundo a lição dos clássicos, como Suarez, uma comunidade apresenta-se como dona de um poder político, mas o facto é que este elemento não desponta por nenhuma das vias previstas por Chardin, isto é, o consentimento geral para um governo comum, ou a imposição de um poder existente que se expanda até ao domínio geral.

Não é que falem sinais de que cada uma das soluções previstas tem defensores e começos de acção, de que são evidentes as tentativas de organizar os patamares dos grandes espaços e da regionalização, mas nada pode esconder o facto da insegurança geral causada pelo uso dos velhos métodos das soberanias em defesa dos interesses vitais, e que a generalidade dos países

(6) Federico Mayor Zaragoza, *Mañana siempre es tarde*, Madrid, 1987, pág. 81.

não tem um poder autónomo capaz de organizar a defesa dos interesses próprios, que também considera vitais.

Em resumo, os interesses vitais da humanidade não possuem um sistema próprio de defesa, a começar pela defesa da paz, pelo que estão na completa insegurança; os países podem definir aquilo que consideram os seus interesses vitais, mas raros, se algum, possuem as capacidades necessárias para organizarem a defesa da segurança desses interesses autonomamente. A igualdade da lei internacional para todos os Estados talvez nunca tenha andado tão afastada da igualdade de todos os Estados perante a lei internacional. As classificações correntes — *superpotências, médias e pequenas potências, e Estados exíguos* — são a demonstração desta situação angustiosa, e tendem para uma simplificação que reduza os termos da escala em função da realidade da relação entre os interesses vitais de cada um e a capacidade de responder às ameaças, que não são predominantemente agressões militares em perspectiva.

4. Apenas para orientar a reflexão, e portanto sem necessidade de aprimorado rigor metodológico, tentemos seriar os clássicos temas da relação entre a segurança e a defesa, para depois imaginarmos, segundo o conselho lembrado de Einstein, as respostas alternativas possíveis na conjuntura de hoje. Lembrando ainda que, no mundo interdependente em que nos encontramos, se aproxima de um artifício metodológico a distinção entre *segurança externa* e *segurança interna*, como os factos demonstram de uma maneira progressivamente inquietante.

a) Existe uma marcada tendência para estabelecer uma relação necessária entre *defesa* e *forças armadas* no plano organizacional, e entre *defesa* e *agressão externa* no plano funcional. Existem razões históricas para esta conceptualização operacional, em face da experiência, que foi longa, concentrando-se a noção de ameaça sobre a eventual, e frequente, agressão vinda do exterior ou dirigida ao exterior. Mas a época das revoluções, cujo início podemos convencionalmente marcar com a independência dos EUA, começou a tornar evidente que a segurança dos elementos constitutivos do Estado — território, povo e poder soberano organizado —, a qual segurança integra os valores *conservação* e *desenvolvimento*, dá ao conceito de defesa uma função plural e que esta função é mais abrangente do que o instrumento militar.

Não existe, consequentemente, uma relação necessária entre defesa e uso das forças armadas, sendo antes discutido se as forças armadas devem ter apenas uma função exclusiva de resposta à agressão armada vinda do exterior, ou se tal regra, sendo admitida, também comporta excepções.

Deixando esta questão em suspenso, para ser resolvida segundo critérios políticos variáveis de regime para regime, a segurança encontra um primeiro instrumento na acção diplomática que, segundo a definição do *Oxford English Dictionary*, se traduz na «*condução das relações internacionais por meio de negociações*», dispensando o recurso à força e à própria lei internacional, embora um dos seus principais objectivos seja persuadir a outra parte a aceitar soluções decorrentes do direito internacional. Por outro lado tal acção tem de basear-se num poder nacional, se a expressão puder ser usada em sentido ideologicamente neutro, e este tem que ver com a disposição e credibilidade da população que se revele dissuasora de qualquer agressão, esta com a propaganda relacionada com a agressão ideológica, também com os sectores económicos cuja eficiência condiciona o próprio braço armado, com a investigação científica e tecnológica de que dependem as técnicas militares e as doutrinas estratégicas. O que tudo significa que a *defesa tem um carácter global* que deve traduzir-se, *operacionalmente, na cooperação racionalizada de todos os aparelhos administrativos públicos e privados*, e deve traduzir-se, *a nível de direcção política, na intervenção convergente e consensual dos órgãos de soberania*.

b) A questão que ficou em suspenso, da agressão interna e da função das forças armadas em tal caso, deve ser especialmente considerada, porque cada vez mais a *agressão interna tem origem no estímulo e apoio externos*, diferenciando-se nesse caso da *agressão interna que tem origem no próprio aparelho do Estado ou nas bases que possuem o poder de sufrágio mas preferem recorrer à força*.

No primeiro caso são organizações externas, nem sempre estaduais, que evitam chegar ao escalão do conflito internacional, usam a agressão indirecta utilizando a estrutura social do agredido, procurando desagregar a decisão e credibilidade, designadamente por via ideológica.

No segundo caso é geralmente o regime político que está em causa como objecto da agressão, com ou sem intervenção das forças armadas e com ou sem apoio externo, revestindo a natureza do *golpe de Estado* ou a de

acção subversiva ou *revolucionária*. Nesta última hipótese — *revolução ou subversão* — é o aparelho constitucional que exerce a defesa; mas, na primeira, não podendo ter-se como assente que uma parte dos órgãos estatais poderá exercer uma defesa eficaz contra a agressão de outros, o *direito de resistência* cobre as acções não programadas da própria colectividade, o que significa que é realmente, neste caso, a defesa das forças políticas dominantes que está posta em causa. Portanto, conforme as circunstâncias imprevisíveis, é umas vezes *Estado-Comunidade* o valor a defender contra a agressão (em regra exterior), outras vezes é o *Estado-aparelho* que é posto em causa (em regra agressão interior, que pode ter origem e apoio externos).

5. A função das forças armadas na defesa da segurança do Estado-Comunidade contra as agressões externas não provoca discrepâncias, embora as dúvidas sejam fundadas quanto à questão de saber se a agressão externa não se manifesta com frequência dentro do âmbito territorial definido pela fronteira, invertendo a trajectória tradicional anterior ao fenómeno da simultaneidade da informação, e da aldeia global, um dos choques do futuro que já existem no presente⁽⁷⁾. A agressão interna estimulada do exterior, ou agressão indirecta se a quisermos distinguir conceitualmente, tem para o agressor a vantagem de evitar o conflito internacional aberto, com a escalada proporcional aos meios disponíveis, e o uso desagregador da arma ideológica, respeitando formalmente a defesa da segurança internacional dos territórios de que se ocupam as constituições, o direito internacional, os tratados que especialmente visam a segurança colectiva. Esta questão tem menor importância nos Estados totalitários ou de partido único, porque nestes não há, por definição, distinção entre comunidade e aparelho do Estado, nem as forças armadas vêm a sua função definida atendendo à distinção entre agressão externa directa, agressão externa indirecta, ou agressão interna. A agressão é considerada globalmente.

Pelo contrário, nos países que obedecem ao modelo das democracias ocidentais, e sobretudo aqueles que foram objecto de uma modificação revolucionária em tal sentido como aconteceu em Portugal, ou por consenso como está a acontecer no Brasil, a questão tem uma importância proporcio-

(7) Alvin Toffler, *Le choc du futur*, Paris, 1971, pág. 335.
Edgar Morin, *Para sair do século XX*, Rio, 1986, pág. 55.

nal à função que as forças armadas desempenharam nos regimes anteriores. Não se trata então de pura racionalização da defesa, inscrevendo as forças armadas na função global, mas também de ter em conta os elementos emocionais das ideologias triunfantes, muito dependentes da experiência próxima das forças políticas que as sustentam.

A nova Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas foi votada nesse ambiente, e o Governo declarou expressamente na AR: «é importante afirmar e esclarecer aqui, na AR, que essa redução da defesa nacional a tarefas relacionadas com a ameaça externa não acarreta como consequência que o Estado possa ignorar a eventualidade da ameaça interna, nem que as Forças Armadas não possam ser chamadas em certas situações de excepção a contribuir para assegurar a ordem constitucional democrática, nem que as forças de segurança não tenham de ser coordenadas com as Forças Armadas... A recusa do conceito mais amplo visa, sim, evitar que cidadão menos esclarecido ou grupos minoritários e antidemocráticos possam encontrar em fórmulas demasiado amplas ou ambíguas pretextos de carácter conceptual para basear apelos a intervenções militares à margem das instituições democráticas ou contra as regras e os processos constitucionais»⁽⁸⁾.

6. Vejamos agora alguns aspectos da segurança e da defesa, na conjuntura de 1987, que nos parecem requerer particular atenção em face dos conceitos referenciados. E começaremos justamente pela agressão externa, especificamente a cargo das forças armadas, para colocar a questão de saber que agressões são previsíveis num conceito estratégico militar português, e que capacidade podemos supor que está ao alcance da nossa mobilização de recursos para lhe fazer frente.

Começaremos por lembrar que no espaço de um quarto de século, que decorre entre o fim da guerra e a revolução de 1974, tivemos uma acelerada variação de fronteiras sem precedentes na experiência própria e talvez alheia: tínhamos, em 1945, fronteiras físicas com as soberanias da Comunidade Britânica, da França, da Bélgica, da Holanda, da Espanha, todas ocidentais, e da China, a única que não pertencia ao Euromundo mas que também não pesava na cena internacional; progressivamente, durante o período da guerra

⁽⁸⁾ Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, edição da Assembleia da República, Lisboa, 1984, pág. 151.

no ultramar, tivemos umas doze fronteiras não ocidentais, resultantes das autodeterminações, e apenas a Espanha era verdadeiramente ocidental; finalmente, após 1974, ficámos com uma única fronteira terrestre ocidental, a da Espanha, e mais marítimos do que antes se atendermos à relação entre o território nacional e o mar patrimonial oferecido pelo direito internacional⁽⁹⁾.

Esta variação de fronteiras físicas corresponde a um rompimento irreversível com a grande estratégia nacional secular, à extinção da função global correspondente no sistema das relações internacionais mundiais, e à substituição radical do quadro normativo e político da segurança internacional. Porque tudo se processou no *tempo acelerado* que fez da mesma geração a protagonista de todas as mudanças, é evidente a necessidade de uma revolução cultural interna que redefina a atitude de todos os elementos do Estado-Comunidade, e principalmente desta, para que se definam os valores integrantes da segurança procurada, com os seus elementos de conservação e desenvolvimento. Esta revolução cultural terá que abranger pelo menos a definição de uma função global nova, se alguma, para o País; a criação de um tecido de solidariedades que assegurem uma identidade que não rejeite o passado, mas que incorpore as tarefas imaginadas para um diferente futuro; a escolha entre os futuros possíveis e viáveis; a determinação e credibilidade correspondentes, e assentes nos meios suficientes.

De tudo resulta que a identidade nacional é um problema fundamental no âmbito das questões da conservação, e não parece avisada a afirmação que a não considera em risco. A falta de definição, aceite pela população, de uma função global do Estado-Comunidade, é o primeiro factor perturbador da identidade nacional, e da vontade de encontrar e manter uma viabilidade independente. Na falta de objectivos, na comprovada omissão, própria ou por esquecimento alheio, de uma voz com peso específico nas questões internacionais, na continuada agressão cultural e económica directa e indirecta sem resposta, assenta o processo de degradação para Estado exíguo, finlandizado não a uma só potência, mas sim à evolução dos factores exógenos de que é apenas objecto passivo.

Aqui, e pelo que respeita à defesa, embora pareça logo evidente que esta não pertence em primeira linha a órgãos de intervenção militares, não pode omitir-se que está em causa a tradicional função das forças armadas co-

(9) Adriano Moreira, *Condiclonamentos internacionais da área Lusotropical*, Recife, 1985.

mo espelho da nação. Esta função, que realmente pertencia aos quadros permanentes, tem que ver com a integração social das gerações, e foi eficazmente desempenhada, à margem da variação dos regimes, durante séculos.

Acontece que mudou a composição dos instrumentos de integração social que acompanhou aquela — designadamente a da família, da escola, das igrejas, e dos órgãos políticos. Quando o jovem chega ao serviço militar, se chega, hoje já é maior, foi integrado na vida cívica pelos partidos, participou na vida política, tem opções ideológicas. O espelho da Nação tem de ser diferente, com novos métodos de acção, e ele próprio tem necessidade inadiável de definição de uma nova grande estratégia nacional, de uma nova função global do País, para além da obrigação específica de enfrentar a agressão externa.

Não é fácil identificar uma possível agressão externa directamente determinada por um conflito de interesses exclusivamente portugueses, mas não é difícil assentar num quadro de agressões que inevitavelmente abrangem interesses portugueses. É portanto num quadro supranacional que tal problema tem normalmente de ser examinado, e os factos encaminham para uma opção atlântica e europeia, por esta ordem, a qual ordem pode ser invertida se a evolução dos EUA se desenvolver no sentido de um regresso ao seu oceano natural que é o Pacífico, e a Europa tiver de cuidar da sua autonomia estratégica.

Esta decisão dos factores normativos a que temos estado submetidos implica que a revolução cultural portuguesa inclua os interesses atlânticos e europeus, tal como hoje se definem, no seu conceito de conservação, aceitando que os *grandes espaços* são a nova forma em que se anda a configurar a maneira de os povos viverem politicamente.

Não podemos quantificar a medida em que tal revolução cultural conseguiu desenvolver-se, mas é sempre oportuno lembrar que significa, num prazo muito breve, uma completa alteração em relação aos modelos tradicionais da vida política nacional.

Também implica, por isso, um novo conceito de soberania, porque, sobretudo depois do Tratado do Luxemburgo (1986), a política externa passou a ser necessariamente coordenada com os restantes parceiros das Comunidades Europeias, a política militar já era necessariamente coordenada com a dos aliados (NATO), e tem de considerar a eventualidade da coordenação para construir a possível autonomia estratégica da Europa. Tudo acompanha-

do pelo facto de que não parece corresponder às realidades considerar o País como uma retaguarda do sistema em vigor, ou em desenvolvimento, porque basta uma alteração fácil no corredor do Norte de África, ou que o acento tónico do conflito seja posto no Atlântico, para que a previsível dolorosa verdade seja outra.

Não parece que, em face destas circunstâncias decorrentes dos factos, seja de omitir que a identidade nacional abrange um problema de integridade nacional, que tem inseparável ligação com as autonomias e seu regime. Não temos a esse respeito uma grande experiência, porque tudo decorreu no tempo acelerado que referimos, e podemos partir da fórmula — *autonomia progressiva* — que é frequentemente afirmada em relação às regiões autónomas. Quando se fala em *autonomia progressiva* tem de colocar-se uma fronteira a atingir, e esta nunca foi definida. Mesmo sem definição, não pode fugir-se à questão de saber se tal fronteira vai ser movimentada por factores endógenos ou exógenos, e se ambas as espécies podem eventualmente convergir no mesmo sentido. Não é difícil conceber, numa decorrência da bipolarização mundial, que os factores exógenos, de qualquer dos sinais, se orientem pela necessidade da completa personalidade internacional das regiões, mesmo contra a vontade das populações. Mas esta vontade é o factor principal da unidade e integridade nacionais, cuja conservação e desenvolvimento parecem, nesta óptica, fundamentais, não podendo descurar-se o fortalecimento dos factores objectivos que a amparem. Temos meios, que incluem meios militares, para o fazer, com recursos próprios ou em cooperação? Vamos assentar em que a vontade existe, deixando a resposta sobre os meios aos que tiverem melhor informação.

Mas não se poderá omitir que esta questão é fundamental naquilo que respeita ao desafio atlântico que sempre amparou a nossa personalidade e função, e que nesta data tem mais relação com os instrumentos de acção que não são militares. A famosa área lusotropical foi teatro de um cataclismo político, mas não desapareceu. Reconstruir uma nova forma de convívio útil para todas as soberanias pode e deve fazer parte de uma nova função internacional, e nisso parecem empenhados os sucessivos governos que se sucederam vetiginosamente nos últimos anos. Mas este desígnio, que dá pelo nome de cooperação, implica uma agilidade de espírito e uma disposição de meios que parecem da nossa parte submetidos ao critério do tempo demorado, enquanto as coisas se passam a um ritmo acelerado.

É em primeiro lugar a questão da língua, que não há muito tempo tropeçou no problema do acordo ortográfico, e que a nosso ver exigiria a criação de um Instituto Internacional da Língua, onde todos os Estados interessados estivessem em pé de igualdade, porque não é fácil admitir que o comando do processo venha a ser assumido pelas instituições académicas que tradicionalmente dominaram esse campo. Notícias de todos conhecidas, que respeitam à entrada de Estados de expressão portuguesa em espaços políticos a que somos alheios, ao avanço da Espanha em Angola, à debilidade do instrumental cultural e científico de sinal português que existe em Macau, à formação das elites desses Estados em centros universitários não portugueses, tudo são indícios de um atraso e de uma debilidade que não podemos deixar desenvolver sem perigos graves para os nossos interesses, função e personalidade.

Julgamos que merece especial preocupação o Brasil. Na revisão constitucional que ali está em curso (1987) prevê-se a consagração constitucional da igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros, com ligeiras excepções respeitantes aos cargos supremos do exercício da soberania. Não vimos que tal facto despertasse interesse em meios portugueses, não teve qualquer entusiasmo de acolhimento a proposta de que se fizesse o mesmo em Portugal. E, todavia, parece extremamente afastada dos factos a ideia de que Portugal mantém no Brasil uma posição inabalável de primazia.

Atrever-me-ia a dizer que a proposta em curso é o último grito de uma geração já em minoria naquele país. É indiscutível que o portuguesismo faz parte da herança cultural brasileira, mas esta acumulou outras heranças de fortes raízes europeias e africanas, as comunidades respectivas herdaram a língua e as fronteiras, mas não avaliam o peso histórico do passado com a medida dos portugueses e descendentes de portugueses.

Basta não estar desatento à evolução da historiografia brasileira para compreender casos sintomáticos como o da tentativa de eliminação do ensino da nossa literatura, ou o próprio processo da alteração ortográfica que tem mais a ver com a política interna brasileira do que com o destino internacional da língua portuguesa.

Disse que, muito por nosso descuido, o Brasil se afasta de um destino atlântico solidário com Portugal, e compreende mal actos como o voto de abstenção sobre a desnuclearização do Atlântico Sul, contrariando a proposta do Presidente José Sarney, quando a própria Inglaterra votou a favor dela.

Temos por certo que o descaso da nossa capacidade e presença atlânticas não favorece a conservação e defesa da identidade nacional e da nossa independência soberana, tal como esta tem de ser entendida nos dias de hoje. E naturalmente é surpreendente que isso aconteça mais pelo acaso do descuido, do que por assumida decisão política. O que se passa com o Brasil, onde a independência e a continuação da presença portuguesa se processaram em termos bem diferentes e mais favoráveis do que aconteceu com a descolonização deste século XX, não é um exemplo animador quanto ao êxito da cooperação em curso, concorrida pela cooperação das comunidades, concorrida autonomamente pelo Brasil, e por fim pelas próprias comunidades, concorrida especialmente pela explosão política da hispanidade.

Para concluir esta exposição, que vai excessivamente longa para quem ouve e curta para os muitos problemas de conservação, segurança e desenvolvimento que somos obrigados a enfrentar, talvez possamos dizer que raros são os domínios em que tenhamos capacidade de agir isolados, destacando-se nestes os que dizem respeito à cultura, aos centros de formação científica, à preparação das elites políticas, administrativas e de gestão económica; que a cooperação bipartida aparece como uma resposta necessária em muitos domínios da vertente atlântica, que não devemos abandonar; que a segurança está mais necessariamente entregue a organismos não militares, do que a estes; que a agressão interna tem condições de viabilidade evidente na conjuntura que vivemos; que a própria integridade territorial pode ser submetida a riscos dinamizados por factores exógenos. Que os problemas de conservação, segurança e desenvolvimento são principais na revolução cultural a que temos de proceder, para que finalmente tenhamos uma nova grande estratégia nacional que substitua a que nos guiou durante séculos, e deixou de corresponder às exigências do século que está a terminar.

Adriano Moreira

Professor da Universidade Técnica

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

Alberto Franco Nogueira

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS FUTURAS (*)

O enunciado do tema revela que se adoptou o conceito de «*sistema*» para definir o relacionamento internacional dos nossos dias. Tem significado esta opção, aliás muito corrente na actualidade. E impõe-nos desde logo algumas conclusões, que são outras tantas reservas. Será esta a primeira: as coordenadas em que é situado o tema, para explicar ou interpretar as relações internacionais, subestimam a contribuição dos filósofos para a análise da vida e da cadeia de acção e reacção entre Estados e povos; rejeitam a teoria clássica do estado de natureza, de que Hobbes foi o grande paladino; denegam um direito natural e renunciam à busca tenaz prosseguida pelos juristas no sentido de subordinar a sociedade internacional a normas e de fazer aceitar, para o progresso do homem, o conceito de que onde há uma sociedade deve haver a regra jurídica; não repelem mas subvalorizam a intervenção dos historiadores, que procuram apurar factos, comparar situações, destacar interesses, ligar o passado e o presente, e nesta investigação prever acontecimentos; e finalmente afastam o papel da sociologia e as suas vastas possibilidades de interpretação. Mas a palavra «*sistema*», no contexto em que é usada, leva-nos também a uma outra ordem de conclusões: põe-se de parte a teoria marxista, que confina a sociedade internacional ao relacionamento entre as forças de produção e ao antagonismo de classes, numa cosmogonia nova que Raymond Aron já classificara de optimismo catastrófico; e põem-se também de parte, por outro lado, os dados da ciência política que, combinada com a historiografia, atribui função de relevo, no quadro internacional, ao elemento *força*, ao fenómeno *vontade*, à realidade dos *interesses* ou das *ambições*.

Mas então cabe agora perguntar: que se pretende ou como interpretar o enunciado do tema? Por outras palavras: o que se deseja significar com o

(*) Conferência realizada ao Curso de Defesa Nacional, em 18 de Janeiro de 1988, em Lisboa.

conceito de *sistema internacional*? Estamos perante um conceito que adquiriu a sua voga nos últimos dez ou quinze anos, e que é de clara inspiração ou tendência anglo-saxónica e norte-americana. São os grandes teóricos do organicismo, do funcionalismo, do behaviorismo ou teoria do comportamento, que pretendem explicar a sociedade internacional e formular leis para racionalizar atitudes e definir uma estratégia de conflito através da noção de «*sistema*».

Este seria um conjunto ou mesmo o conjunto de relações, no interior de um todo, entre um certo número de funções ou actividades exercidas ou desenvolvidas por um certo número de actores ou de agentes.

Neste conceito, para os funcionalistas e para os behavioristas, procura-se captar tanto a fisiologia como a anatomia do organismo humano e do organismo social e integrar nesse contexto, por adaptação ou suposta analogia, o organismo internacional e seus actores e agentes. Como sabemos, e num largo espectro de interpretações, já foi designada de biopolítica esta concepção. E aqueles agentes e actores seriam portanto os Estados, os povos, as nações, os governos, as organizações regionais ou internacionais, as empresas multinacionais, os grupos de interesses ou de pressão, a comunidade intelectual ou cultural. Do mesmo passo, e sempre dentro da mesma suposta analogia, haveria que se entrar em linha de conta com outros factores como o clima, a geografia, a distribuição de recursos, a riqueza como objectivo ou como arma, os critérios de produção, as transformações culturais, as descobertas científicas. Por último, os mesmos teóricos da ideia de «*sistema*», perante realidades evidentes e insofismáveis, admitiram a existência de subsistemas, numa classificação elaborada, complexa, sofisticada, onde se deveriam distinguir o subsistema do equilíbrio, ou bipolar simples, ou bipolar rígido, ou multipolar, ou universal, ou hierárquico, ou por último o subsistema da unidade-oposição, em que cada Estado está em permanente luta e oposição a todos os demais.

Ora bem, que pensar de tudo isto para os objectivos que são os nossos esta manhã? Permitam-me que vos confie que a minha reacção negativa perante os conceitos, cuja síntese acabo de fazer, não é motivada por incompreensão nem por desconhecimento, nem por me encontrar apegado a velhos conceitos e velhas teorias. Julgo poder afirmar que tenho lido e leio quanto em Inglaterra e nos Estados Unidos, e mesmo em França, se publica de fundamental nesta matéria. E é precisamente nesta base que me permito sugerir

que se o conceito de «*sistema*», aplicado às relações internacionais, pretende um fundamento funcionalista ou organicista, para formular leis gerais e permanentes, numa estrutura científica e às vezes firmada em cálculos de probabilidades como nas múltiplas teorias dos jogos, então creio estarmos em face de uma especulação, interessante sem dúvida como tal, mas pouco produtiva como instrumento de avaliação, interpretação e previsão. Por mim, não consigo acreditar que o comportamento de um povo e de um chefe possa ser traduzido em termos matemáticos, e previsto em computador; e não me parece que os motivos de uma decisão — emocionais, económicos, ideológicos, militares, e mil outros — e que a arte de decidir estejam relacionados com certas científicas. Por isso, o conceito de «*sistema*», naquele sentido, pode ser gerador de confusão. Ou então adoptemos o «*sistema*» para designar dados concretos de um contexto político ou de uma situação conjuntural, e regressemos às teorias clássicas. Numa obra recentíssima, de Robert Gilpin, escreve-se aliás ser prudente olhar o passado para melhor entendermos o presente, e assevera-se que no último milénio, e neste particular, a essência das coisas não se alterou radicalmente. (Num parênteses, direi que este me parece ser também o ponto de vista dos organizadores do quadro conceptual deste curso do Instituto da Defesa Nacional, pois a análise do seu programa, que gentilmente o Senhor General Castelo Branco me facultou, não deixa dúvidas de que prevaleceu o realismo sobre a especulação teorizadora.) Nestes termos, permitir-me-ei afirmar que sistemas, no sentido tradicional da palavra, têm existido numerosos através das idades. Todos nos lembramos do sistema de Vestefália: procurou organizar os contactos regulares entre Estados e povos. Ou mais recentemente do sistema continental napoleónico, que buscou uma sociedade internacional de base imperial; ou o sistema de Santa Aliança, que desejava garantir a hegemonia intervencionista de um grupo de potências; ou o sistema de Metternich ou o sistema de Bismarck, que constituíam tácticas políticas e estratégias de diplomacia para assegurar interesses nacionais; ou o sistema do concerto europeu, que fazia assentar a vida da comunidade internacional na paz indivisível ou segurança colectiva. Para já não falar dos sistemas socialista ou capitalista. E tudo isto se integra nos conceitos realistas que têm em conta, na sociedade internacional, e para a explicar, os pontos de referência fundamentais, que eu sintetizaria nas ideias da *força*, da *vontade*, e dos *interesses*. Aliás, os próprios teorizadores actuais do conceito de «*sistema*» o reconhecem indirectamente quando elaboram a sua lista

de subsistemas: cada um destes com efeito corresponde, se ponderamos bem as coisas, a realidades e conceitos tão velhos, pelo menos, como o inter-relacionamento de comunidades nacionais.

De todo este domínio de abstracções parto para o terreno do realismo, da observação prática, da experiência histórica. E que vemos nós de forma irrefutável? Que estamos sempre, entre os Estados, as nações, os povos, perante o problema da paz e da guerra, porque é a guerra que talha a hierarquia dos Estados e nos diz quais os que mantêm e governam a paz. Esta é a realidade suprema, permanente, e por isso iniludível. Afirmar isto, porém, e como todos sabem melhor do que eu, é embrenharmo-nos desde logo nas mais graves dificuldades, e isso porque nada há de mais impreciso, nada há de mais fluido, nada há de mais misterioso do que a fronteira entre a paz e a guerra. Para o muito clássico Clausewitz, como todos sabemos, a guerra era a condução da política por outros meios. Mas a definição de Clausewitz, que não está ultrapassada porque sintetiza o realismo mais nítido, permite, autoriza, até impõe uma outra fórmula para o mesmo conceito: a paz é a condução da guerra por outros meios. E é efectivamente assim: todos os conquistadores, efectivada a conquista, propõem logo a paz. Depois de cada triunfo militar, Napoleão propunha a paz: era uma forma de conduzir a sua luta pela hegemonia francesa. Esmagada a Polónia, derrotada a França, Hitler propunha imediatamente a paz: era a sua forma de assegurar para o Terceiro Reich a vitória na sua guerra imperial. E nos nossos dias temos um outro exemplo frisante: o antigo Secretário-Geral do Partido Comunista russo, Krushev, lançou a ideia de *coexistência pacífica*: era a sua síntese, muito sugestiva mas até pouco subtil, para fazer a guerra às potências capitalistas e garantir a vitória do bloco socialista chefiado pela União Soviética. Era uma espécie de *détente*, divisível quando favorecia os interesses da União Soviética, indivisível quando os contrariava. De toda esta imprecisão de fronteiras entre a paz e a guerra encontramos um outro reflexo: a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de definir *agressão*. Deparamos com mil sugestões, mil fórmulas, todas mais ou menos abstractas, causuísticas, ou descritivas, mas não encontramos *uma definição*. E por isso é em pura perda que há mais de quarenta anos uma comissão das Nações Unidas se reúne para filosófica e academicamente debater o conceito de agressão, sem que jamais o tenha definido.

Mas perante esta realidade última da paz e da guerra, como caracterizar a conjuntura internacional actual? Entre os muitos quadros ou sistemas — e aqui a palavra tem o seu perfeito cabimento no seu sentido próprio — de manter a paz pela ausência de guerra no plano militar — como caracterizar o relacionamento de hoje entre os Estados, os povos, os governos? Tentemos antes de mais uma caracterização por um processo eliminatório. Assim, não estamos decerto perante uma paz baseada no desarmamento: a corrida às armas, a manutenção dos arsenais, a investigação científico-técnico-militar, não cessam, para todos os efeitos práticos. Também não nos encontramos em face de uma paz pelo império: não disfrutamos ou não sofremos, consoante o ponto de vista individual, de uma *pax romana* da antiguidade, de uma *pax britânica* do século XIX, ou da breve *pax americana* do final da década de quarenta e da década de cinquenta deste nosso século XX. Estamos de igual modo a distância infinita da *paz pelo direito* ou da *paz pela lei*: a Organização das Nações Unidas, que devia ser e foi criada para ser o corpo legislativo mantenedor da paz, de há muito que comprovou a sua falência e a sua inutilidade, quando não o seu carácter prejudicial, e não é base nem consubstancia qualquer sistema; as organizações regionais, como a Organização dos Estados Americanos ou a Organização de Unidade Africana, têm-se revelado impotentes, e são praticamente ignoradas; e o Direito Internacional Público continua a ser uma bela disciplina para deleite académico, fornecedor de fórmulas decorativas para convenções e tratados sobre aspectos inócuos do relacionamento internacional, propositör de sanções que nenhum governo acata, doutrinador de teorias que nenhum governo efectivamente subscreve. Estaremos então, como nos tempos já remotos da diplomacia por congresso do século XIX, ou como nos tempos áureos da Sociedade das Nações, numa época de paz indivisível ou de segurança colectiva? Julgo que não. Para que a situação pudesse ser assim caracterizada haveríamos de ter homogeneidade na estrutura dos Estados, consenso na definição dos interesses gerais, redução drástica de armamentos, concertação nas políticas de repercussão externa, e sobretudo um sentimento comum de que a violação da paz numa área constitui agressão que importa a cada um, porque põe em causa a segurança de todos. Nenhum destes aspectos podemos observar na situação internacional que temos perante os nossos olhos. Caberá ainda perguntar se temos a paz pela unidade ou a paz pelo governo mundial. Não temos decerto a primeira: o mundo está dividido em sistemas político-econó-

micos antagónicos, em quadros de cultura diferentes, em pontos de vista radicalmente opostos quanto à concepção do homem e da sociedade civil. Não temos decerto também a paz pelo governo mundial: criou-se em tempo o mito de que as Nações Unidas seriam o governo mundial: mas não são, nem os seus criadores jamais se propuseram consentir que o fossem: Roosevelt, Churchill, Staline, na verdade, e ainda que por um período houvessem convencido a humanidade do contrário, nunca pretenderam um governo mundial, *mas apenas um governo do mundo pelos seus países imperiais*, portanto somente por algumas potências, aquelas que se auto-elegeram membros permanentes do Conselho de Segurança e se atribuíram o direito de *veto*; mas nem estas têm podido governar o mundo na paz, por motivos que julgo poder aclarar mais adiante. Eliminámos assim todos os métodos conhecidos de manutenção da paz sem conflito no terreno militar generalizado.

Eliminámos todos menos um — o da paz pelo equilíbrio. E é este, na realidade das coisas, que caracteriza a essência da situação internacional actual. Há por isso que observar esse equilíbrio com algum pormenor: isto é, em que consiste, em que é baseado, e entre quem se encontra estabelecido? Parece-me que as respostas em síntese são estas: o equilíbrio consiste e está consubstanciado na ausência de guerra militar directa e generalizada; o equilíbrio baseia-se e é mantido, segundo a expressão consagrada, pelo terror recíproco; o equilíbrio encontra-se estabelecido entre as duas maiores potências actuais e seus aliados. Há agora que desdobrar ou explicitar cada um destes pressupostos.

Eu disse ausência de guerra directa e generalizada. Quer isto dizer que não há guerra directa entre os pólos desse equilíbrio nem guerra de âmbito planetário. Mas quer também dizer que, por interpostas nações e povos, os pólos desse equilíbrio, se estão em paz, conduzem entre si uma luta para prossecução dos seus objectivos nacionais. É um caso típico em que a paz é a guerra conduzida por outros meios que não os militares. Mas este mesmo equilíbrio tem evoluído nas últimas décadas. Depois de Hiroshima e de Nagazaki, e depois de 1945, a paz assentava no *equilíbrio pela desproporção*. Isto é, o poderio dos Estados Unidos era de tal forma superior ao da União Soviética (o facto desta não possuir a arma nuclear limitava-a e inferiorizava-a de tal forma) que a hegemonia norte-americana assegurava um equilíbrio mundial, no sentido de uma estabilidade mundial, firmada na *pax americana*. Mas esta

fase foi breve: a partir da década de cinquenta, depois que a Rússia fez explodir a sua bomba atômica, entrou-se num equilíbrio como *conceito operacional*, quero dizer, equilíbrio igual a uma *situação de facto* que tornava viável uma paz generalizada. Mas por detrás desse *conceito operacional* ou dessa *situação de facto* estão dois pólos de força que se têm por *messiânicos* — já veremos as consequências deste sentimento — e que por isso mesmo querem fazer triunfar um messianismo que aliás se confunde largamente com os seus interesses nacionais. Usaram então meios políticos: a propaganda ideológica, a exploração das contradições existentes no interior das estruturas do adversário, a busca do domínio das organizações políticas de vocação universal, a carta dos direitos humanos, as armas económicas, finalmente a conquista dessa *zona cinzenta* que é o Terceiro Mundo, sob as formas políticas do direito dos povos a disporem de si mesmos, da autodeterminação, da descolonização. Esgotados estes meios, exaustos estes processos, preenchidas as áreas que ainda se encontravam devolutas em relação a qualquer dos pólos — e é aqui que a descolonização portuguesa, pela maneira como foi realizada, veio introduzir uma alteração de monta no equilíbrio operacional ou na situação de facto — concluiu esta fase, dizia eu, entrou-se num novo período que tem preenchido os últimos quinze ou vinte anos. É este período que se tem designado por *equilíbrio pelo terror*. Estamos em face de uma *escalada* quase constante de meios militares que se destina a paralisar o adversário pelo terror. Mas este problema gerou toda uma dialéctica que se reveste da maior complexidade, como todos sabemos, e à qual me permitirei em pouco fazer uma referência. Nestes termos, o equilíbrio actual não assenta na *desproporção de meios*, nem traduz um *conceito operacional*, nem consubstancia um *objectivo político*: é um equilíbrio de sentinelas, sempre alerta, cada uma aterrada com o que a outra possa fazer, ou possa pensar fazer, ou que possa pensar que a outra pensa fazer, e assim por diante sem limites. E chegamos assim ao terceiro ângulo ou à terceira interrogação: entre quem se processa esse precário e instável equilíbrio? Devemos caracterizá-lo, antes de mais, por ser *bipolar*. Estamos perante dois grandes blocos, cada um chefiado por uma superpotência. Acontece, porém, que não há *homogeneidade* entre os dois blocos e respectivas chefias. O antagonismo não é apenas político, nem a rivalidade se baseia somente em interesses divergentes. É com efeito *heterogéneo* o quadro da comunidade internacional. São diferentes os valores e as prioridades. No bloco socialista, para dar um exemplo

significativo, o direito ao trabalho, o direito à habitação, o direito à cultura e à saúde, têm prioridade e esmagam o direito à liberdade, à expressão verbal e escrita do pensamento, à participação activa na vida política, às vezes até o direito à vida, etc.; no bloco ocidental considera-se cada homem como um valor em si e cada consciência como um mundo inviolável, enquanto no bloco socialista o homem está ao serviço, não do país, mas do Estado socialista, e para isso o Estado tem de possuir a totalidade desse homem, controlando não só o que ele faz como o que ele sinta e pense. Tudo isto quer dizer, por outro lado, que as duas superpotências consideram que sobre elas se projecta, como um imperativo categórico, o dever de *messianismo*, o *sentimento messiânico*, e aqui faço ligação com a referência que há instantes fiz a este aspecto. Messianismo — que é? É a convicção de uma capacidade de redenção, é a certeza de que circunstâncias imponderáveis ou providenciais hão-de assegurar uma era de felicidade individual e colectiva. Ora bem: tanto os Estados Unidos como a União Soviética se sentem instrumentos dessa redenção, desse providencialismo, desse messianismo, como chefes espirituais de duas novas Santas Alianças. (Seja repetido aqui, entre parênteses, que há uma muito curiosa e bem sintomática coincidência entre aquele messianismo e os interesses nacionais (económicos, políticos, estratégicos) de uma das superpotências.) O que importa fazer ressaltar, porém, é o carácter exclusivista, o sentimento irredutível, a necessidade de intolerância de cada um dos messianismos para com o outro, sobretudo do messianismo socialista para com o Ocidente. O messianismo socialista alberga a convicção muito profunda e muito firme de que, para subsistir e para com essa subsistência salvar a humanidade, tem de destruir o Ocidente. No interior do bloco socialista afirma-se abertamente que a existência de nações capitalistas constitui ameaça à paz, e que esta é precária enquanto existirem sociedades em que uns homens oprimem outros homens. Esta atitude suscita assim uma desconfiança, um receio, que aprofunda o messianismo ocidental. Daqui o risco, o perigo constante, a instabilidade, a incerteza, mesmo o mistério, que hoje caracterizam o dia-a-dia da sociedade internacional. E tudo isto é agravado, em proporções quase apocalípticas, pelo facto de cada um dos adversários dispor de armas de destruição massiva, e quase fulminante. E isto me conduz à arma nuclear, e sua dialéctica, cujas sombras pesam como uma nevrose sobre o mundo dos nossos dias. Peço a vossa indulgência para vos roubar alguns minutos com este particular.

Parece ter-se pensado que o aparecimento de armas nucleares criou uma situação sem precedentes e que toda a teoria política e os conceitos estratégicos anteriores ficaram de súbito obsoletos. Toda a sociedade, e não apenas o sector militar, passaria a ficar envolta numa eventual guerra: a arma atómica atingiria mais rápida e directamente os centros de produção, podia destruir cidades inteiras, esmagava a moral do adversário, e um primeiro ataque ou um ataque de surpresa assumiam uma importância que se afigurava decisiva. Se fazia pouco sentido uma distinção entre o uso estratégico e o uso tático de um exército ou de uma marinha, já a expressão de bombardeamento estratégico pela força aérea ganhava sentido, e tanto mais importante se fosse usada a bomba nuclear. Este ponto, de simples teoria, revestiu-se naturalmente de implicações muito práticas a partir do momento em que a União Soviética construiu a sua bomba atómica. Estas implicações passaram a apresentar e apresentam dois aspectos: um exercício especulativo, para averiguar o que poderá suceder num mundo com um largo número de países possuindo bombas atómicas e os meios de as lançar sobre o adversário; e a questão imediata de planeamento militar tendo em conta as capacidades actuais ou futuras, subentende-se dos Estados Unidos e da União Soviética. Algumas autoridades militares responsáveis, em especial norte-americanas, têm sugerido que mais tarde ou mais cedo se inventará uma arma de defesa eficaz contra a bomba atómica. Enquanto isso não acontece — e que se saiba ainda não aconteceu neste ano de 1988 — temos de considerar a arma nuclear, se não a arma absoluta, pelo menos uma arma de importância fundamental que veio revolucionar a postura política e militar das duas superpotências, e mesmo das três outras — China, Inglaterra, França — que a possuem ainda que em menor escala. A arma atómica é aquela que, por excelência, torna aliciante um primeiro ataque-surpresa, que poderia decidir de um conflito. E é a partir daqui que entramos na estratégia e na dialéctica do poder nuclear.

De momento, e sem embargo das preocupações com o armamento convencional, tudo tem sido discutido em termos nucleares. Pode dizer-se que na matéria, nos últimos vinte anos, profunda tem sido a evolução, quer no plano da estratégia, quer no plano da atitude política. Não vou evidentemente entrar por terreno em que, quando muito, serei um modesto aluno. Cingir-me-ei, por isso, aos aspectos puramente conceituais e abstractos. Numa primeira fase, o mundo estava perante o monopólio nuclear dos Estados

Unidos ou perante uma superioridade tão vincada que a guerra entre aquele país e a União Soviética era dificilmente previsível. Então, a definição política e a estratégia militar eram firmadas unilateralmente. Todos nos recordamos das suas várias fases, das suas implicações, das suas falências. Afirmou-se, em primeiro lugar, uma política de contenção do bloco socialista: onde já estava, já estava; mas mais um passo, e seria a guerra. Esta política significava que era deixada ao bloco soviético a iniciativa das crises e a escolha do tempo e do local. Decerto, o bloco socialista não deu um passo fora das suas fronteiras; mas respondeu àquela política com uma política de infiltração, de subversão, de captação em todas as áreas cinzentas, criando pelo mundo quantas crises lhe pareceram favoráveis. Depois, os Estados Unidos proclamaram a política de recuo, ou do «*roll-back*», isto é, fazer reduzir as áreas sob controlo do bloco soviético. Mas os Estados Unidos verificaram que nessa orientação não os acompanhavam os seus aliados, e isolados não se aventuraram à execução dessa política, para evitar a qual, aliás, Moscovo se abstinha friamente de qualquer provocação: e a decisão do «*roll-back*» falhou, e não foi além de pura retórica. Por último, nesta fase, adoptou-se a doutrina da *estratégia avançada* para cuja execução o Ocidente, isto é, Washington, se necessário, não hesitaria em tomar a iniciativa de usar armas nucleares. Que se pretendia com a estratégia avançada? No caso de ataque à área geográfica protegida pela NATO, não se concederia ao adversário um metro de terreno. Mas o adversário não atacou a NATO, dedicou-se a diversões por áreas que a NATO não cobria, e a estratégia avançada não chegou a ser submetida à prova dos factos, penso que felizmente para o mundo livre. E com mais esta frustração encerrou-se a fase da superioridade dos Estados Unidos, da sua agressividade, do seu desafio.

Entramos então numa nova época. Abriu esta a ideia, o conceito político e estratégico da «*retaliação maciça*». Foi dada a esta doutrina uma interpretação imediata: os Estados Unidos responderiam a qualquer agressão, em qualquer local, com o uso maciço de todas as armas, incluindo as nucleares, sobretudo as nucleares. Isto significava uma guerra geral: mas à medida que se tornava mais nítida a noção de que uma guerra geral implicava uma devastação geral, pelo poder crescente da arma nuclear, a ameaça perdia credibilidade como sanção contra uma limitada agressão local. Por outras palavras: a retaliação maciça supunha um ataque maciço; se este se não produzisse, não haveria lugar para aquela; a União Soviética jamais atacou

maciçamente; cada iniciativa soviética enfraquecia o Ocidente, mas nenhuma tinha envergadura que justificasse retaliação maciça; e assim esta política também se cingiu a uma fase tão eloquente quanto vazia. E então deslizou-se para a concepção da «*resposta flexível*», ou seja, para a concepção da «*guerra limitada*». Simplesmente — e aqui entramos no que há de dramático na dialéctica do poder nuclear — a limitação da guerra impõe um consenso entre os dois ou vários adversários, implica um acordo quanto aos objectivos (visto que o objectivo havido por limitado e secundário por um, pode ser tido por amplo e prioritário por outro), e sobretudo pressupõe, por detrás do poder para conduzir uma guerra limitada, o poder de conduzir uma guerra geral, no caso da guerra limitada estar a ser perdida ou de o adversário tomar a iniciativa de generalizar a guerra. Esta reflexão pode levar aos seguintes pensamentos: acaso se devia estabelecer uma distinção de princípio entre armas nucleares estratégicas e tácticas; e ao fim e ao cabo poderia resultar de uma guerra limitada uma consequência tão devastadora como de uma guerra planetária. Ora bem: destas dúvidas se deslizou para os conceitos actuais de *primeiro ataque*, de *ataque surpresa* ou *preventivo*, de *dissuasão*. Mas logo a ideia de um primeiro ataque levanta o problema de saber se um primeiro ataque deveria ser uma primeira «*salva*» de uma guerra nuclear, para mostrar ao inimigo que esta não inspira receio, ou se deveria empenhar desde logo todos os meios de modo a destruir, ou a tentar destruir, toda a capacidade de retaliação do adversário. Quanto ao *ataque surpresa* ou *preventivo*, continua por decidir se deve ter como objectivo evitar que o adversário disponha da arma nuclear, destruindo as instalações que a manufacturam ou se preparam para a lançar, ou se deve ter como objectivo constituir um primeiro ataque antes que o inimigo use por seu turno a arma nuclear. E deste modo passamos ao problema grave, candente, que domina e absorve todos os demais em matéria nuclear, e que é o problema dos nossos dias: o problema da *dissuasão nuclear*. Ou seja: a ameaça do uso da arma atómica de modo a evitar que o adversário a utilize. Procurarei traçar uma síntese, decerto muito tosca, mas suficiente para o meu propósito.

Um primeiro ponto é este: a dissuasão tem de possuir absoluta credibilidade, e a sua eficácia assenta precisamente na certeza e no horror apocalíptico que inspira; qualquer dúvida quanto a essa certeza e à dimensão desse horror reduz imediatamente o escopo e o âmbito da dissuasão. Quer dizer que a dissuasão de um lado e outro, para ser eficaz, tem de conter a garantia

de destruição mútua. Tal como em tempos antigos a eficácia da troca de reféns dependia da certeza mútua do morticínio de todos. Em segundo lugar, há que se estar seguro do julgamento que se faz dos propósitos do adversário: é decisiva a percepção que americanos e russos formem reciprocamente das suas intenções e capacidades. O *medo* de que o *outro* se prepara para atacar, na convicção errónea de que *eu* me preparo para atacar, dá-me na realidade um motivo para atacar e assim justifica por seu turno o motivo do *outro*. Recordo a síntese pitoresca mas exacta de Thomas Schelling: «*ele pensa que nós pensamos que ele pensa que nós pensamos em atacar, por isso atacará, logo nós temos de atacar*». Pode por isso ser perigosa tanto a dúvida quanto à dissuasão como a incerteza da certeza da incerteza, e assim por diante. Em terceiro lugar, a conquista de uma superioridade tecnológica ou um simples aumento da capacidade de defesa pode romper o equilíbrio, suscitar suspeitas e adensar o perigo. Poderá ser este o raciocínio: se o adversário aperfeiçoa os seus meios de defesa, é porque receia ser atacado; ora *eu* não tenciono atacar, mas responderei ao ataque; é para enfrentar essa resposta que o adversário melhora a sua defesa; sendo assim, para prevenir o ataque *dele*, tenho *eu* de atacar. Por seu lado, a busca de uma conquista tecnológica que assegure uma superioridade nuclear provoca em si uma reacção do adversário: este pode mesmo equiparar aquela a um primeiro ataque preventivo. Mas a ideia de superioridade implica também a ideia de paridade — e a definição do que é paridade nuclear entre as duas superpotências constitui matéria que leva anos a debater entre ambas. Está mesmo por resolver a questão de saber se os mísseis intercontinentais, ainda que idênticos, favorecem mais os Estados Unidos, potência marítima, ou a União Soviética, potência mais continental. Finalmente, à capacidade de dissuasão põe-se ainda o problema de saber se deve procurar uma vitória limitada ou uma vitória total — o que para o adversário põe o dilema entre a derrota localizada ou a rendição incondicional. De tudo isto poderemos concluir que a estratégia nuclear acaso não é já estratégia militar e de guerra, mas uma estratégia de política e até de psicologia. E fica-nos sempre a dúvida de saber se a arma nuclear é um primeiro trunfo ou um último recurso. Debruçando-se sobre esta problemática afirmam muitos tratadistas actuais: não se pode garantir que não haverá guerra nuclear apenas porque se repete que o seu resultado seria uma catástrofe sem limites; e não se pode eliminar a possibilidade de uma guerra nuclear simplesmente garantindo que, se se produzir, acabará

numa catástrofe sem limites. Em qualquer caso, e muito paradoxalmente, a arma nuclear veio tornar, não digo mais provável, mas mais plausível, uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética. E aceitem que não tenho o propósito de expender quaisquer novidades: melhor informada do que eu está a audiência a que me dirijo: atrevo-me a pensar que suscitei alguns temas actuais, próprios de uma reflexão em comum.

E o futuro?, pergunta-se no tema que me foi distribuído. Confinei-me no que disse ao bipolarismo russo-americano porque este é, na opinião geral, a grande realidade dos nossos tempos. E como se desenrolará no futuro próximo esse bipolarismo? Não sei fazer, nem caberia aqui tentar fazer futurologia; mas as características actuais da sociedade internacional permitem o esboço de alguns quadros verosímeis. Podemos considerar o comportamento de diversos actores ou agentes: as Igrejas, as grandes multinacionais, os grupos de pressão, os interesses patronais e sindicais, outros ainda. Negar-lhes influência, no plano interno e até às vezes no plano externo, seria tão descabido como exagerá-la. Ao fim e ao cabo, todavia, creio que a realidade última é ainda a da Nação, baseada em solidariedades nacionais servidas por um Estado, soberano no seu território, e principal actor e agente na comunidade internacional, sendo por sua vez o Estado servido por governos responsáveis e representativos, mas que não respondem perante nenhuma autoridade internacional ou que se pretenda supranacional. Neste particular como noutros, em matéria de relações internacionais, e como diz Robert Gilpin, «estamos como no tempo de Tucídides». E sejam quais forem as formas de evolução, ninguém, neste momento e num futuro previsível, afirma que a ideia de Nação-Estado esteja morta, ou moribunda, ou sequer doente. Em qualquer caso, escreveu Arthur Lewis, talvez com algum exagero, o processo de evolução é o mesmo de há dois mil anos. Em todas as épocas, em todas as circunstâncias, em todos os *sistemas* ou *situações* estamos sempre perante forças de continuidade e de mudança. Nesta última década, e até este ano, que mudanças importa lembrar? A proliferação de armas nucleares, o surto de novos centros de poder económico, o crescimento financeiro e industrial de vários países, as crises de energia e a ameaça aos pontos de abastecimento, o acrescentamento de vasta escala do potencial militar e tecnológico da União Soviética, a erosão do potencial norte-americano e da *pax americana* — são factores cujas consequências estão longe de esgotadas. Estamos nos nossos dias perante fenómenos de larga envergadura. Os impérios,

as estruturas e sociedades imperiais, quando atingem os limites da sua capacidade, sentem dificuldades crescentes em mantê-los, e essas dificuldades prenunciam o início do declínio. Os lucros da sua produção começam a diminuir; trocas com os novos poderes económicos aumentam o consumo, mas desequilibram a balança comercial, e suscitam dificuldades fiscais; e menores custos de produção e menor preço de mão-de-obra dos novos centros de poder criam perigos para as sociedades imperiais. Sem embargo de os Estados Unidos continuarem a ocupar o cume da hierarquia dos Estados, está afectado o seu poder de «governar» o conjunto internacional: não controla as esferas de influência, as regras do jogo económico interestatal, não é juiz exclusivo das redistribuições territoriais. É poderosíssima a economia dos Estados Unidos; mas parece sentir embaraços crescentes em apoiar a sua estação internacional; é a mais poderosa potência militar do mundo; mas dir-se-ia que experimenta dificuldades crescentes em estar presente em toda a parte com igual força. Começam a surgir vazios de poder — alguns até provocados por erros óbvios da política norte-americana — que a União Soviética se apressa ou se apresta a preencher. De qualquer modo os Estados Unidos têm procurado reduzir os seus compromissos externos e solicitar dos seus aliados que os assumam; mas os aliados, enfraquecidos pela própria política de Washington durante anos, manifestam um tanto de relutância em satisfazer os seus amigos americanos. Proclamou o Presidente Reagan uma política de renovação nacional: é cedo para se saber se nesta se inclui a manutenção de uma hegemonia global ou a contracção para posições menos arricadas mas mais modestas. Vários são os perigos que, sem imaginação excessiva, poderemos entrever: um pronunciado surto de renovado trotskysmo na União Soviética; a afirmação de um terceiro centro nuclear de decisão — uma China, um Japão, uma Alemanha reunificada — que altere o actual equilíbrio bipolar (uma vez que não serão de considerar, neste contexto, uma França e uma Grã-Bretanha, amigas e aliadas dos Estados Unidos, partes que são e decerto se manterão como membros do pólo nuclear americano); e uma gradual multiplicação dos desafios ao poderio, tanto dos Estados Unidos como da União Soviética, se o Japão, a China, a Alemanha reunificada viessem a converter o seu potencial económico e industrial em potencial militar. Qual seria a reacção dos Estados Unidos? Qual a da União Soviética? De momento, tanto Washington como Moscovo acreditam que o tempo corre a seu favor; e em face destas certezas nem

de um lado nem de outro há sinais do pânico que costuma preceder as grandes catástrofes. Mas a União Soviética parece estar também a atingir os seus limites, pelo menos num sistema socialista mais do que ultrapassado. E então poderemos ter um dia perante nós uma equivalente situação de retraimento, que teria de implicar então o abandono da veleidade absurda de implantar o comunismo no mundo. Nessa hipótese tudo se encaminharia para umas Tordesilhas apaziguadoras, e que se manteriam enquanto novos poderes e novas forças não os desafiassem. Recordo-me de que há muitos anos, numa conferência de imprensa, o General De Gaulle declarou: «no dia em que a China atacar, deveremos fazer sentir aos russos que os consideramos europeus». Lembro-me que na altura não compreendi bem esta frase. Talvez hoje o sentido seja mais claro, sobretudo se além da China lermos Japão ou mesmo Alemanha. Uma coisa parece certa: a estrutura económica da sociedade internacional sofrerá abalos profundos, e a estes dificilmente sobreviverá o actual mercado europeu comum, situado como está perante potências de periferia que o têm por inimigo. Se para além da estrutura económica também se modificará a estrutura política e militar, eis o grande problema: maior mistério ainda é o de saber se tudo processará em paz ou em guerra. Mas isto já pertence ao domínio da futurologia. E chego ao fim com o sentimento de que não tratei afinal do tema que me foi distribuído, ou de que o não tratei como o esperavam.

Alberto Franco Nogueira

Embaixador

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS
E A DEFESA NACIONAL

Gil Pereira

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS E A DEFESA NACIONAL

A população portuguesa residente no território nacional estimava-se oficialmente, em fins de 1985, em 10 185,1 milhares de indivíduos, dos quais 4916,2 milhares do sexo masculino e 5268,9 milhares do sexo feminino ⁽¹⁾.

Todavia a população portuguesa é bem mais numerosa, porquanto ascendem a cerca de três a quatro mil milhares os portugueses residentes em países estrangeiros. Em conformidade com estimativas apuradas por serviços oficiais, num total de 83 países ou territórios autónomos estrangeiros encontravam-se radicados, em Dezembro de 1986, 3 935 429 portugueses ⁽²⁾.

Contas feitas, entre residentes e não residentes no território nacional, somos cerca de 14 milhões, um todo que se poderá identificar prosaicamente pela mera detenção dum passaporte, mas que se identificará, com muita relevância, por ser um todo portador duma cultura comum, por um sentimento pátrio mais ou menos consciente, mais ou menos interiorizado e assumido, mais ou menos declarado, e por uma língua ouvida e aprendida desde o berço na qual a palavra Portugal tem ressonâncias especiais.

Ao falar-se de poder ou de defesa nacional, a primeira questão que normalmente se põe é a de saber-se quantos somos. A partir deste conhecimento, desde logo importará saber onde estamos.

A este «quantos e onde estamos» se somará um factor talvez mais importante, aquele que se traduzirá pelo «como somos»: o que sabemos e em que nos ocupamos, como e com quem vivemos, como nos repartimos por sexos, por idades, por graus de instrução e por sectores de actividade, o que e quanto lemos, como nos alimentamos, que valores cultivamos, como nos reconhecemos — e como comunicamos...

⁽¹⁾ Estimativas Provisórias de População Residente em Portugal — 1985, INE, Julho de 1986.

⁽²⁾ Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas — Estatísticas.

Quando nos referimos às comunidades portuguesas não falamos em fronteiras como «estremas que separam duas regiões ou dois países confinantes» (3) porque entendemos que Portugal Nação está para além das estremas políticas e geográficas, repartindo-se ou configurando-se em cerca de catorze milhões de indivíduos que chamam sua à Pátria Portuguesa. As fronteiras definem-se, portanto, no plano da inteligência, dos sentimentos e da cultura, plano este a marcar diferença entre os povos.

Ao discutir-se, portanto, a defesa nacional e os recursos humanos, parece-nos óbvio que não se devem negligenciar as comunidades emigradas que, por direito próprio, fazem parte integrante do poder nacional, quer na perspectiva própria de se sentirem nele integrados, quer na perspectiva de quem possa gerir o Poder que com elas deve contar.

Levam-nos estas considerações introdutórias à questão de como integrar na estratégia identificada com a Defesa Nacional esses três ou quatro milhões de portugueses que se encontram fora do espaço nacional. Não é, porém, problema para responder neste apontamento, pela decisiva razão de que não somos especialistas na matéria. Todavia acrescentaremos que não poderá deixar de merecer a melhor atenção o modo como se visará «conseguir uma situação de Segurança, no mínimo quanto a preocupações como a preservação da liberdade de acção (do País), da sua identidade nacional, da sua individualidade política, do seu património material e espiritual, e da integridade física dos seus cidadãos» (4) no contexto duma nação repartida, de potencialidades variadas e, sobretudo, sujeitas a condicionantes específicas derivadas de situações de ordem vária, onde avultam as sociais, as políticas, as económicas e as de natureza meramente geográfica.

Se é certo que as comunidades emigradas contribuem significativamente para o enriquecimento do Poder Nacional em tempos de normalidade institucional não sujeita a crises graves, não menos certo se nos afigura que o seu peso real não pode deixar de ser considerado no estudo e definição de estratégias que tenham em conta situações de particular emergência para o País.

A luz destas ideias parece-nos útil saber quantos somos e onde estamos no universo das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro (Quadro I).

(3) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Ld.ª, 5.ª Edição.

(4) Virgílio de Carvalho, in «Cumprir Agora Portugal», Lisboa, 1987, pág. 25.

QUADRO I

POPULAÇÃO PORTUGUESA RESIDENTE NO ESTRANGEIRO
EM 1986 — ESTIMATIVAS (*)

PAÍS DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO PORTUGUESA
EUROPA	
Alemanha (R.F.)	77 100
Bélgica	24 153
Espanha	70 000
França	765 000
Itália	1 416
Luxemburgo	38 000
Países Baixos	7 867
Reino Unido	40 000
Suécia	2 000
Suíça	65 336
União Soviética	1 300
Outros (14 países)	1 596
	1 093 828
AMÉRICAS	
Antilhas Holandesas	4 000
Argentina	19 000
Bermudas	2 000
Brasil	1 200 000
Canadá	437 320
Estados Unidos da América	283 000
Uruguai	2 000
Venezuela	162 227
Outros (11 países)	1 740
	2 111 287

(*) SOPEMI — OCDE. Estimativas com base em elementos fornecidos pelas embaixadas e consulados de Portugal e em elementos do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

PAIS DE RESIDENCIA	POPULAÇÃO PORTUGUESA
--------------------	----------------------

AFRICA

África do Sul (R.)	600 000
Angola (R.P.)	16 000
Guiné-Bissau	1 200
Líbia	1 400
Marrocos	1 000
Moçambique (R.P.)	21 000
Namíbia	2 500
Suazilândia	2 000
Zaire	4 500
Zimbabwe	8 000
Outros (13 países)	2 794

660 349

ASIA

Hong-Kong	13 000
Israel	3 000
União Indiana	2 477
Outros (11 países)	3 068

21 545

OCEÂNIA

Austrália	48 400
Nova Zelândia	20

48 420

TOTAL 83 países	3 935 429
------------------------------	-----------

Haverá que ter presente que os números apresentados neste Quadro pecarão, nalguns casos, mais por excesso do que por defeito; mas como estimativas que são, e fundamentadas em informações fidedignas, é perfeitamente legítimo acolhê-los. Verificam-se, aliás, discrepâncias assinaláveis quando confrontados estes números com as estatísticas de alguns países de acolhimento. No entanto, embora à primeira vista pareça estranho afirmá-lo, ambas as versões estarão correctas, explicando-se a aparente anomalia pela aplicação de distintos critérios de apuramento e de avaliação. É que, na realidade, a simples prevalência do «jus solis» ou do «jus sanguinis» ou a notação unilateral dos casos de dupla nacionalidade são justificação bastante para as variações que se verificam e que, em certos casos, são certamente muito notórias (*).

Ora o interesse destes recursos humanos, na perspectiva da Defesa ou do Poder Nacional, não se esgota na sua vertente demográfica, precisamente porque esta contém realidades que lhe são inerentes e que devem ser contabilizadas nesse contexto.

Esta população portuguesa residente no estrangeiro tem um peso real, maior ou menor, mas sempre influente, nas sociedades de acolhimento, peso este que realmente exerce uma pressão não só no tecido social de que é parte integrante como também nas instituições locais. Mercê dum portuguesismo entranhado, mais ou menos manifestado, mas sensível como entre os melhores, e ainda mercê da manutenção de laços afectivos, culturais e económicos com a Pátria que um dia abandonaram por necessidade, que não por desamor, as comunidades no estrangeiro exercem pressões efectivas em todo o universo vivo das sociedades de acolhimento, pressões que se vêm a reflectir em todos os sectores, sejam eles culturais ou políticos, económicos ou espirituais, pesando por fim em decisões a todos os níveis.

Inúmeros exemplos poderiam apontar-se por ilustrar esta verdade: não nos furtaremos a mencionar os mais comezinhos, tais como o fomento do

(*) Em Novembro último, no decurso da reunião anual do SOPEMI (Système d'Observation Permanente des Migrations) realizada na sede da OCDE em Paris, tivemos a oportunidade de defender os números deste Quadro I à luz destes argumentos, com plena aceitação dos interpelantes, representantes de países de acolhimento cujas estatísticas homólogas divergiam das nossas.

comércio, das trocas e dos transportes internacionais, com reflexos positivos nas exportações portuguesas ou na indústria de turismo — e comezinhos por parecerem aspectos de menor nobreza —, antes de mencionarmos a detenção de alguns lugares de relevo nas sociedades de acolhimento e os contactos humanos, a qualquer nível, tão importantes para o melhor conhecimento entre os povos — e logo, para um melhor entendimento, pois não se ama o que não se conhece (passe o lugar comum) — e para o intercâmbio de culturas que necessariamente se estabelece.

Há, por vezes, a tendência para menosprezar os «estrangeirados», os aculturados, os que, vistos de cá através de lentes grosseiras, poderão parecer portugueses ou estrangeiros de segunda, nem sim nem não, os eternos pendurados entre dois mundos, indecisos quando não mesmo os degenerados. Pena é que haja quem limite as observações a aspectos negativos que poderão reflectir realidades parcelares, indevidamente desincarnadas dum todo que, em regra, é bem menos merecedor desse pessimismo, é com deliberado esquecimento dos aspectos positivos que se poderão consubstanciar, muito sinteticamente, no porte natural dos portugueses, aqui ou em qualquer parte, com raízes culturais que as tradições não deixam secar, raízes comuns que a todos nos congrega e irmana, que a todos nos faz sentir diferentes, nem piores nem melhores, apenas diferentes para levarmos aos outros riquezas que são só nossas, e abertos para aceitarmos riquezas de outrem, riquezas que cabem bem nos sacos das nossas vidas. Por isso é que, por esse mundo além, desde a época áurea dos Descobrimentos, cobrimos o mundo com pedaços de Portugal, com pedras que falam português, com cruces dos nossos mortos e da nossa fé, com o produto do nosso trabalho braçal ou intelectual dos nossos artesãos e artistas...

Mas o mundo das comunidades portuguesas, porque ligado à Pátria por uma cadeia de interesses de variada índole, ocupa ainda um lugar bem definido no espaço nacional. Referimo-nos às riquezas palpáveis carregadas para Portugal através dos canais da emigração: são uma segunda geração que vive inegavelmente melhor que a dos pais, que estuda mais e até mais longe, que é mais ambiciosa, que sabe e quer mais; são as habitações mais apropriadas, as necessidades mais apuradas e satisfeitas, uma vida mais desafogada e mais de acordo com a Europa a que formalmente aderimos em Janeiro de 1986... As riquezas são tudo isso — e também o que o Quadro II poderá sugerir...

QUADRO II

TRANSFERÊNCIAS DE DIVISAS DE EMIGRANTES
PORTUGUESES — 1975/1986

ANOS	MILHÕES DE DÓLARES	ÍNDICES 1975=100	TAXA MÉDIA ANUAL DO CÂMBIO ESCUDO/ DÓLAR
1975	1 097	100,0	25,55
1976	1 014	91,5	30,25
1977	1 226	117,6	38,30
1978	1 695	154,5	43,79
1979	2 455	223,8	48,92
1980	2 931	267,2	49,91
1981	2 832	258,8	61,54
1982	2 599	236,9	79,473
1983	2 151	196,1	110,78
1984	2 155	196,4	147,825
1985	2 093	190,8	170,21
1986	2 579	235,1	149,587

Fonte: Estatísticas do Banco de Portugal.

Não se podem dissociar estes caudais de pecúnia das actividades que lhes estão subjacentes e das que potenciam, umas e outras, naturalmente, reveladoras de «recursos humanos», como, consequentemente, tão-pouco se podem dissociar estes recursos do todo nacional, do seu Poder e Defesa, dada a clara evidência duma identidade que, ao longo deste artigo, pretendemos seja reconhecida a Portugal, nação repartida, cujas fronteiras se encontram nos domínios da cultura comum aos seus nacionais, sem dependência do local de residência.

Aos estrategistas cabe estudar, à luz da defesa nacional, os meios de mobilização dos recursos presentes nas comunidades portuguesas no estrangeiro, com a vantagem à partida de as sabermos implantadas na sua quase totalidade no mundo ocidental a que Portugal pertence e com cujos valores

políticos, sociais e culturais se identifica, e isto porque não temos dúvida em concluir que o universo dos portugueses residentes no estrangeiro constitui uma importante componente da defesa nacional.

Dezembro de 1987.

Gil Pereira

Assessor

Instituto de Apoio à Emigração
e às Comunidades Portuguesas

LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE
POPULACIONAL

Manuel Brandão Alves

LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE POPULACIONAL (*)

Porquê este título para uma intervenção que se pretende introdutória a um debate que genericamente aborda a problemática da geoestratégia e da Defesa Nacional?

Quando deparamos com uma expressão como a de «Defesa Nacional», a primeira ideia que surge aos menos avisados é a de utilização, activa ou passiva, de meios violentos. Está certamente longe da mente de todos os que aqui estão presentes uma tal perspectiva.

O primeiro e mais importante combate da Defesa Nacional haveremos de procurar encontrá-lo em todos os terrenos em que se trabalhar em prol da realização de um projecto de coerência nacional. Fortaleceremos os nossos meios de defesa sempre que essa coerência for aprofundada.

Um tal projecto pode ter componentes militares, mas antes disso a referida coerência há-de ser obtida no campo cultural, no campo social, no campo económico, etc.

Permanece de pé, no entanto, o saber-se como se explicita um tal projecto e como se ganha, para a sua realização, a vontade e a participação dos cidadãos e seus corpos organizados. Uma certeza contudo existe, e desde já: o referido projecto nacional há-de assentar na diversidade de riquezas e comportamentos, que são as suas partes componentes, e não no seu anulamento. Nesta perspectiva procuraremos aqui reflectir a diversidade regional do espaço português.

Um ponto de partida em que poderemos colocar-nos consiste em analisar essa diversidade em termos de litoralidade e interioridade. A mobilidade populacional é então encarada, simultaneamente, como condição de liberdade e como exigência de flexibilidade global para o funcionamento do sistema nacional.

(*) Comunicação apresentada ao Seminário «Comunicação Social, Regiões e Defesa Nacional», organizado pelo Instituto da Defesa Nacional, na cidade da Guarda, a 7 de Novembro de 1987.

Procuraremos desenvolver o tema fornecendo alguns elementos de reflexão à volta de cada um dos três pontos seguintes:

- a diversidade do espaço nacional;
- a unidade sistémica e a unidade nacional;
- princípios para a definição de uma estratégia de desenvolvimento.

O tempo é escasso, o que exige maior perícia na execução do exercício que me foi proposto realizar.

Como nesta matéria me encontro em fase iniciática, desculpar-me-ão as eventuais quedas ou movimentos menos claros.

1. A DIVERSIDADE DO ESPAÇO NACIONAL

O que acima designamos como um projecto de coerência nacional reforça-se potencializando as complementaridades geradas na diversidade do espaço nacional, e não tentando anular as especificidades que são próprias a cada um dos espaços (regiões) componentes.

Mas a diversidade regional é em Portugal um mito ou uma realidade?

Há quem diga, e é verdade, que a nossa história não nos fornece uma tradição regionalista suficientemente arraigada para que se possa justificar a autonomia e iniciativa regional. Há quem diga igualmente que o combate principal se trava na frente externa e que, por consequência, distrairmo-nos com particularismos locais, ou simples regionalismos, é apenas contribuir para debilitar a retaguarda.

Aos primeiros responderemos que a força das Regiões não é algo que apenas se herda, mas que também se constrói em função de projectos e aspirações que não-de ser, simultaneamente, regionais e nacionais. Para além disso, se não possuímos tradições regionalistas com a mesma força de outros países (Espanha, França), ninguém ignora que, desde antes da fundação da nacionalidade, as particularidades geoclimáticas (litoral e interior, aquém e além-Tejo) geraram, com a ocupação do território, diversidades culturais, comportamentais e sociais que não terei aqui tempo de tipificar.

Aos que privilegiam a frente externa, face aos regionalismos, não deixaremos de os apoiar, acrescentando, contudo, que os regionalismos não devem ser confundidos com a verdadeira autonomia regional e que a unidade nacional não poderá ser construída contra, mas com, e através, das espe-

cificidades regionais. A coerência nacional será tanto mais forte quanto mais se opuser à uniformidade e souber construir complementaridades a partir das diversidades regionais. Seremos tanto mais fortes na frente externa quanto mais densa for a rede de relações na frente interna.

Para nos ajudar a reflectir sobre a problemática da diversidade regional vejamos alguns indicadores económicos referentes ao Valor Acrescentado Bruto (VAB ou riqueza criada) e ao Rendimento Disponível das Famílias, ou seja o rendimento de que as famílias podem dispor para as suas múltiplas afectações, em alguns dos espaços nacionais.

	VAB pc em % do VAB pc do CTN (1982)	RD pc em % do RD pc do CTN (1979)
Litoral	1.11	1.06
Interior	.71	.84
Região Centro	.78	.91
Centro Interior	.59	.82
Guarda	.57	1.01

Fonte: INE e GEBEI-IACEP

A observação destes números mostra-nos fortes disparidades entre os vários espaços regionais. Elas são, naturalmente, reveladoras de dinâmicas diferentes de desenvolvimento que, se tempo e ciência me sobrassem, importaria caracterizar.

Há, no entanto, uma circunstância que importa comentar, porque claramente indicadora de especificidade regional. As disparidades regionais são muito mais fortes relativamente à riqueza criada do que relativamente à riqueza distribuída pelas famílias. Verifica-se até o facto curioso de no distrito da Guarda o Rendimento Disponível *per capita* ser sensivelmente idêntico ao do resto do Continente.

Porquê esta disparidade entre as distribuições da riqueza criada e da riqueza distribuída? Sem procurar explicitar todos os mecanismos que lhe estão subjacentes, recordemos apenas que dois dos factores que mais contribuem para o fecho do leque da distribuição espacial dos rendimentos, relativamente ao da riqueza criada, são as transferências sociais e as remessas de emigrantes.

Trata-se, contudo, de factores cuja influência se pensa ter vindo a diminuir, nos anos mais recentes, e em grande medida exógenos à região,

e até mesmo à Nação. Por essa razão, o que poderia ser considerado como uma situação razoavelmente confortável não pode deixar de ser encarado com as maiores preocupações.

A situação que acaba de ser explicitada é reveladora de diversidade regional. Ela não é, no entanto, propiciadora do reforço da unidade nacional. Para que tal aconteça haverá que endogeneizar os mecanismos criadores e repartidores de riqueza.

Veremos, a seguir, como é que através do conceito de sistema poderemos encontrar critérios que nos permitam caminhar no sentido da compatibilização da diversidade regional desejável, com a unidade nacional indispensável.

2. UNIDADE SISTÊMICA E UNIDADE NACIONAL

Um sistema é um conjunto de elementos autónomos entre os quais se verifica uma forte interdependência. Um sistema encontra a sua razão de ser na finalidade que prossegue. Cada um dos seus elementos pode igualmente ser encarado como um sistema, ou um subsistema de um sistema mais vasto, que prossegue igualmente finalidades próprias. Estas, contudo, apenas podem ser atingidas, plenamente, após terem sido fornecidas, pelo sistema ao subsistema, directrizes que permitem que todo o sistema seja coordenável.

Em termos de espaço nacional e de espaços regionais (sistema nacional e sistemas regionais) estas directivas são componente importante do conjunto de instrumentos que hão-de dar coerência e sentido à unidade nacional.

O reforço da coerência constrói-se com as Regiões, com os Municípios e com o Poder Central. Todos eles são subsistemas do sistema nacional. E se o sistema for coordenável, hão-de prosseguir, em interacção, as suas próprias finalidades e, por essa via, realizarão a finalidade nacional.

O sistema não manterá a sua coerência, o seu dinamismo, e não realizará por isso a sua finalidade, se não estiver aberto ao exterior. A abertura é condição de renovação e de adaptação.

Embora a abertura seja condição de sobrevivência, ela pode igualmente, se não convenientemente gerida, ser risco de desintegração. Esta questão é naturalmente importante numa fase da nossa história em que estamos confrontados com uma dinâmica de integração europeia.

Salvaguardados os convenientes limites, colocamos o relacionamento entre os espaços nacionais e o espaço europeu nos mesmos termos em que colocamos as relações entre os espaços regionais e o espaço nacional.

A finalidade de uma Europa Unida há-de fazer-se com, e através, das nações, e não à custa ou contra as nações. A Europa será tanto mais forte quanto mais fortes forem as nações que a compõem. O futuro da Europa está, é certo, na Europa das Regiões, não porque elimina as nações mas porque a força das nações há-de também estar na força das suas Regiões.

A abertura do espaço nacional e das suas regiões (porque estas são espaço nacional) ao exterior e, em particular, à Europa, há-de ser a que for compatível com o reforço da nossa especificidade, enquanto Portugal. Terá de ser por isso rejeitada toda a abertura que contribua para a sua descaracterização.

Esta questão é particularmente importante no contexto das nossas relações com a Espanha. A abertura à Europa passa necessariamente pela abertura à Espanha, mas há que ter em conta que ela não tem o mesmo conteúdo para todos os países. A nossa abertura com o Reino Unido não é, nem será, a mesma que a nossa abertura com a Itália.

Do mesmo modo, a nossa abertura em relação a Espanha, e especialmente das nossas regiões fronteiriças, tem de estar condicionada a um projecto de desenvolvimento nacional que, respeitando os compromissos internacionais, reforce o grau de integração entre os diferentes espaços que formam o todo nacional.

O desenvolvimento das regiões do interior há-de fazer-se através da intensificação das suas relações com as regiões do litoral. Se há que desenvolver as relações das regiões fronteiriças com a vizinha Espanha elas deverão estar subordinadas ao desenvolvimento da integração entre as várias regiões nacionais.

É evidente que quando sugerimos como percurso para o desenvolvimento o reforço do grau de integração entre os vários espaços nacionais, não estamos a sugerir a subordinação do interior ao litoral ou vice-versa. Não se constrói a unidade nacional descaracterizando o que vale a pena ser preservado.

Somos assim conduzidos à explicitação de alguns princípios que cremos deverem presidir à definição de uma estratégia de desenvolvimento nacional, que o seja também das suas regiões e que, por isso, deverão estar presentes na definição de uma estratégia de Defesa Nacional.

3. PRINCÍPIOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Devido a circunstancialismos vários tem-se verificado que a nossa geoeconomia se tem caracterizado por um desenvolvimento e crescimento mais rápido das regiões do litoral do que das regiões do interior.

Tendo em conta este passado e os eventuais perigos de uma forte atracção, por parte de regiões mais dinâmicas da vizinha Espanha, pode-se cair na tentação de concentrar a parte substancial dos meios de desenvolvimento no litoral, transformando, deliberadamente, o interior numa espécie de reserva estratégica, ou terra de ninguém, acompanhada de incentivos que conduzam à progressiva transferência das suas populações, em particular as que se encontram em idade mais activa, para as regiões mais dinâmicas.

Trata-se de uma estratégia que em pouco difere da que foi, senão defendida, pelo menos prosseguida no passado. Não cremos que deva ser continuada no futuro. Os perigos que hoje se reconhecem numa potencial absorção espanhola encontram a sua razão de ser precisamente no facto de não terem sido criadas condições para que, a par do litoral, também se tivesse podido desenvolver o interior.

Reconhece-se hoje que a difusão dos efeitos do desenvolvimento no espaço será tanto mais rápida, e mais homogênea, quanto mais o espaço no seu todo estiver dotado de condições infra-estruturais com potencialidades idênticas. Claramente que dizer isto não é o mesmo que dizer que todo o espaço deverá estar dotado de idênticas infra-estruturas.

Se no passado essas infra-estruturas foram essencialmente infra-estruturas de transportes, hoje, tão importantes como estas, são as infra-estruturas de comunicações, em particular, as que hão-de servir de suporte à difusão e à transparência da informação.

A transparência da informação é a condição essencial para uma correcta afectação de recursos, para a tomada de decisões em tempo e local oportunos e, por isso, de eficácia económica.

É pela criação de transportes e comunicações, numa perspectiva de rede, igualmente eficientes em todo o território nacional, que será possível compatibilizar a eficácia económica com a solidariedade social. Apenas se encaradas nesta perspectiva será possível evitar que as referidas infra-estruturas

se transformem em vias de penetração dum potencial inimigo em lugar de suporte de desenvolvimento autónomo.

Para terminar voltemos de novo ao título.

LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE POPULACIONAL...

De tudo o que atrás fica dito torna-se evidente que não pensamos que litoralidade seja só por si condição de desenvolvimento, e interioridade seja só por si condição de subdesenvolvimento. Uma e outra possuem potencialidades para poderem ser condição de desenvolvimento, desde que sejam criadas as complementaridades que transformem as fraquezas e insuficiências de uma e outra em capacidade adicional de desenvolvimento.

A mobiliade populacional deixará de ser então objecto de estratégia para se transformar em opção de liberdade assumida.

Novembro de 1987.

Manuel Brandão Alves

Doutor em Economia e Prof. Auxiliar
Convidado do Instituto Superior de Economia

**A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E GEOECONÓMICA
DAS ÁREAS PORTUÁRIAS INDUSTRIAIS:
O CASO DO PORTO**

Virgílio de Carvalho

A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E GEOECONÓMICA DAS ÁREAS PORTUÁRIAS INDUSTRIAIS: O CASO DO PORTO (*)

1. INTRODUÇÃO

Os países precisam de metas concretas — os Objectivos Nacionais Permanentes (ONP) históricos e actuais — para sua orientação na permanente busca de realização das utópicas Aspirações de Desenvolvimento, Segurança e Justiça, e para a sua gestão racional.

Os ONP históricos devem reflectir, para o caso especial de Portugal, as preocupações seculares com a minoração de vulnerabilidades e com a exploração de potencialidades, próprias da sua Geografia e do Carácter do seu Povo, por forma a preservar a viabilidade geopolítica, geoeconómica e cultural do País e a sua identidade, e a torná-lo desenvolvido, seguro, justo, influente e competitivo. Os ONP históricos, e também os actuais, devem assim reflectir o funcionamento mais conveniente de Portugal, e a sua maneira característica de estar no Mundo.

*
* *
*

A preocupação central histórica de Portugal consiste, muito naturalmente, em preservar a sua diferenciação relativamente à vizinha Espanha, o que decorre de o território deste país rodear o Continente Português por todos os lados menos pelo do mar.

A preocupação de maritimidade, ou seja, da exploração da fronteira marítima com propósitos de desenvolvimento e de relações externas económicas, culturais e militares, e de transportes que especializem Portugal, tornou-se num ONP histórico, ou clássico, claramente identificável nos processos de autonomização do Comando Portucalense e de independência de Portugal. De

(*) Conferência proferida no Forum Portucalense, em 29 de Janeiro de 1988, no âmbito do Ciclo de Conferências/Debate sobre O Porto e a Sua Área Metropolitana.

facto, o Comando Portucalense habituara-se desde cedo a viver do mar e para o mar, centrada que estava a sua vida económica e cultural nos rios e estuários, de que se destacou o papel central do Douro, do burgo portucalense que se desenvolveu no seu estuário, e de toda a região por ele banhada, que chegou mais tarde a ser reduto de resistência a invasores espanhóis e franceses. E, logo após a independência, os Reis de Portugal, verificada a impossibilidade de progressão para Norte do rio Minho, decidiram-se pela anexação da importante região estratégica constituída por Santarém, por Alcácer do Sal e pelos vastos e valiosos estuários do Tejo e do Sado, e do Algarve, devendo destacar-se a conquista de Aiamonte, para assegurar a posse do estuário do Guadiana.

No «Universo» que na altura era a Península Ibérica, retalhada por várias Nações, Portugal foi consolidando a sua marcada personalidade marítima. Jaime Cortesão salientou isso mesmo na sua obra «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal», ao afirmar que os Portugueses criaram o «género de vida nacional» ao ocuparem toda a costa e ao organizarem a Nação em função marítima. Por seu turno, António Sérgio, na sua «Breve Interpretação da História de Portugal», salientou ter-se formado no litoral nortenho uma burguesia cosmopolita, oposta na mentalidade e nos interesses aos senhores rurais do interior. Mas há estrangeiros que interpretam Portugal semelhantemente: o espanhol Unamuno, afirmando que «o que faz Portugal é o mar»; e o americano D. J. Boorstin, em «Os Descobridores», sustentando que a Geografia determinou o papel de Portugal na História, e acentuando que o País foi abençoado com extensos rios navegáveis e portos profundos, virados para o Atlântico. Terá sido por tudo isso, e por outras razões que os historiadores e os sociólogos melhor saberão, que em Portugal se desenvolveu um considerável Poder Marítimo, primeiro decerto para manter comunicações fáceis, económicas e livres entre portos nacionais, e entre estes e os estrangeiros, e depois para a sua defesa e da costa contra a pirataria. Fosse como fosse, tal Poder Marítimo, e informação sobre riquezas ultramarinas, terão estado na tentação da expansão marítima portuguesa, para a qual o descobrimento, o povoamento e o desenvolvimento dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores muito contribuíram certamente para a constituição duma adequada base de projecção de explorações e de poder. E terá sido certamente esta circunstância providencial que, tendo transformado entretanto Portugal num País quase-arquipelágico, mais euro-atlântico que ibérico,

lhe conferiu a taxa de maritimidade suficiente para poder resistir mais tarde ao impacto do aumento dramático de continentalidade conseguido pelos Reis Católicos com a unificação em 1942 das restantes Nações da Península Ibérica, sob a designação de Espanha.



Do sucintamente referido se pode inferir que a verdadeira fronteira de Portugal estará muito mais na inteligência e na vontade dos Portugueses do que noutros factores tangíveis, ou concretos, do Poder Nacional. Daí que deva merecer especial preocupação a identificação dos Objectivos Nacionais Permanentes históricos, principalmente dos que mais têm a ver com a viabilidade geopolítica, geoeconómica e cultural do País, como o seu modo de estar no Mundo e de funcionar coerentemente, e com a preservação da identidade da Nação Portuguesa. De qualquer modo, parece bastante claro que os rios navegáveis, os portos, os burgos costeiros e o mar têm um valor estratégico e cultural vital para Portugal.

2. A IMPORTÂNCIA GEOECONÓMICA E GEOPOLÍTICA DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS

As fronteiras marítimas dos países são fronteiras livres praticamente com todo o Mundo. A acrescer a isto, a grande maioria do tráfego de mercadorias pesadas, incluindo os combustíveis, faz-se pela via marítima, que é consideravelmente mais económica do que a terrestre. Não admira assim que os grandes estuários e os grandes portos tenham atraído ao longo de séculos, em todo o Mundo, a grande maioria das populações activas e das actividades industriais, comerciais, científicas e culturais. E que alguns portos, como aconteceu com Lisboa, e um pouco também com o Porto, tenham sido berço de grandes empreendimentos, e até de civilizações. E ainda que a muitos deles se tenham associado mais tarde os grandes aeroportos intercontinentais, em consequência de a via aérea se ter assumido, entretanto, como complementar da marítima para o livre e rápido trânsito de pessoas e cargas ligeiras. Além disso, a importância das fronteiras marítimas tende a aumentar com as descobertas e explorações de recursos energéticos e mineralíferos existentes nas plataformas continentais.

A China constitui um exemplo actual de reconhecimento da importância geoeconómica, geopolítica e cultural das costas, principalmente das localizadas sobre importantes rotas marítimas, ao fazer de cidades industriais portuárias pólos de desenvolvimento acelerado da China Continental, varandas para o «off-shore» petrolífero, e ponte para a reunificação com a China Insular, ou Formosa, no âmbito do seu projecto «um país, dois sistemas». Como é conhecido, a actual liderança em Pequim decidiu não assumir as preocupações da «era de Mao» de travar o desenvolvimento técnico-industrial para não criar desequilíbrios entre o litoral e o interior e entre os meios urbano e rural, e para preservar grande número de postos de trabalho, mesmo à custa de menor competitividade do país. E, rompendo com o sistema instituído, resolveu fazer de 14 cidades portuárias (à semelhança de Hong-Kong e Macau) locomotivas do desenvolvimento acelerado do país, que pretende alcançar até ao ano 2000, com apoio de tecnologia, meios financeiros e ciência empresarial do Ocidente. Percebe-se ser objectivo de tal viragem coesão e solidariedade interna, e influência e competitividade externa, ao nível da grande potência que a China pode ser, pela via do desenvolvimento tecnológico-industrial. E note-se que, ao fim e ao cabo, para uma geografia que, ressaltada a escala, é idêntica à de Portugal, a solução da maritimização do país, incluindo a sua evolução para um país asiático-pacífico, isto é, com uma componente continental e outra insular, para não falar da plataforma continental, foi a escolhida para fazer uma China mais desenvolvida e mais competitiva.

3. *A COERÊNCIA DO SISTEMA GEOECONÓMICO, GEOPOLÍTICO E CULTURAL DE PORTUGAL*

Os planos relativos à reestruturação e ao desenvolvimento dos países devem procurar reconhecer e respeitar a sua coerência geopolítica, geoeconómica e cultural. Quer isto dizer que esses planos devem ser consistentes com os seus Objectivos Nacionais Permanentes (ONP), mormente com os históricos, cuja natureza muitas vezes vital, e elevada consensualidade, lhes dão força de Directiva da Nação aos governantes. Entre tais ONP salienta-se de novo, quanto a Portugal, o de preservar a diferenciação quanto à geograficamente envolvente Espanha, explorando por exemplo as potencialidades da fronteira marítima como locomotiva de desenvolvimento especializado em segurança, e como pólo de atracção económico e cultural do interior e dos

Açores e da Madeira, em conformidade com a lógica euro-atlântica (quase-arquipelágica) do sistema. De notar ser também ONP histórico um relacionamento especial com a potência que controla o Atlântico Norte, ainda para fins de preservação da diferenciação de País, relacionamento esse que passa pela fronteira marítima.

Na perspectiva referida, conviria tirar partido de zonas portuárias e aeroportuárias industriais com potencialidades de Áreas Metropolitanas, interessando por isso tudo o que possa contribuir para reconhecer tais potencialidades, para as desenvolver e organizar, e para lhes aumentar a competitividade. Quer isto dizer que a Portugal muito conviria, por razões que se prendem com a sua própria individualização e segurança, e coerência de funcionamento, assentar o seu desenvolvimento numa «rede-locomotiva» de Áreas Metropolitanas apoiadas em cidades portuárias industriais, mormente nas situadas sobre ou nas proximidades de estuários de importantes rios navegáveis. A existência duma Comissão de Coordenação Regional (CCR) para «Lisboa e Vale do Tejo» parece apontar precisamente nesse sentido. Por isso se entende ser preciso estudar a conveniência e a viabilidade de se estender a ideia a outras regiões, como por exemplo às do Douro, do Mondego, do Sado, e considerar soluções para aproveitamento das potencialidades dos casos especiais das rias de Aveiro e de Faro.

Nesta óptica geopolítica, geoeconómica e cultural de Portugal, conviria decerto estudar a criação de uma rede de comunicações por terra, mar, ar, rios e éter para ligar com coerência e eficácia um País que tem de viver do mar e para o mar, solidário e coeso, e agarrado à costa, ou, como dizia Jaime Cortesão, que tem de organizar-se em função marítima para poder viver de vida própria. Assume então particular interesse, para o importante tema em apreço neste fórum, a consideração da viabilidade e da conveniência de ligar o interior por vias fluviais a uma cabotagem nacional também a desenvolver. E de ligar esta cabotagem nacional à cabotagem europeia, e ainda às rotas oceânicas, aproveitando entroncamentos e transbordos em portos secundários e em portos de águas profundas, respectivamente. De notar que a posição periférica atlântica e central de Portugal numa Europa que tem uma fronteira marítima muito mais extensa do que a terrestre, associada ao clima e ao carácter marítimo nacional, e à sua localização numa área de confluência de valiosas rotas marítimas, é susceptível de proporcionar um importante papel ao País como participante e como apoiante logístico du-

ma rede de cabotagem europeia, capaz de proporcionar sucessos em termos de especialização como foi, e pode ainda ser, a Lisnave. Um tal sistema de ligações fluviais e marítimas poderia pôr assim em contacto directo portos fluviais do interior com portos na costa do Continente e nas ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, e com portos costeiros e interiores na Europa e no Mundo. Poderia levar o mar ao interior, ou o inverso, isto é, fazer de todo o continente uma autêntica faixa litoral, desenvolvida.

Salienta-se que o sistema de comunicações sugerido não esgota a questão, pois haveria que fazê-lo coexistir, como se impõe (e não fazer com que umas vias destruíssem as outras, como se fez lamentavelmente no passado), com vias terrestres e aéreas também lançadas em conformidade com a lógica geoeconómica, geopolítica e cultural viabilizante e individualizante do País. Isto é, quanto às terrestres, ligando o interior com as cidades portuárias e aeroportuárias industriais, e estas entre si. E, quanto às aéreas, além do referido para as terrestres, ligando as dispersas parcelas do território nacional entre si, e bem assim ao exterior, nos casos que o justifiquem. Ainda quanto a vias terrestres, e dentro da mesma lógica funcional de Portugal, conviria preservar vias directas para a Europa através do território do país vizinho, para defender a liberdade de acção nacional, e para não contribuir para fazer de Madrid um centro de actividades da Península toda. Por fim, não poderia descurar-se o lançamento de vias terrestres Norte-Sul, ligando entre si as faixas interior e centro do Continente do País.

4. A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O contributo transcendente da região do Porto para a viabilidade da independência de Portugal, e do grande empreendimento dos Descobrimentos Marítimos, foi já salientado atrás. Junta-se-lhe, da Memória Histórica que faz parte da Identidade Nacional, o seu papel, já atrás citado, juntamente com a região centrada no rio Douro, como reduto nacional de resistência a invasores espanhóis e franceses. A proverbial dedicação profissional, e a vaga de progresso e exemplo de iniciativa, criatividade e abnegação das gentes do Norte, fazem com que o Porto continue a merecer o título de «capital do trabalho», o que é obviamente extensivo à laboriosa e produtiva região que imediatamente o envolve. A região do Porto, contando ainda com as instalações portuárias de águas profundas de Leixões, e com o seu aeroporto intercontinental de Pedras Rubras, está automaticamente qualificada como

zona portuária e aeroportuária industrial de grande importância para o correcto funcionamento e desenvolvimento de Portugal. Por isso, entendo ter alto interesse nacional estudar o aproveitamento das suas virtualidades tangíveis como Área Metropolitana, a que acrescem as intangíveis respeitantes aos peculiares bairrismo e lusitanismo das suas gentes. No entanto, a referida Memória Histórica, que é componente essencial da Identidade da Nação Portuguesa, como se disse, aponta para que uma Área Metropolitana do Porto deva ser também estudada como locomotiva de desenvolvimento regional e pólo de atracção do interior para a costa. E, aí, surge o rio Douro como veículo de homogeneização e canalizador de atractivos a ter em séria conta, isto é, como elo natural de ligação e de integração económica, humana e cultural entre o litoral e a costa. O que leva a pensar que deveria ser objecto de ponderação a criação duma Grande Região do Norte, com a sua Capital Regional no Porto, ou uma forma de associação de Municípios que pudesse produzir idêntico efeito. Nesse estudo, decerto que muito conviria avaliar da aceitabilidade de tais soluções. Isto é, pesar bem o que se ganha e o que se perde com elas, tendo em consideração os custos inerentes à regionalização e o desenvolvimento que dela poderia decorrer. E, principalmente, a necessidade geopolítica e geoeconómica de fazer prevalecer a atracção do interior nacional para a costa portuguesa sobre idêntica atracção para a costa espanhola, um risco decorrente de certa integração económica inevitável do interior português com o interior do país vizinho.

*

*

*

A navegabilidade do rio Douro surge assim como opção lógica para se refazer a vida económica e cultural duma região como a Duriense, cuja importância geoeconómica e geopolítica para Portugal espero ter conseguido evidenciar. Por isso terão cabimento alguns apontamentos sobre virtualidades da navegabilidade dos grandes rios, para além dos apresentados, de que se destaca, em primeiro lugar, a sua normal maior economia como via de transporte de cargas mais pesadas, e a sua óbvia complementaridade com outras vias indispensáveis. O exemplo do Reno, com as suas rodovias e ferrovias paralelas, e trânsito intenso que caracteriza as três, e as povoações e as actividades económicas, turísticas e culturais que florescem ao longo delas, é um exemplo a estudar com atenção. Pelos rios navegáveis podem circular

produtos minerais, agrícolas, industriais, tanto do interior para a costa, como no sentido inverso. Nas margens de rios navegáveis podem florescer autênticos portos comerciais e de pesca fluvial, costeira e oceânica, e ainda marinas para embarcações de recreio fluvial e oceânico, com correspondente apoio de indústrias hoteleira e naval que representam muitos postos de trabalho e, bem assim, reforço da condição de Povo marítimo que o Português é. Uma via fluvial como a do Douro decerto que exige, em conformidade com o referido, que a barra do rio seja adequadamente praticável para os Objectivos por que se entender optar.

*
* *

Uma Regionalização de Portugal deve visar aumentar o Poder Nacional do País, ou seja, a sua capacidade de influenciar os acontecimentos que lhe respeitam e interessam para poder ser suficientemente dono dos seus destinos, tornando-o mais participado e mais interessante. Tudo isto numa perspectiva de justiça, de solidariedade e de desenvolvimento de competitividade, pelo reforço da sua coesão e pela integração das suas diversidades e complementaridades humanas, económicas e geoestratégicas.

Uma Regionalização de Portugal deve ser por conseguinte encarada como uma Estratégia visando um Objectivo como o referido. Por isso, o seu estudo deve ser feito numa óptica de interesse do Todo Nacional, seguindo a metodologia racional e científica do Planeamento Estratégico. E este começa pela identificação e reconhecimento consensual, nacional, de Objectivos Nacionais Permanentes históricos e actuais, os quais a Estratégia da Regionalização deverá procurar ajudar a realizar. E, sendo a Regionalização uma Estratégia, deverão as possíveis opções ser submetidas às clássicas provas de Adequabilidade, Exequibilidade e Aceitabilidade, para ver se a Regionalização deverá poder realizar os ONP supracitados, se a sua concretização e o seu funcionamento serão asseguráveis, e se o que gasta com elas, e os riscos que sempre têm, serão compensados pelo valor dos resultados a obter.

Quer isto dizer, obviamente, que as considerações que apresento precisam também de ser submetidas ao rigor das Provas de Estratégia, pelo que não poderão ser tomadas por mais do que uma proposta para um primeiro passo num processo que, no caso de lhe ser reconhecido interesse, precisaria de ser cuidadosamente conduzido.

5. NOTAS FINAIS

O território dos países é a sua base natural de actuação, onde se encontram os recursos de toda a ordem (incluindo os da terra e das plataformas continentais, e os geoestratégicos) cuja exploração lhes promete desenvolvimento sem comprometimento da sua liberdade de acção. Por isso, interessa efectivamente reconhecer as potencialidades dos territórios, e explorá-las com os olhos postos nas utópicas e inseparáveis aspirações de Desenvolvimento, Segurança e Justiça.

Portugal já tem uma existência demasiado longa para que possa ser agora redesenhado numa prancheta. Mas tal não deve obstar a que tal prancheta deva existir mesmo, para se ir corrigindo o que ainda for possível e conveniente corrigir, para se ir tirando adequado partido de oportunidades que forem surgindo em cada conjuntura, e para que, em novas opções, não se repitam erros eventualmente cometidos. E isto é particularmente importante num País como Portugal, que não pode admitir amadorismos, dado que é um sistema complexo geopolítico, geoeconómico e cultural com um território limitado de características marcadamente fragmentárias, de que se destacam a forma alongada Norte-Sul do Continente com diferenças climáticas e de produções e culturas (agravada pela atracção do seu interior para o interior mais desenvolvido do país vizinho) e a sua muito marcada descontinuidade territorial. Portugal é um sistema euro-atlântico frágil que precisa de ser amarrado à costa do Continente, cujo centro geométrico e de gravidade é Lisboa, que deve ser tida como uma sua autêntica «Brasília interior».

Por isso diria finalmente que uma regionalização que aponte como sendo uma possibilidade a estudar (assente em algumas hipotéticas Regiões Administrativas interior-costa no Continente, apoiadas em Áreas Metropolitanas portuárias e aeroportuárias industriais, e nas Regiões Autónomas já consagradas) precisaria de ter consequências no sistema parlamentar do País. Para melhor se assegurar, por uma autêntica representatividade regional e nacional, e através de confronto das ópticas regionais e nacional, o supracitado Objectivo a prosseguir com a Regionalização, isto é: a solidariedade, a coesão, a diferenciação e a competitividade de Portugal.

29 de Janeiro de 1988

Virgílio de Carvalho

**GUERRA, PAZ E COMUNIDADES HUMANAS
À LUZ DA HISTÓRIA**

ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO

Carlos de Azeredo

GUERRA, PAZ E COMUNIDADES HUMANAS
A LUZ DA HISTÓRIA
ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO

SUMÁRIO

1. *A GUERRA E A HISTÓRIA*
2. *RAIZES OU ORIGENS DA GUERRA*
3. *PAZ, GUERRA E PODER*
4. *PAZ, GUERRA E DESENVOLVIMENTO*

1. *A GUERRA E A HISTÓRIA*

A extrema violência dos conflitos armados, as alterações bruscas das estruturas sociais e políticas que lhes são inerentes, os saques, as destruições, as fomes e até o flagelo da peste que não raramente lhes sucederam, desde sempre impressionaram a imaginação do homem, e, mais do que qualquer outro fenómeno social, a Guerra marcou e perdurou na memória dos homens.

Ainda na alvorada das civilizações, assim que o homem aprendeu a perpetuar nas pedras do vale do Nilo, ou no barro de Sumer e Acad, ou nos pergaminhos cuidadosamente recopiados, as suas experiências vivenciais, foi a Guerra o primeiro motivo das suas inscrições, referissem elas a unificação do Egipto sob Mentuhotep II (C. 2040 a.C.), ou o cerco de Tróia, relatassem elas a luta fratricida do Peloponeso ou as sagas do rei Artur e dos doze pares de França.

Mítica, por vezes, como na europeia de Gilghamesh ou na Teogonia de Hesíodo, real em outros casos, como na formação do Império Sínico, ou no domínio dos Medos pelos Persas, foi da Guerra que os primeiros Historiadores trataram, foi ela que sobretudo os preocupou e cujo relato lhes mereceu ser perpetuado, «para que não caíssem no esquecimento os feitos mais notáveis dos Homens», conforme escrevia Heródoto, em jeito de programa, na introdução ao Livro I da sua História.

É pois legítimo concluir que a ciência da História, como ramo do saber humano, começou pela Guerra, ou dito de outra maneira:

A GUERRA FOI A RAZÃO PRIMEIRA DA HISTÓRIA!

2. RAÍZES OU ORIGENS DA GUERRA

Sendo a Guerra, como fenómeno social, anterior e até motivadora da própria História, pode afirmar-se que ela se apresenta, ao longo da existência dos homens, como uma constante de todas as épocas e de todas as comunidades humanas, desde as mais arcaicas e primitivas até às mais recentes e civilizadas.

Iniciada possivelmente numa dimensão reduzida, à escala das primeiras e limitadas sociedades humanas, a Guerra acompanhou ao longo dos tempos o desenvolvimento das estruturas sociais até atingir a magnitude e o potencial destruidor que a actual tecnologia lhe empresta. Etimologicamente a palavra GUERRA deriva do grito dos guerreiros celtas, lançados ao ataque: «WER-RA», conforme nos conta Publius Cornelius Tacitus (50 a.C. a 20 A.D.) na sua «De Origine et Situ Germanorum», escrita em 18 da nossa era.

Ao longo dos tempos a Guerra tem sido uma realidade tão constante e evidente que bem pode afirmar-se que a Paz, na vida dos Povos, tem sido na maioria das vezes não mais que o fim de um conflito e a preparação de um próximo.

A evidência dos achados arqueológicos do Paleolítico Inferior (Abvilense e Acheulense) permitiu a Henry Bergson afirmar que o «homem apareceu quando foram fabricados os primeiros utensílios, que foram as primeiras armas».

A universalidade deste fenómeno ao longo de milénios tornou o seu conhecimento imediato e intuitivo, mas todas as tentativas para compreender as suas raízes profundas se saldaram em outras tantas hipóteses limitadas que não chegam para explicar esta realidade tão evidente.

Tal como Santo Agostinho a propósito do tempo, também se pode afirmar em relação à Guerra: «Se não me perguntam sei o que é, mas se me perguntam deixo de o saber.»

As causas ou origens da Guerra foram inicialmente atribuídas a desígnios divinos. Os gregos viam nela uma actividade de Ares: os germanos filiavam-na na vontade de Votan, o deus da Guerra; a Bíblia atribuí-a a um

castigo ou desígnio de Yaveh, e os muçulmanos não só a têm como um mandato de Alá, como ainda por cima a canonizaram.

Paralelamente a esta linha de pensamento teocrático, afirmava-se uma outra que colocava a origem da Guerra na própria Natureza:

Heráclito de Éfeso afirmava que «o combate é pai de todas as coisas, e de todas as coisas rei»; Thomas Hobbes (1588-1679) escrevia em 1651 no seu «Leviathan»: «Bellum omnium contra omnes» (a Guerra é de todos contra tudo); Hegel considerava a Guerra um estado natural em que «a idealidade do Ser recebe aquilo que lhe é próprio e se torna realidade».

Posteriormente procurou-se explicar o fenómeno a partir de leis sociológicas, pelas quais a Guerra se destinava a destruir os excessos demográficos, constituindo, como escreve Gaston Bouthoul, «uma função recorrente» (in «Les Guerres. Éléments de polémologie» — Paris, 1951), enquanto os biólogos viram nela um instrumento fundamental para a evolução e selecção das espécies, a que o Homem também estaria sujeito: Darwin sintetizou este conceito na célebre expressão «struggle for life»; alguns naturalistas, observando o comportamento de sociedades primitivas da actualidade, colocam a origem da Guerra em instintos imanescentes ao ser humano, com raízes tão velhas e profundas como a religião, a dança e a caça.

Actualmente as velhas linhas de pensamento sobre a génese da Guerra persistem, com excepção para a linha teocrática. Para facilidade de exposição, podemos dividir as modernas teorias em duas grandes escolas:

Uma atribui a origem da Guerra a factores inatos do próprio Homem; outra atribui essa origem a factores adquiridos, decorrentes de certas relações e instituições sociais.

Ambas estas duas escolas incluem, como é natural, visões optimistas e pessimistas, quanto à prevenção da Guerra.

TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA GUERRA

<i>Escola dos Factores Inatos</i>	{	Linha etológica
		Linha psicológica
<i>Escola dos Factores Adquiridos</i>	{	Linha liberal
		Linha socialista

Dentro da primeira escola encontramos uma linha que aborda o problema no plano etológico, isto é, pela observação e comparação do comportamento animal, individualmente ou em grupo, procurando determinar qual o papel da agressividade e da luta na Natureza. Destacam-se neste domínio, entre outros, os trabalhos de Konrad Z. Lorenz, com o seu «King Salomon's Ring» (Methween, Londres, 1952), e do biologista e etologista J. P. Scott, que afirma: «a conduta agressiva no reino animal não pode ser considerada nem como accidental, nem como anormal; a agressão é uma parte constante e aparentemente útil da conduta quotidiana de muitos animais» (in «Agressi-on», Chicago, 1958).

Nesta linha de investigações tem tido particular interesse a observação do comportamento de animais, isolados ou em grupo, em relação a um dado território, e recentes descobertas no campo do que os etologistas denominam de «imperativo territorial» sugerem impressionantes similitudes com o comportamento humano.

Ainda dentro desta escala, uma outra linha aborda o problema pelo campo dos factores psicológicos estruturais do Homem. Raymon Aron escreve: «O amor próprio, tanto como o desejo de possuir, transforma irmãos em inimigos e associados em rivais. Todo aquele que ocupa um lugar proeminente é agressivo em relação a todo o que foi rejeitado para uma posição secundária, desde que este ambicione a honra suprema. Todo o bem que se não partilha, como o Poder e a Glória, são objecto de disputas inevitáveis.

Quando o objecto de um conflito é um bem partilhável são possíveis os compromissos, mas mesmo aqui a violência se mantém como uma tentação: Porquê transigir com outrem se, pela força, posso obter o conjunto não partilhado?» (in «Paix et Guerre entre les Nations», Chalmann-Lévy, Paris, 1962 — pág. 343).

Os antigos já sabiam isto e diziam-no de um modo mais breve: «Homo homini lupus».

Na escola que coloca as origens do fenómeno bélico em certas relações estruturais da sociedade que actuam como factores decorrentes, e portanto adquiridos, vamos encontrar duas análises distintas:

Uma primeira, a que chamamos de Liberal, com raízes no pensamento de John Stuart Mill, atribui ao Estado as causas principais da Guerra, agravadas pela democracia e pela anarquia das relações internacionais; procuram opor como contramedidas o sufrágio universal e a formação de organizações

internacionais disciplinadoras. Esta linha de pensamento, tão cara à mentalidade anglo-saxónica, foi de certo modo a responsável pelas cedências do Presidente Roosevelt na Conferência de Yalta, a fim de convencer Estaline a colaborar na fundação da ONU.

Uma segunda linha coloca a sua análise dentro de um conceito socialista, com base no pensamento radical de John Hobson, posteriormente desenvolvida por Karl Marx. Para esta linha as causas da Guerra encontram-se nas estruturas sociais, com as suas clivagens de classe, a existência da propriedade privada e a exploração capitalista dos meios de produção.

Mas o mito de que a Paz Universal seria finalmente encontrada com a abolição dessas estruturas burguesas, consideradas como causas nefastas, e ainda a tão proclamada e esperançosa solidariedade proletária, viriam a ser postos em causa pelas duas guerras mundiais, em que estados socialistas se batiam de ambos os lados sem que as respectivas classes operárias a isso se opusessem, e ainda pela situação de conflito latente entre a URSS e a China Continental, dois estados socialistas em que aquelas estruturas foram abolidas, pelo menos oficialmente. Afinal o sentido de nacionalidade sobrepôs-se como um imperativo à tão esperada solidariedade proletária.

É interessante a posição assumida por Henry Bergson, esse subtil e intuitivo escritor e filósofo francês, que de certo modo se colocou numa posição intermédia a estas duas escolas, ainda que numa visão limitada, ao escrever: «A origem da Guerra é a propriedade individual ou colectiva, e como a Humanidade está predestinada à propriedade pela sua mesma estrutura, segue-se que a Guerra é natural. Alás o instinto guerreiro é tão forte que é o primeiro a aparecer quando se arranha a civilização para se encontrar o substracto natural» (in «Les Deux Sources de la Morale et de la Religion», ed. Alcan, Paris, 1932).

Não vamos aqui determo-nos sobre a recentíssima corrente, tão pobre em reflexão quão rica em demagogia, que vê na existência de armamentos a causa da agressividade e da Guerra; o problema põe-se precisamente de modo inverso: a Guerra é que é a origem e a razão de ser dos armamentos, porque a agressividade, essa reside no próprio coração do Homem, que continuaria a matar-se, mesmo que fossem abolidos os modernos armamentos actuais e tivéssemos de voltar ao biface de sílex dos nossos antepassados abvilenses...

Mas afinal quais são as causas profundas da Guerra?

Razões económicas, ambição, necessidade de defesa, ideologias, diferenças de deuses ou de raças, o poder ou a glória, nenhuma destas motivações chega para nos dar uma resposta, e ela também não foi encontrada apesar de nos EUA, nos 10 anos após a Segunda Guerra Mundial, terem sido dedicados a este assunto mais de cem mil estudos.

Por alguma razão Demócrito de Abdera (c. 460-370 a.C.) dizia na sua pureza e também madureza de filósofo: «Antes queria compreender uma causa, do que ser rei da Pérsia!», e no seu tempo a Pérsia devia ser bem mais atraente do que na actualidade...

3. PAZ, GUERRA E PODER

Têm sido repetidas e abundantes as classificações propostas para os diferentes tipos de Guerra e de Paz, classificações que variam conforme o plano no qual o problema é abordado.

Assim, no contexto de uma valoração moral, teremos Guerras Justas e Injustas, ponto de partida fácil e comum para os conceitos de legitimidade ou ilegitimidade dos conflitos; tal ponto de vista encontra a sua limitação na própria subjectividade do processo avaliador.

Se nos ativermos ao aspecto da iniciativa das hostilidades, encontraremos as Guerras Defensivas ou de sobrevivência, e as Guerras Ofensivas ou de agressão, mas também aqui permanece o elemento subjectivo de apreciação, além do aspecto controverso desta classificação: quantas vezes foi invocado o imperativo de legítima defesa para justificar uma «agressão preventiva»?

Se olharmos à aparência formal da Guerra, chegaremos à distinção entre conflito clássico ou convencional, Guerra em ambiente nuclear e ainda a guerrilha; mas actualmente a racionalização e aproveitamento de todas as potencialidades nacionais no esforço operacional leva por vezes os contendores a utilizar no mesmo conflito formas de luta clássicas e de guerrilha, como aconteceu na Campanha de França, durante os anos de 1944 e 45, em que os franceses actuaram em moldes clássicos (ou convencionais) juntamente com os Aliados, e mantinham na retaguarda das linhas alemãs a actuação de guerrilha. No futuro é de admitir que os estados beligerantes

tenham atitudes semelhantes com a faculdade de adicionar ainda o vector nuclear nas operações.

Não sendo inteiramente satisfatória, mas contudo menos controversa, é a classificação que nos é proposta por Raymon Aron (in «Paix et Guerre...», ed. Chalmann-Lévy, Paris, 1962) que parte do carácter das unidades políticas presentes numa contenda, e hoje geralmente aceite, distingue três categorias de Guerras:

<i>Guerras</i>	{	Inter-Estatais
		Infra-Estatais
		Imperiais

As Guerras Inter-Estatais são as que se travam entre unidades políticas que se reconhecem como existindo legitimamente; ex.: a Guerra dos Cem Anos, as Guerras Napoleónicas, a Guerra Franco-Prussiana de 1870, ou as duas Guerras Mundiais, etc.

As Guerras Infra-Estatais são as que decorrem entre unidades políticas cujo reconhecimento mútuo de existência legítima não existe e as que se desenvolvem no interior do mesmo estado, ditas Guerras Civas; ex.: a Campanha da Judeia conduzida por Tito em 70 A.D. contra a renovação do Estado de Israel que Roma não reconhecia; a nossa Guerra do Ultramar de 1961 a 74; a que se trava entre Marrocos e a Frente Polisário; as nossas Lutas Liberais ou a Guerra Civil de Espanha, etc.

As Guerras Imperiais são as que conduzem à formação ou à expansão de um estado imperial; ex.: as Campanhas de Alexandre, de 331 a 323 a.C., que antecederam a formação do Império Selêucida; a Guerra das Gálias conduzida por César; as campanhas da expansão no Oriente, do Império Marítimo dos Portugueses; a Guerra dos Boers no início deste século, etc.

E que dizer da Paz?

Se considerarmos que a Paz é um bem precioso, e isto é indubitavelmente aceite, temos de concluir que, como todos os bens e todas as preciosidades, só pode ser conseguida e mantida se for bem acautelada, isto é, guardada. E quando estamos a dizer guardada estamos a pensar na força das armas, como uma longa e não desmentida evidência da História nos ensina.

Penso que poderemos arrumar todas as diferentes características, sob as quais a Paz se nos pode apresentar, em duas únicas categorias:

PAZ	{	De Conveniência
		De Imposição

A Paz é de Conveniência quando as unidades políticas em presença têm mútuo interesse em conviver em paz, ou porque existe um equilíbrio das suas forças, ou porque o objectivo não é remunerador, ou por temor das consequências de um conflito nuclear; temos várias situações históricas que são exemplos destes casos: a Paz que actualmente se vive entre as nações da Europa; o facto da Suíça, durante a II Guerra Mundial, se ter constituído num objectivo não remunerador levando o III Reich a manter-se numa Paz de conveniência com os suíços; a situação de Paz entre as duas Superpotências actuais, resultante não só do equilíbrio global das suas forças, mas também do «terror» inspirado pela acumulação de poderosos meios nucleares.

A Paz de Imposição é a que resulta, numa determinada área, da preponderância, imposição ou hegemonia de uma determinada unidade política sobre outras unidades políticas adjacentes, e ainda a Paz que resulta da existência de um Estado Imperial que retira às restantes unidades políticas toda a capacidade para fazerem a Guerra; ex.: a Paz imposta às Cidades-Estado da Grécia por Filipe II da Macedónia após a Batalha de Keronea em 338 a.C., através da Liga de Corinto da qual ele se tornou o «Hégemon»; a Paz imposta pelo British Raj aos diferentes estados do subcontinente indiano durante os séculos XIX e XX; a Paz que a Administração portuguesa impôs às várias e belicosas tribus e reinos das nossas antigas províncias africanas; a Pax Acménida no Oriente Próximo, desde a unificação dos medos e persas sob Ciro, c. 550 a.C., até à Primeira Guerra Pérsica, 493-490 a.C.); a Pax Egípcia entre a unificação sob Mentuhotep II, c. 2040 a.C., até à invasão dos hiksos no reinado de Dudimoses em 1679 a.C.; a Pax Romana, na maior parte da Europa e bacia do Mediterrâneo, desde a Batalha de Actium em 31 a.C., sob Augusto, até à Primeira Guerra Parta (195-202) sob Septimus Severus; a Pax Sínica no Extremo Oriente, entre os finais dos séculos XVII e XVIII, até ao início da Guerra do Ópio.

Há contudo um único caso de uma Paz imposta que constitui a excepção à verificação geral da História: foi a Pax Cristiana imposta aos Príncipes cristãos de uma Europa medieval entre 1100 e 1250. Neste caso a imposição não utilizou a força das armas mas sim a da Fé, numa época de crença viva e forte.

Se a Guerra depende inteiramente do poder militar dos estados e é mesmo a materialização desse mesmo poder, pode concluir-se com não menos verdade que também a manutenção da Paz resulta do mesmo poder que a torna ou conveniente ou imposta.

Esta realidade, tão evidente e tão difícil de aceitar para certos idealistas, torna ainda mais saliente a falácia mental que constitui o ligar o problema da Paz ao do Desarmamento; a propósito é oportuno recordar que se a Europa está a viver nos nossos dias o mais longo período de Paz da sua História, desde o Império Romano, isso se deve fundamentalmente à acumulação de poderosos armamentos nucleares e ao respectivo terror daí decorrente. Não menos interessante é o caso do Japão que, dividido por lutas internas até ao século XVI, pôde alcançar a Paz interna quando um dos «Xoguns» em conflito conseguiu armar-se com cópias das armas de fogo ali introduzidas pelos portugueses, favorecendo a unificação do país. A própria Suíça, como já se referiu, manteve a Paz da sua neutralidade durante a II Guerra Mundial à custa de 430 000 homens que se mantiveram debaixo de bandeiras e das poderosas fortificações efectuadas no reduto do seu maciço central, sob a orientação do General Guizan.

É caso para nos interrogarmos até que ponto os armamentos e os Exércitos são instrumentos também da Paz, ou então, colocando a questão de modo inverso, será possível manter e defender a Paz sem o recurso ao poder das Armas?

Enquanto o Homem tiver ideias, religião, necessidades ou ambições, enquanto se mantiver a sua incansável busca da segurança, de bem-estar e até de Paz, em suma, enquanto o Homem for Homem a Guerra estará connosco e ela será fruto amargo na seara humana.

E tal como na sucessão dialéctica da realidade, o Bem está relacionado com o Mal, a Saúde é inseparável da Doença, a Vida é companheira da Morte e a Luz é irmã da Sombra, também o conceito estimável da Paz se define, se aprecia e se conhece em face da crua realidade da Guerra.

Há na História uma realidade que é perene como o verde da relva: tudo o que é valioso, difícil de conseguir ou frágil por essência, merece e deve ser defendido a todo o custo da cobiça alheia, quer sejam os bens materiais de uma comunidade humana, as suas tradições e cultura, quer se trate mesmo desse supremo bem dos povos, desse frágil dom verdadeiramente divino que é o simples viver em Paz.

Já Tucídides, na «História da Guerra do Peloponeso», nos conta como a neutral cidade de Melos foi esmagada pelo poderio de Atenas e os seus habitantes vendidos como escravos, por não ter um exército que defendesse a sua Paz neutral, e nos nossos dias o Líbano, uma terra próspera e pacífica ainda há bem poucos anos, porque considerou inúteis as suas forças armadas, dissolveu os seus meios de defesa e criou deste modo na sua área um vazio de Poder que, por leis semelhantes às da física, logo foi preenchido pelos poderes adjacentes; as consequências trágicas deste erro estão bem à vista.

«Si vis pacem para bellum», diz a velha sabedoria, isto é, o fundamento de uma Paz segura e duradoura ainda é o Poder das Armas, quer gostemos ou não, pelo menos enquanto a Humanidade se mantiver no estádio actual da sua evolução.

4. PAZ, GUERRA E DESENVOLVIMENTO

Giambattista De Vico (1668-1744) observou que no decurso da História se sucedem largos ciclos ou períodos que se assemelhavam por todo um conjunto de circunstâncias, a que ele chamou de «períodos analógicos». Arnold Toynbee (1889-1975), na sua monumental obra «A Study of History», retomou de alguma maneira o pensamento de De Vico, integrando-o na sua ideia de evolução das sociedades humanas.

Pode dizer-se que no interior de largos ciclos históricos se encadeiam certas fases ou tempos, mais ou menos semelhantes, geralmente sucedendo-se pela mesma ordem, de que a História nos oferece vários exemplos; podemos assim distinguir:

Um Tempo das Perturbações que precede a formação do Estado Universal⁽¹⁾, período em que ocorrem com maior frequência Guerras do tipo In-

(1) Estado Universal é, segundo Toynbee, aquele em cujas fronteiras se contém toda uma sociedade humana ou civilização. Ex.: o Império Romano foi o estado universal da sociedade helénica.

ter-Estatal e épocas de Paz de Conveniência; ex.: em relação ao Império da China, as Guerras dos Estados Combatentes relatadas por Sun-Tzu; na formação do Império Acménida as Guerras entre assírios, caldeus, judeus, medos e persas, relatadas por Heródoto; antecedendo o Império Romano temos as lutas entre latinos, etruscos, sabinos, celtas e as cidades da Grande Grécia, relatadas por Tito Lívio, Tácito e Políbio; na Europa, todas as Guerras ocorridas desde 1400.

Um tempo de Expansão, no qual o Estado Universal, ou Império, alarga as suas fronteiras, e no qual acontece com mais frequência o tipo das Guerras Imperiais, separadas por períodos de Paz de Imposição através de esquemas de hegemonia; ex.: as Campanhas das Gálias, do Egipto e do Próximo Oriente por parte do Império Romano; as Guerras contra os diferentes Khanatos da Ásia Central, na expansão para Oriente do Império Russo; as Campanhas do Egipto e do Sudão nos finais do século passado e início deste, por parte do Império Britânico; etc.

Um Tempo de Paz Imperial, caracterizado pela ocorrência de largos períodos de Paz de Imposição, a que já nos referimos atrás.

Um Tempo de Declínio que no final do ciclo precede a queda dos Estados universais, ou Impérios, e durante o qual se regressa a uma certa frequência de Guerras Inter-Estatais, agora acompanhadas de Guerras Infra-Estatais, separadas por épocas de Paz de Conveniência; ex.: a época das lutas do Império Romano contra os Bárbaros e das várias campanhas internas entre os diferentes imperadores aclamados nas províncias romanas e a sede capital do Império; as nossas Lutas Liberais e a Guerra do Ultramar, que acompanharam de perto a Independência do Brasil e o declínio do nosso Império até à sua liquidação.

Ainda que na História os factos nunca se repitam nem seja possível estabelecer leis precisas que enquadrem o comportamento humano, podemos contudo afirmar que, na sucessão dos tempos, são estas as maiores frequências de certos tipos de Guerra e de Paz.

Mas com todo o seu cortejo de desgraças e de irremediáveis destruições, é possível constatar que a Guerra e a Hostilidade foram, ao longo da vida das sociedades humanas e dentro de certos limites, factores de desenvolvimento, de progresso e de cultura.

As mais belas obras da Grécia, quicá as mais sublimes do génio humano, brotaram numa sociedade que atinge o seu apogeu na era de Péricles, último

quartel do século V a.C., quando os gregos saídos das Guerras Pérsicas se dilaceravam na luta fratricida da Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.).

As ciências, as artes e as instituições florescem na França no primeiro quartel do século XIX, quando os exércitos napoleónicos mantinham bem aceso por toda a Europa o fogo de Marte.

E entre nós, portugueses, Sá de Miranda, Duarte Pacheco Pereira, Fernão Mendes Pinto, Garcia da Horta, o milagre da janela do Convento de Cristo, em Tomar, a magnificência do Claustro dos Jerónimos e a epopeia dos Lusíadas acontecem na vida nacional quando, num esforço humano sem paralelo na História dos povos, os Portugueses impunham e mantinham o primeiro Império transoceânico da História.

Fomos grandes em todos os sentidos, precisamente quando as ossadas dos nossos pioneiros balizavam as pistas do desconhecido, ou quando os «Meninos da sua Mãe», no belo dizer de Fernando Pessoa, apodreciam na penumbra húmida das florestas virgens, ou quando os corpos dos nossos navegantes desciam silenciosamente nos abismos imensuráveis dos oceanos, e isto repetido e repartido por todas as latitudes e todas as longitudes do Globo terrestre!

A própria luta contra um ambiente hostil e agressivo desenvolveu a capacidade criadora das comunidades humanas: enquanto povos sustentados pela liberalidade das regiões tropicais se mantiveram através de milénios em estádios pouco mais que primitivos, as comunidades que se estabeleceram nos climas mais ásperez e difíceis do Hemisfério Norte acabaram por se construir nas pontas de lança da Civilização, da Cultura e do Progresso.

Aliás esta realidade já tinha sido verificada há mais de 25 séculos, quando Heródoto nos descreve, no capítulo 122 do IX Livro da sua «História», o diálogo entre Artembares e Ciro que acabava de vencer o último imperador dos Medos: eis as palavras do general para o novo imperador: «Agora que Zeus destruiu Astiges e deu o domínio aos persas como nação, e a Ti Senhor, como pessoa, porque não sairemos do nosso estreito e árido território (os Montes Zagros) e vamos ocupar outro melhor? Há muitos bem próximos e outros afastados, onde poderemos escolher para que o Mundo nos admire ainda mais: para os Filhos de um Império este seria o destino certo e nunca voltaremos a ter ocasião melhor do que hoje, quando o teu poder está estabelecido sobre vastos povos e sobre todo o continente da Ásia.

Ciro, que ouvira em Paz, respondeu-lhe que fizessem o que desejavam, mas lembrou-lhe ainda que se preparassem para de senhores passarem a súbditos, porque países brandos, disse ele, tornam brandos os homens mais duros.»

Seria fastidioso enumerar aqui as descobertas e os avanços das ciências, nomeadamente da física, da medicina, da electrónica, da química, da farmacopeia, da siderurgia, etc., ou ainda as conquistas da exploração espacial, da cibernética ou da energia nuclear, cuja dinâmica se baseia mormente na preparação para a Guerra.

Até no campo das ideias e da exegese moral se pode dizer que a luta é uma condição de sobrevivência, e no Livro de Job, esse pacífico e sofredor hebreu que coçava a sua lepra com um pedaço de telha, se afirma que «a vida do Homem sobre a Terra é um combate permanente» (Job VIII, 12).

Não se julgue que estamos aqui a fazer a apologia da Guerra, e nada mais longe das minhas intenções que louvar ou defender uma actividade que está na origem de tantas ruínas e de tantas tragédias humanas.

Mas penso que temos de aceitar a Guerra como um fenómeno intrínseco da Humanidade, conforme a evidência de milénios de História, fenómeno susceptível de ser prevenido e de ser moderado nos seus efeitos mais desumanos se tivermos sobre esta questão uma visão realista e despida de quaisquer idealismos que acabam sempre por se revelar como trágicos e muito mais perigosos para aqueles que ingenuamente neles se embalam.

Em face de tudo o que atrás se afirma, surge-nos sempre a angustiada questão:

Qual o sentido da caminhada do Homem ao longo da História?

Quando se vão folheando as páginas dos séculos e se contemplam os custos e as fadigas necessários para se construir a grandeza e o poderio de sucessivos impérios que representaram na sua época a Paz, a Segurança e a Prosperidade de várias gerações, para tempos depois os vermos destruídos com todo um cortejo de sangue, de dores e de lágrimas, para seguidamente tudo recommençar de novo, somos assaltados por uma sensação de trágico pessimismo, como se sobre o Homem pesasse para sempre uma fatal condenação, qual Sísifo eternamente retomando o pesado rochedo que empurra pela encosta do seu Destino, e uma vez no alto volta a rolar de novo para o abismo!

Que ocultas forças levam comunidades inteiras para a morte e para a destruição na Guerra?

Quem medita no orgulho, nas canções e na alegria da juventude alemã na preparação para o holocausto da Segunda Guerra Mundial, quem recorda o «elan» das tropas napoleónicas na véspera das grandes batalhas, quem evoca o fervor e o sentido de desafio dos soldados de Alexandre ao lançarem-se na grande aventura da conquista da Ásia, ou então quem contempla nos nossos museus o brilho dos uniformes, o fulgor das plumas e a cor alacre dos pendões que ondearam nos campos de morte dos antigos combates, e lembra as tragédias humanas envolvidas em tudo isto, como pode compreender o drama misterioso do Destino do Homem?

Talvez por isso, o Homem Medieval, escudado na sua Fé, tenha encontrado para a História um sentido providencial e escatológico, em que o Pecado Original e a Redenção dos «Degredados Filhos de Eva» tornam inteligível o nosso Destino e sustentam em nosso pobre coração a frágil chama da Esperança, ardendo confiada entre as brumas do aparente absurdo da História!

Carlos de Azeredo

General

Comandante da Região Militar do Norte

ESTRATÉGIA MARÍTIMA — CARACTERIZAÇÃO
E EMPREGO

A. M. Quesada Andrade

ESTRATÉGIA MARÍTIMA — CARACTERIZAÇÃO E EMPREGO (*)

SUMÁRIO

1. O VALOR DO MAR
2. PODER MARÍTIMO. CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA
4. EMPREGO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA
5. CONCLUSÕES

1. O VALOR DO MAR

Várias características salientes e ímpares tornam o Mar um elemento vital deste planeta em que vivemos. Assim caracteriza-se, antes do mais pela sua grande extensão, cobrindo cerca de 3/4 da superfície terrestre. O seu volume é 15 vezes maior que o volume da terra emersa (esse volume de água, dividido em vasos cúbicos de 1 milha marítima de aresta, colocados lado a lado, ocuparia uma extensão igual a 4 vezes a distância entre a Terra e o Sol). É, igualmente, profundo. A sua média de profundidade, nas bacias oceânicas, é de 12 600 pés, contra 2300 pés de altitude média da terra emersa, ou seja, uma relação aproximada de 6/1. Mas outras características possui que importa realçar: a água do mar é salgada e inclui substâncias orgânicas e gases dissolvidos, além de uma enorme quantidade de sais, dos quais o sódio, o magnésio, o cálcio e o potássio são os principais. É lar de numerosos seres vivos com «habitat» distintos consoante a salinidade, a profundidade e a pressão.

Os mares são, igualmente, opacos ou «pouco transparentes» às radiações electromagnéticas, característica que tem sido essencialmente investigada

(*) Conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional ao Curso de Defesa Nacional 1987.

e aproveitada no campo das armas e sensores militares. São, igualmente, dinâmicos, e os fenómenos inerentes das marés, das correntes e da ondulação estão longe, ainda hoje, de estar completamente investigados e aproveitados nas suas eventuais potencialidades.

Porquê esta breve introdução relativa às características mais salientes do mar? Com ela tenta-se realçar, por um lado, o *valor real do mar*, e, por outro, o seu *valor potencial*, se tomarmos em linha de conta todos os inúmeros e ainda desconhecidos recursos naturais que dele se poderão aparentemente extrair.

A utilização do mar tem 3 componentes principais:

- via de transporte;
- fonte de recursos naturais;
- plataforma para atacar a terra.

Em 500 a.C. Temístocles já concluía que: «Aquele que domina o mar tem o domínio de tudo.»

Mais recentemente, o Almirante Alfred Mahan, que tanto se dedicou ao estudo do mar e da sua utilização para fins estratégicos, declarava que «O Domínio do Mar conduz à vitória em tempo de guerra e à riqueza em tempo de paz».

A utilização do mar como via de transporte é, ainda nos tempos actuais, uma realidade importantíssima, mantendo-se o transporte marítimo como o mais saliente e económico meio de comércio internacional. O mar foi, desde sempre, uma fonte capital de recursos alimentares e desponta, recentemente, como fonte de produtos energéticos e minerais, além de poder conter todo um manancial de riquezas no fundo, por ora não totalmente conhecidas.

As palavras de Temístocles são ainda uma realidade. Porém, deve interpretar-se esse domínio ou controlo do mar como incluindo, não só a sua superfície mas, também, a zona abaixo da superfície do mar.

A História mostra-nos que as nações dominantes ou impérios não deixaram de reconhecer, invariavelmente, a importância que o domínio do mar e a sua utilização adequada tiveram para a realização dos seus objectivos e interesses nacionais. Os gregos contra os persas, os romanos contra os cartagineses, a Europa Ocidental contra os turcos, lutaram, através dos séculos, pelo controlo do Mediterrâneo. Os vikings utilizaram, exaustivamente, o mar para ataques, comércio e exploração de áreas alargadas e desconheci-

das, sendo, depois, seguidos pelos portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, britânicos e alemães. Conforme é unanimemente reconhecido, nas duas recentes guerras mundiais o poder marítimo contribuiu decisivamente para os resultados finais alcançados.

Os americanos e os japoneses foram os últimos a lançar-se para a tentativa de controlo de um oceano, o Pacífico.

Nos tempos mais recentes é a URSS, Potência Continental tradicional, que tenta, pela primeira vez na História, acrescentar a essa condição natural a de ser também uma Potência Marítima.

Conforme já tive ocasião de afirmar, o engrandecimento e a decadência da grande maioria dos povos estão intimamente relacionados com o domínio ou controlo que foram capazes de exercer sobre o mar, designadamente sobre as comunicações marítimas e os modos da sua utilização. Vivemos numa época em que o Mar se revela, mais e mais, como um factor relevante na vida internacional. Os oceanos são um elo de unidade cultural e económica entre as nações, o acesso ao mar é um requisito essencial, pois nenhuma outra alternativa se revela, até ao momento, para substituir as reais potencialidades dos navios. Mesmo para países interiores, como a Áustria e a Suíça, o transporte marítimo é elemento de suporte essencial das importações e exportações de produtos essenciais às suas economias. Atenta-se em que cerca de 80 por cento dos países actuais têm fronteira marítima ou, pelo menos, acesso ao mar, e que cerca de 70 por cento da população mundial ocidental vive e tem os seus principais centros de actividade a menos de 50 km da costa.

Não surpreenderá, assim, a tendência que se mantém universalmente para o crescimento médio dos transportes marítimos, crescimento esse que se tem situado na última década entre os 4 a 6 por cento ao ano. Os transportes marítimos representam cerca de 70 por cento dos transportes mundiais.

Inúmeros factores contribuem para esta situação, os principais dos quais são o baixo valor do frete marítimo em relação ao aéreo e ao terrestre (cerca de 1/100 e 1/10, respectivamente) e a insubstituibilidade do transporte marítimo no âmbito das cargas pesadas, factor por que se mantém como sustentáculo dos transportes de combustíveis e da grande maioria das matérias-primas essenciais.

De notar que, dos cerca de 30 000 navios mercantes existentes no Mundo, aproximadamente metade se encontra constantemente a navegar e que, embora

se trate de um transporte de baixa velocidade em relação aos outros, continua a manter uma melhor relação quantidade/velocidade.

Em Portugal, por exemplo, segundo fontes do Instituto Nacional de Estatística relativas ao comércio externo, o transporte marítimo é responsável por 70 por cento dos transportes totais.

No âmbito militar recordamos aquilo que este meio representou como elemento vital durante as duas guerras mundiais e, mais recentemente, nos conflitos da Coreia e do Vietname. Uma referência ainda à estratégia marítima NATO onde o reforço e reabastecimento da Europa, por parte dos EUA e do Canadá, terão uma componente de apoio vital e essencial no transporte marítimo através do Atlântico Norte, e uma outra referência ao conflito das Falklands, no qual esses transportes constituíram uma base capital de sustentação logística e de transporte militar para um teatro de operações tão distante do Reino Unido e sem quaisquer alternativas de bases de apoio.

As principais Marinhas Mercantes actuais em número de navios disponíveis e tonelagem total são as da Grécia, do Japão, do Reino Unido e da URSS, além das tradicionais de bandeira de conveniência, como a da Libéria e do Panamá. Desde o final da II Guerra Mundial até 1982, as de maior crescimento em número de navios são a da URSS, do Japão e da Grécia.

Como fonte de recursos naturais o mar apresenta, ultimamente, fruto do crescente desenvolvimento tecnológico, perspectivas de riquezas jamais equacionadas ou sequer imagináveis. Mais concretamente são de realçar, no âmbito dos recursos biológicos, as provenientes das novas técnicas de pesca e da maricultura/aquacultura, e, na área dos recursos minerais as novas capacidades e técnicas de extracção do petróleo, de gás, da água, e de um cada vez maior número de minerais essenciais e, por fim, no campo dos recursos energéticos, o aproveitamento das marés, das ondas, das correntes e do próprio gradiente térmico.

Uma palavra ainda à parte alimentar. Como se sabe, o mar contém, como fonte de proteínas, qualquer coisa como 6 a 8 por cento das disponibilidades mundiais conhecidas e cerca de 1/4 das carências em proteínas animais. Daí o papel importante que tem desempenhado, e continuará certamente a desempenhar, como suporte da alimentação mundial em situação de tensão e de guerra.

Os valores da produção das pescas têm vindo a crescer a nível mundial, e estima-se que possam duplicar até ao final deste século. Portanto, têm sido

dados passos significativos nas áreas da investigação, permitindo um melhor conhecimento das espécies marinhas, a aplicação de novas técnicas de pesca e de conservação do pescado e, ainda, a utilização de zonas e regiões não exploradas anteriormente, nomeadamente o Atlântico Sul e a Antártida.

Estatísticas de 1982 indicam como principais produtores de pescas o Japão, a URSS e a China.

No respeitante à maricultura/aquacultura resta saber até que ponto poderá constituir uma alternativa do futuro das pescas, uma vez ultrapassados os ainda difíceis problemas técnicos eventualmente existentes e que a façam emergir como a substituta das pescas tradicionais. É uma solução de capacidade tecnológica intimamente ligada ao custo-eficiência, como é natural. De salientar os esforços que, nesta área, têm vindo a ser desencadeados pela China, Japão e EUA, e a importância que a plataforma continental virá a desempenhar no futuro, caso esta solução encontre a sua viabilidade rentável.

Relativamente aos produtos energéticos e aos minerais, uma referência ao crescente aumento da produção mundial de petróleo extraído do mar (cerca de 20 por cento do total nos tempos actuais) e ao desenvolvimento de novos programas de sondagem e pesquisa que pretendem encontrar viabilidade para capacidades de extracção a maiores profundidades do que actualmente, ainda da ordem de 200/600 metros. No campo dos minerais uma alusão aos nódulos polimetálicos como fontes importantes de minerais essenciais e ao crescente aumento da extracção de urânio da plataforma continental, sem esquecer a quase certa necessidade da transformação, no futuro, da água salgada em água doce, em face das actuais perspectivas de carência no âmbito terrestre.

Quanto à potencialidade da utilização do mar como fonte de recursos energéticos são conhecidos os programas de investigação e desenvolvimento, relacionados com a utilização da energia das marés, das ondas e das correntes e aquilo que elas poderão representar, no futuro, como alternativas às tradicionais fontes de energia.

A nova Lei do Mar, finalizada em 1982, determina um novo regime dos oceanos, que requer e implica um repensar dos interesses e das prioridades nacionais em novas iniciativas económicas, científicas, técnicas e até políticas,

A finalizar estas considerações gerais sobre o valor do mar, uma referência à sua utilização como plataforma para atacar a terra. A História mostra-nos imensos exemplos desta sua aplicação, inclusive nos tempos

actuais. A grande área disponível no mar, aliada a uma possibilidade de grande mobilidade e liberdade de movimentos, fazem do mar uma plataforma ideal para essa projecção para terra.

Recordemos, nos conflitos mais recentes, o assalto anfíbio britânico nas Falklands, o bombardeamento naval americano no Líbano, as presenças navais no golfo, para além de tantos casos de terrorismo contra instalações terrestres, acções de espionagem e, ainda, o incontrolável contrabando, nomeadamente ao nível do chamado mundo do subdesenvolvimento.

2. PODER MARÍTIMO. CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO

Antes de tentar caracterizar a Estratégia Marítima, considero oportuno adiantar alguns conceitos e definições que estarão na base das minhas considerações ao longo desta exposição. O primeiro diz respeito ao Poder Marítimo.

O conceito de poder na sua forma mais elementar pode ser caracterizado, em síntese, como o instrumento ou capacidade disponível para impor uma vontade.

Na sua expressão de mais alto nível, quando respeitante a um Estado ou Nação, é referenciado como Poder Nacional, ou seja, a integração de todos os *meios ou capacidades disponíveis* como um todo, destinados, especificamente, a promover a consecução e a manutenção dos *objectivos nacionais* definidos pela política e mobilizados pela *Vontade Nacional*.

De salientar que esses objectivos nacionais abrangem, normalmente, realizações tanto no âmbito interno como no externo.

Em sumário, existem dois elementos básicos no poder: a *vontade* para actuar no sentido de alcançar os objectivos e as *capacidades ou meios* para os atingir.

Segundo o Almirante Mahan, estrategista já referido, determinados factores geopolíticos, geoeconómicos e humanos, tais como a posição geográfica do território, a sua configuração física, a sua extensão (em particular o seu litoral), a produção nacional, a vocação ou tendência marítima de um povo, e a visão, coragem e competência dos seus dirigentes ou elites, estimulam ou limitam as capacidades das Nações para o exercício das actividades marítimas no seu aspecto geral.

O Estado que disponha de condições viáveis para tentar encontrar no mar a possibilidade de consecução de importantes objectivos nacionais, nomeadamente aqueles que tenham em vista a garantia do Desenvolvimento e da Segurança Nacional — objectivos nacionais permanentes em qualquer Nação Marítima — necessita de construir, em termos de capacidade e vontade nacional, o instrumento adequado a tais propósitos, o chamado Poder Marítimo, ou «Sea Power» na nomenclatura anglo-saxónica.

Dito isto, definirei Poder Marítimo como «a integração de todas as capacidades ou meios relacionados com o mar (capacidades que constituem uma componente importante do Poder Nacional) que permitem aos Estados que as possuem o uso do mar na consecução dos objectivos definidos pela Política».

Tentarei caracterizar este Poder Marítimo um pouco mais.

Para tanto, importa esclarecer quais são essas capacidades ou meios relacionados com o mar.

Colocarei a resposta em dois níveis principais: por um lado as chamadas «fontes» e, por outro lado, os «elementos» do Poder Marítimo.

Como fontes salientes desse Poder são, tradicionalmente, apresentadas as seguintes:

- A atitude e sensibilidade psicológicas da população e do governo em relação às «coisas do mar» ou, mais sucintamente, a mentalidade marítima nacional;
- A geografia do país, com realce por a sua configuração (forma, extensão, continuidade territorial, etc.), a sua posição geográfica, os acessos ao mar, os portos, etc.;
- A capacidade económica nacional, nomeadamente aquela que proporciona a capacidade de construção e reparação navais, a exploração dos recursos marítimos, a investigação científica do mar (a hidrografia, a oceanografia), etc.

Do meu ponto de vista, o facto de ter colocado em primeiro lugar a atitude psicológica tem a sua perfeita justificação.

Penso que não se poderá contestar que vivemos numa época em que a opinião pública desempenha um papel proeminente nos Estados. Sem um perfeito conhecimento e entendimento daquilo que representam, e certamente virão a desempenhar, para o futuro desenvolvimento e segurança mun-

diais as «coisas do mar», não é possível construir e cimentar uma Vontade Nacional consciente e sustentáculo primordial da garantia de conservação e manutenção dos interesses nacionais.

No que diz respeito à geografia, a sua relevância apresenta-se não só pelo facto de ser o factor do Poder Nacional mais estável, mas também por aparecer como denominador comum em praticamente todos os factores desse poder.

Quanto à capacidade económica nacional, que inclui, evidentemente, as capacidades industrial, científica, tecnológica e financeira, quando potencialmente colocadas ao serviço dos objectivos do uso do mar, só poderá ser correctamente orientada e aproveitada quando apoiada por uma visão e vontade políticas fortes e realistas.

Conforme escrevia o Almirante Gorshkov, ex-Chefe do Estado-Maior da Armada da União Soviética, «O Poder Marítimo é um componente do poder económico. Uma marinha é um indicador gráfico de desenvolvimento da economia de um país».

Das fontes do Poder Marítimo enumeradas brotarão os chamados «elementos», essenciais à realização dos objectivos nacionais inerentes. São, tradicionalmente, apresentados os seguintes:

- Os instrumentos da força, nomeadamente o Poder Naval, acrescido de outros com capacidade para projectar a força no mar, como a Força Aérea e o Exército, através da sua componente de defesa costeira terrestre, a guarda costeira (quando exista), a guarda fiscal, etc.;
- As marinhas civis, designadamente as marinhas mercante, de pesca, científica e de recreio;
- As bases em sentido lato, incluindo todos os apoios logísticos em infra-estruturas gerais, tanto em território nacional como em territórios amigos.

O Poder Naval abrange aquilo a que vulgarmente se designa por Marinha de Guerra, ou Armada, isto é, as unidades navais, os meios aéreos orgânicos, os fuzileiros quando não ramo independente, e todo o sistema logístico de apoio.

O conceito de bases em sentido lato aplica-se a todo o sistema logístico de apoio às marinhas em geral e indispensável à sua operação e manutenção.

Deste modo nele estão incluídos os estaleiros navais, os arsenais, os terminais de combustíveis e cargas, as facilidades portuárias, etc, tanto no âmbito interno como no externo do Território Nacional (TN).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA

Caracterizado, ainda que de forma necessariamente sucinta, o Poder Marítimo, parece agora possível avançar para a caracterização da Estratégia Marítima.

Uma definição para orientação geral: «a ciência e a arte que se ocupa da escolha, preparação e emprego do Poder Marítimo (componente do Poder Nacional) em tempo de paz perante antagonismos e em situação de crise ou de guerra para a realização dos objectivos definidos pela política».

Estamos, como é evidente, no âmbito de uma Estratégia não só de grande amplitude de meios e de objectivos, mas também inter-relacionada e interdependente com os outros factores do Poder Nacional, em especial os factores político, económico e militar. No momento em que se têm de equacionar capacidades como o Poder Naval, as marinhas civis e todas as suas bases logísticas indispensáveis, escusado será sublinhar toda a panóplia de complexos e profundos problemas na esfera das decisões políticas, económicas e militares inerentes a esses elementos do Poder Nacional.

Pela definição adiantada, parece evidente que a Estratégia Marítima é inerente ao espaço marítimo, ou seja, trata-se da Estratégia do Poder Marítimo. De notar que vai muito mais além da Estratégia Naval, sendo que esta se refere exclusivamente ao Poder Naval, elemento saliente do Poder Marítimo.

Os objectivos que se pretendem realizar através da Estratégia Marítima são normalmente sintetizados em duas áreas fundamentais:

- A garantia do exercício da exploração económica do mar nas suas duas vertentes principais, da segurança das comunicações marítimas (transporte) e da protecção da exploração dos recursos económicos do mar;
- A possibilidade de utilização do mar como plataforma para atacar a terra;

o que pressupõe, em síntese geral, a possibilidade de controlo ou utilização do mar em proveito próprio e a sua «negação» aos eventuais antagonistas.

Para tanto são indispensáveis não só os meios mas também todo o sistema logístico de apoio, essencial à sua sustentabilidade.

A segurança das comunicações marítimas envolve, por um lado, a defesa e protecção das marinhas civis e, por outro lado, a defesa dos portos, bases, pontos de apoio e o controlo de zonas foais de navegação («choke points») e áreas de acesso respectivas.

A protecção da exploração dos recursos económicos do mar abrange uma vasta área de actividades e meios. É presentemente referenciada como a vigilância e fiscalização das zonas económicas exclusivas (ZEE's), resultantes da nova Lei do Mar.

Salientarei as seguintes operações principais:

- Protecção e apoio das pescas;
- Inspecção e protecção das actividades «off-shore», incluindo a exploração de minerais e de produtos energéticos;
- Protecção do ambiente, designadamente a limitação da poluição marítima;
- Segurança do tráfego marítimo e aéreo naquilo que é designado como o serviço de busca e salvamento (SAR);
- Reforço da autoridade através do controlo das comunicações marítimas e do controlo fiscal (repressão do contrabando);
- Protecção e apoio de outras actividades marítimas como a meteorologia, hidrografia e oceanografia.

Uma palavra sobre o Poder Naval, elemento do Poder Marítimo. O Poder Naval é caracterizado por três elementos essenciais:

- O elemento força, instrumento de guerra à superfície, acima da superfície e em imersão, ou seja, as unidades navais e os seus meios aéreos orgânicos e ainda os fuzileiros, nas marinhas em que não se constituem como ramo autónomo das Forças Armadas, como sucede nos EUA;
- O elemento segurança, integrada essencialmente pelas bases de apoio ou logísticas essenciais para o abastecimento e manutenção do elemento de força e como garantia para a sua sustentabilidade;
- O elemento transporte, constituído, basicamente, pela Marinha Mercante e pelos estaleiros navais ou arsenais.

Como objectivos mais relevantes do Poder Naval, no âmbito da chamada Estratégia Naval, enumeraremos os seguintes:

<i>Em tempo de paz</i>	- Dissuasão a todos os níveis de conflito. - Promoção da ordem/lei no mar. - Defesa no mar dos interesses e objectivos definidos pela política.
<i>Em tempo de tensão ou de guerra</i>	- Actuar como elemento essencial do poder ofensivo militar. - Defesa da soberania no TN. - Protecção das parcelas territoriais no mar. - Apoio a aliados.

Em síntese, este Poder Naval desempenha três funções essenciais na consecução dos objectivos definidos pela política (Estratégia Naval):

- Funções de carácter diplomático;
- Funções de interesse público;
- Funções de carácter militar.

Mais adiante desenvolvê-las-ei mais em pormenor.

4. EMPREGO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA

Caracterizada a Estratégia Marítima nos seus aspectos mais salientes, entrarei agora no âmbito do seu emprego, ou seja, nos modos de realização dos objectivos nacionais relacionados com a utilização do Poder Marítimo.

Iniciarei este capítulo com o Poder Naval. Conforme afirmei, as suas funções básicas abrangem, fundamentalmente, três grandes objectivos da Estratégia Naval:

- Funções de carácter diplomático;
- Funções de interesse público;
- Funções de carácter militar.

A função de carácter diplomático está intimamente relacionada com a direcção da política externa nacional. Ao ser utilizado o Poder Naval nestas funções são tomadas em consideração as suas características ímpares de versatilidade, mobilidade, capacidade de projecção, autonomia e simbolismo. Através da conhecida «presença naval», esse poder desempenha um papel singular no apoio à política externa, designadamente na criação das condições psicológicas para negociação diplomática, partindo de uma posição de força, e naquilo que esta postura representa de capacidade de influência e de prestígio nacional. Por outras palavras, essa presença naval permite, sem dúvida, um significativo aumento da capacidade de negociação, apoiada numa componente de dissuasão de extrema importância, onde a credibilidade da eventual actuação, em caso de necessidade, tem certamente um papel preponderante na condução dessas negociações. Em suma, trata-se de um instrumento potencial importante para o aumento da capacidade da Nação em influenciar, através de intimidação, as orientações de negociações diplomáticas específicas consoante os cenários e, em particular, na condução de crises. Pode, igualmente, ser utilizado a nível diplomático de um modo indirecto, designadamente no apoio a terceiros, na demonstração de uma condição de dependência naval e, ainda, em demonstrações em áreas distantes associadas a objectivos nacionais externos.

Poderíamos encontrar imensos exemplos demonstrativos de que os efeitos que se conseguem com a presença naval são consideravelmente mais significativos do que a decisão de se enveredar pela utilização desse poder de forma ofensiva.

É curioso notar o que se lê num extracto de um documento da política de Defesa Nacional francês:

«A existência do poder naval é uma concreta e permanente evidência da Vontade Nacional, é um dos factores de influência nas relações internacionais, e o seu grau de prontidão, os seus movimentos, podem dar um significado capital à acção diplomática.»

Nos EUA, a utilização do PN, em termos de presença naval, define-se como «o emprego desse poder, aquém da guerra, para a consecução de objectivos políticos, tais como a dissuasão de actos hostis ao interesse nacional, ou encorajando acções favoráveis a este».

Por outro lado, e conforme é constatado claramente durante os últimos anos, na URSS essa presença naval tem como objectivo, dentro da sua política externa de tentativa de hegemonia mundial e numa fraseologia muito peculiar: «a garantia dos laços de amizade com todos os povos do Mundo, contrariar a chantagem político-militar dos imperialismos e defender os movimentos de libertação».

Ainda que a condução de crises seja da competência do poder político, tendo em vista o evitar da guerra e o regresso às condições normais e de paz, não restam dúvidas que, no apoio à diplomacia, o Poder Naval tem vindo a mostrar-se como aquele que mais vantagens traz quando seja indispensável o uso da força no mar, dadas as suas características singulares de prontidão operacional e de flexibilidade.

Uma palavra ainda sobre o chamado «show the flag». É significativo o seu auxílio a manifestações de amizade e de apoio, intimamente ligadas com a melhoria do prestígio nacional.

No respeitante às funções de interesse público já aludi anteriormente à importância actual, fruto da nova Lei do Mar, da vigilância e fiscalização das ZEE's. Trata-se de uma função de policiamento, de auxílio militar à autoridade civil na garantia da ordem e na manutenção da soberania nacional. De realçar que estas funções têm reflexos importantes e participam activamente em outros sectores vitais da Estratégia Nacional, em particular nas estratégias Económica, Diplomática e Psicológica.

A completar estas considerações sobre o emprego do PN dentro de uma Estratégia Naval, uma referência às funções de carácter militar. Para além da importante e indispensável colaboração com os outros ramos das Forças Armadas nas missões inerentes à defesa nacional, garantia da integridade do TN e da Soberania Nacional, o Poder Naval tem o papel relevante no âmbito da dissuasão nuclear estratégica e convencional e, através dos diferentes tipos de operações navais, no controlo do mar, requisito indispensável à protecção e manutenção da ordem internacional no mar.

Os objectivos principais actuais do emprego do Poder Naval no âmbito da Estratégia Naval são os seguintes:

- Controlo do mar para fins militares, económicos e diplomáticos;
- Transporte e abastecimento de forças militares por mar, e a sua protecção;

- Movimento e transporte de forças navais para atendimento de tarefas diplomáticas ou para o seu emprego contra alvos em terra ou no mar;
- Defesa da garantia de exploração dos recursos económicos do mar e do seu leito.

Do conceito tradicional e histórico do chamado «domínio ou senhorio do mar» por parte da Potência Marítima, conceito básico da doutrina de Mahan, apoiado num PN ofensivo, capaz de levar, em qualquer momento e em qualquer lugar, à vitória decisiva no mar sobre o inimigo, tendo em vista a garantia da utilização do mar para objectivos próprios e a negação do seu uso aos antagonistas, tem-se vindo a evoluir, naturalmente, para o novo conceito do «controlo do mar». Não representa outra coisa senão o domínio do mar numa área limitada e durante o tempo necessário para a consecução de uma determinada operação ou objectivo específico. As leis internacionais, limitando cada vez mais as áreas marítimas gerais, bem como a ameaça nuclear, têm vindo a ser os principais responsáveis pela impossibilidade da utilização do PN com o intuito de um domínio completo do mar.

Passemos, agora, ao emprego da componente transporte do Poder Marítimo na Estratégia Marítima.

Segundo estatísticas Lhoyd's para o período de 1945-1980, a Marinha Mercante mundial tem vindo a conhecer um grande crescimento total (2,5 vezes mais em toneladas), é significativo o aparecimento de navios de maiores dimensões (cerca do dobro), um aumento na velocidade de deslocamento da ordem dos 30 por cento e conhece-se uma diferente repartição da tonelagem mundial (petroleiros representam cerca de 40 por cento da tonelagem total, seguida dos transportadores de produtos energéticos e de minerais). Além disso constata-se, como vimos, uma mudança de países com supremacia mercante.

Não é, portanto, de surpreender que a Marinha Mercante seja considerada, actualmente, no emprego da Estratégia Marítima, como a 4.ª Arma ou Ramo das Forças Armadas, importante contributo para a Segurança Nacional em países marítimos, e vital para a segurança do Ocidente, designadamente no campo dos transportes marítimos para fins económicos, e, no campo militar, como apoio ao Poder Naval e como transporte para fins militares (Sealift).

Na URSS a «Morflot» constitui importante reserva para a Marinha de Guerra em tempo de tensão ou de guerra e, em tempo de paz, o seu controlo por parte do Estado tem permitido mantê-la com uma flexibilidade notável de utilização para diferentes eventualidades. No âmbito económico, os baixos custos de frete marítimo que pratica tem-lhe permitido ganhar importantes mercados ocidentais ao ponto de, na actualidade, concretizar cerca de 50 por cento do transporte de mercadorias entre países estrangeiros.

Na zona das pescas, o aumento significativo das frotas por parte de grande número de países, e as alterações jurídicas provenientes da nova Lei do Mar, demonstram claramente a relevância deste elemento do Poder Marítimo para o futuro, e o seu vital contributo para o desenvolvimento económico das nações como objectivo de uma Estratégia Marítima. O peixe é um dos poucos alimentos que tem uma velocidade de produção superior à velocidade de crescimento da população mundial. Daí a importância da exploração dos recursos marinhos para os previsíveis problemas de alimentação de amanhã e como fonte primária de proteínas animais. Por outro lado, o declínio dos recursos naturais na área terrestre conduzirá, inevitavelmente, a um incremento importante da utilização do mar e, paralelamente, à aprovação e promulgação de restrições ao seu acesso, consoante os objectivos pretendidos com a utilização dos oceanos. De tudo resultará uma mais significativa dependência entre o homem e o mar ou, em âmbito geral, um relacionamento cada vez mais estreito entre os Estados e o mar.

Uma referência também ao contributo das indústrias de construção e reparação naval, e das bases para o apoio à reconstrução, manutenção e reparação das frotas nacionais. Qualquer política de expansão e operação das frotas não pode minimizar estes elementos essenciais do Poder Marítimo. O seu contributo é extremamente significativo para o apoio e desenvolvimento de vários sectores industriais nacionais, como no campo económico, naquilo que permite limitar a sangria de divisas e como ajuda ou abaixamento de custos da produção nacional, criando condições de competição internacional, realista e com grandes probabilidades de sucesso.

A terminar estas considerações no âmbito do emprego da Estratégia Marítima, uma palavra final ao «homem do mar» e à mentalidade marítima.

O homem é exactamente aquele que permite qualquer estruturação e dinamismo de acção em todos os sectores do Poder de maneira a integrá-los como um todo.

O seu ensino profissional, numa era de exigências tão grandes nos campos científico e tecnológico, não pode deixar de constituir preocupação primordial dos governantes. Com isso se contribuirá para o cimentar de uma consciência nacional, de uma real mentalidade marítima nacional, em suma, uma opinião pública que acredite firmemente no valor do mar e que esteja consciente do seu inegável contributo para o Desenvolvimento e Segurança Nacional. No caso português, nação marcadamente marítima, ao Atlântico intimamente ligada desde sempre e neste oceano geograficamente dispersa, o mar é o seu principal aglutinante logístico e uma base essencial de coesão nacional.

A terminar, algumas palavras do marechal Montgomery, em 1959:

«As lições da História ensinam-nos que, desde os tempos remotos de Roma, a nação que possui o controlo dos oceanos e mares mais importantes e das suas zonas de trânsito é a que, no final, prevalece.»

5. CONCLUSÕES

- a) O valor estratégico e económico do mar, que sempre constituiu historicamente um facto, tem vindo a aumentar nos tempos mais recentes;
- b) Determinadas regiões, até agora representando um papel selectivamente secundário do ponto de vista mundial, poderão emergir, em futuro breve, para uma posição conspícua mundial (casos da Antártida, da Islândia, da Groenlândia, das Ilhas Atlânticas, etc.);
- c) O crescente aumento demográfico mundial e a estimada futura carência de recursos biológicos e minerais, fazem do mar uma esperança natural, mas também, e em paralelo, uma nova potencial fonte de futuros conflitos de interesses económicos e estratégicos de vária ordem;
- d) Participando o Poder Marítimo em todas as componentes do Poder Nacional, é inegável o papel relevante deste Poder para o Desenvolvimento e para a Segurança das Nações marítimas, em especial do Ocidente;
- e) Dentro dos objectivos principais da Estratégia Marítima sobressai a importância cada vez mais relevante do controlo do mar, designadamente para a manutenção da segurança das comunicações marítimas para fins económicos e militares, e para a garantia da exploração dos recursos económicos do mar;

f) O Poder Naval, elemento da força e componente vital do Poder Marítimo, tem vindo a conhecer um crescente aumento de importância, baseado nas suas relevantes funções no âmbito da Estratégia Naval. Salientam-se, não só em termos de tendências mais recentes mas igualmente considerando expectativas realistas, as seguintes:

- A importância dissuasora das forças navais, nomeadamente ao nível do poder nuclear estratégico (SLBM's) e do poder convencional;
- O contributo essencial para a condução de crises e resolução de conflitos de baixa intensidade através das operações de vigilância marítima e de presença naval.

A. M. Quesada Andrade

Contra-almirante
Subdirector do ISNG

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«DEFENSA» (ESPANHA), de Janeiro de 1988

O Exército dos Estados Unidos, após uma avaliação sem precedentes, decidiu adoptar o sistema de mísseis «ADATS», da firma Oerlikon-Bührle, para a defesa aérea das suas divisões estacionadas na Europa.

O mesmo sistema havia sido já adoptado pelo Canadá, mediante o programa LLAD.

A decisão final americana foi tomada em 29 de Novembro do ano passado face a quatro importantes competidores.

Para a obtenção do contrato a Oerlikon trabalhou em cooperação com a firma norte-americana Martin Marietta.

Já se sabe que o «ADATS» das forças armadas norte-americanas será montado sobre um *chassis* «M-3 Bradley».



A empresa suíça SIG, uma das mais famosas firmas do mundo no fabrico de pistolas e espingardas de assalto, recebeu do Governo Federal suíço a confirmação do fabrico de 135 000 espingardas, sobre um total previsto de 600 000 pedidos.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 8 a 14 de Janeiro de 1988

A Austria, principal país de acolhimento para os refugiados da Europa de Leste depois de 1956, decidiu não conceder mais asilo político a cidadãos polacos e húngaros. Os refugiados destes dois países e, também, os naturais da Jugoslávia que, sobretudo, procuram refazer as suas vidas num país mais rico do que o seu próprio, tinham-se constituído numa carga insuportável para o Orçamento do Estado austriaco.



Um milhão de mortos, prisioneiros ou desaparecidos, é o terrível balanço feito por autoridades militares quando o conflito Irão-Iraque entrou no seu oitavo ano. A repartição das perdas entre os dois beligerantes é muito desigual porque, normalmente, apontam-se 3 vítimas iranianas para uma iraquiana.

Assim, Teerão totaliza em sete anos 250 000 mortos, 500 000 desaparecidos e 5000 prisioneiros.

RELATÓRIO CC PRODUÇÕES - LISBOA, 880211-A, de Fevereiro de 1988

Os valores da Defesa na África Austral

De acordo com uma retrospectiva recente do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, os gastos com a defesa estão a baixar na maior parte do continente africano a sul do Sara.

No entanto, contas feitas, essa tendência de baixa não se verifica, antes pelo contrário, na África Austral.

Assim, o total gasto com a defesa, na região subsariana, é de cerca de 8 biliões de dólares. Mas a soma só dos orçamentos de defesa na África do Sul, Angola, Moçambique e Zimbabwe ronda os 4 biliões de dólares.

Especificando, com base nos dados detidos por aquele bem informado instituto internacional, o panorama é bem expressivo, como a seguir veremos, país a país, dos considerados, na África Austral.

ÁFRICA DO SUL

Orçamento: 3,29 biliões de dólares.

Total das Forças Armadas:	97 000 membros efectivos e 32 500 reservas.
Força Territorial do Sudoeste Africano:	22 000.
Comandos paramilitares:	130 000.
Comandos aerotransportados:	20 000.
Polícia sul-africana:	55 000.

Oposição

Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO): cerca de 8900.
 Congresso Nacional Africano (ANC): cerca de 10 000 treinados.

ANGOLA

Orçamento: 1 bilhão de dólares.

Total das Forças Armadas: 53 000 (incluindo 10 000 guerrilheiros e 24 000 recrutas).

Reservas paramilitares:	50 000 na milícia.
Guardas de fronteira:	7 000.
SWAPO:	8 900.

Tropas estrangeiras

Cuba: 28 000 (mais de 8000 conselheiros civis).

Alemanha de Leste: 500 conselheiros de segurança e informações.

Coreia do Norte: 4000.

Portugal: 100, incluindo pilotos de combate e técnicos sob contrato.

União Soviética: 950 conselheiros e técnicos.

ANC: cerca de 1000.

Oposição:

União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA): cerca de 26 000 regulares e 34 000 na milícia.

Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA): afirma cerca de 5000, mas a força actual resume-se a 250.

Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC): 200 a 300.

*Equipamento**Exército:*

Carros de combate: 130 «T-34», 260 «T-54/55», 90 «T-62», 50 «PT-76».

Veículos blindados: 200 «BRDM-2», 255 «BTS-40/50/60/152».

Artilharia: 460 canhões/morteiros, de 76 mm, 85 mm, 100 mm, «SU-100 SP», 122 mm, 130 mm, 152 mm.

Lança-foguetes: 75 «BM-21» de 122 mm.

Anticarro: 900 «RCL» de 75 mm, 82 mm, 107 mm e «AT-3 Sagger».

Defesa antiaérea: mais de 300 canhões.

Força Aérea:

Cerca de 136 aviões de combate e 27 helicópteros armados.

Caças de ataque ao solo: 4 esquadras com 23 «Mig-23», 63 «Mig-21 MF», 12 «Sukhoi Su-22».

Interceptores: 3 esquadras, uma com 8 «Mig-19», duas com 30 «Mig-21 Bis».

Reconhecimento marítimo: 1 «Fokker F-27 MPA».

Transporte: 2 esquadras com 3 «C-47» («DC-3»), cerca de 12 «CASA C-212», 10 «Antonov AN-2», 12 «AN-12», 29 «AN-26», 4 «PC-6 Turbo-Porter», 8 «BN-2 Islander».

Helicópteros: duas esquadras com 21 «MI-25», 13 «MI-17», 50 «MI-8», 24 «SA-316B Alouette III», 4 «SA-365N Dauphin», 6 «AS-346 Gazelle», cerca de 6 «IAR-316B».

Mísseis terra-ar: 10 Baterias, 12 «SA-2 Guideline», 40 «SA-3 Goa», 72 «SA-6 Gainful», 48 «SA-8 Gecko» e «SA-9 Gaskin».

MOÇAMBIQUE

Orçamento: 146,5 milhões de dólares.

Total das Forças Armadas: 31 700 (incluindo cerca de 10 500 recrutas).

Guardas de fronteira paramilitares: 9 500.

Milícias a nível provincial e local de dimensão desconhecida.

Tropas estrangeiras:

Cuba: 600.

União Soviética: 850.

Coreia do Norte: 60.

Alemanha de Leste: 50 conselheiros de segurança.

Zimbabwe: 6000 a 12 000.

Tanzânia: 650.

Malawi: 400.

Oposição:

RENAMO: 18 000.

Equipamento

Exército:

Carros de combate: 150 «T-34», cerca de 100 «T-54/55».

Veículos blindados: 30 «BRDM-1/2», 16 «BMP Sagger», 2 «BTR-60/152».

Artilharia: 200 bocas de fogo, incluindo «M-1942» de 76 mm, «D-44» de 85 mm, 24 «M-1944» de 100 mm, 24 «M-46/D-30» de 130 mm.

Morteiros: «M-101» de 105 mm, «M-1938» de 122 mm, e 20 «D-1» de 152 mm.

Lança-foguetes: 30 «BM-21» de 122 mm.

Anticarro: «B-10» de 75 mm e 82 mm, «B-11» de 107 mm, «AT-3 Sagger».

Defesa antiaérea: 400 peças.

Força Aérea:

Cerca de 69 aviões de combate.

Caças de ataque ao solo: 5 esquadras com cerca de 15 «Mig-17», 3 «Mig-19», 35 «Mig-21».

Helicópteros: 2 esquadras com 10 «MI-8», 12 «MI-24/25».

Transporte: 1 esquadra com um «Tupolev TU-134», 8 «Antonov AN-26».

ZIMBABWE

Orçamento: 389,6 milhões de dólares.

Total das Forças Armadas: 47 000.

Polícia: 15 000.

Unidade de Apoio à Polícia: 3 000.

Milícia Nacional: 20 000.

Oposição:

Movimento para a Liberdade Nacional do Zimbabwe: cerca de 1500.

Equipamento

Exército:

Carros de combate: 8 «T-54», 35 «CH T-59».

Veículos armados: 90 «EE-9 Cascavel» (canhão de 90 mm), 28 «AML-90 Eland», 4 «Ferret», 15 «BTR-152», 10 «CH Type 63».

Artilharia: Canhões/Morteiros: «M-1942» de 76 mm, 24 «PDR» de 28 mm, 18 «M-56 Pack» de 105 mm, 16 «CH Type 60» de 122 mm.

Antitanque: 12 «RCL» de 107 mm.

Força Aérea:

Cerca de 49 aviões de combate, dos quais talvez 25 operacionais.

Bombardeiros: 1 esquadra com 5 «Camberra B-2», 2 «T-4».

Caças de ataque ao solo: 2 esquadrões um com 13 «Hunter FGA-9», outro com 12 «Zian J-7».

Caças: 1 esquadra com 7 «Hawk T-54».

BOTSWANA

Orçamento: 27,29 milhões de dólares.

Total das Forças Armadas: 3 250.

Polícia: 1 000.

ZÂMBIA

Orçamento: desconhecido.

Total das Forças Armadas: 16 200.

Unidade de Polícia Móvel: 700.

Unidade paramilitar de Polícia: 500.

MALAWI

Orçamento: 20,65 milhões de dólares.

Total das Forças Armadas: 5 200 activos e
1 000 reservas.

Polícia: 1 000.

TANZANIA

Orçamento: 223,4 milhões de dólares.

Total das Forças Armadas: 4 000 activos e
10 000 reservas.

Polícia: 1 500.

Milícias de cidadãos: 100 000.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Fevereiro de 1988

O Exército espanhol vai receber em Fevereiro de 1988 as primeiras unidades do míssil «Roland» para defesa antiaérea a baixa altitude, dos quais foram recentemente adquiridos 18 sistemas de tiro, devendo estar a entrega concluída em Novembro de 1988.

O contrato de aquisição estabelece que a indústria nacional tomará a seu cargo o fabrico de uma parte importante do sistema, alcançando quase os 60 por cento do custo total, com um valor acrescentado em Espanha que superará os 12 000 milhões de pesetas.

«DEFENCE» (REINO UNIDO), de Fevereiro de 1988

Embora se mantenham as negociações com a empresa Vickers, o Governo britânico ainda não tomou a decisão de substituir no Exército Britânico do Reno (BAOR) os antigos carros de combate «Chieftain» pelos «Challenger 2».

O carro de combate «Challenger 2» tem uma torre bastante melhorada e um canhão de 120 mm com capacidade para disparar munições endurecidas com urânio.

Quando for dotado com um sistema de tiro mais eficiente, como, por exemplo, o do «Leopard II» ou do «M1», o «Challenger» poderá vir a ser melhor que o carro de combate alemão ou que o americano.

A imprensa já noticiou que uma encomenda potencial de 500 «Challenger» havia sido feita, o que elevaria para 920 o número total destes carros em serviço no Exército britânico.

*
* *

Dez empresas estabeleceram entre si um acordo para o estudo e o desenvolvimento de um sistema naval de luta antiaérea.

As dez companhias pertencem a seis países NATO (Canadá, Holanda, Espanha, RFA, Reino Unido e EUA).

Também participam no mesmo programa a General Electric's Government Electronic Systems Division, dos Estados Unidos, e a Spar Aerospace, do Canadá.

Em Dezembro último o US Naval Sea Systems Command apresentou um pedido de propostas para a primeira fase do programa, constituída pelo estudo do conceito de exploração, o qual deverá incluir o projecto, desenvolvimento e produção e apoio logístico de um sistema embarcado destinado à defesa contra mísseis antinavio ou contra outros tipos de ameaça aérea.

Tal sistema deverá ser aplicado a todos os navios do tipo fragata, ou superior, de todas as nações participantes.

*
* *

O contra-almirante Egil J. Eikanger, chefe do Departamento de Informações das Forças Armadas norueguesas, revelou, em 18 de Janeiro, durante uma conferência na Sociedade Militar de Oslo, que os soviéticos tinham construído uma nova base para os submarinos da classe «Typhon», em Guba Zapadnaya Litsa, a cerca de 50 km da fronteira norueguesa.

Esta base permite o emprego dos submarinos soviéticos nas suas «áreas de guerra» em muito menor tempo, atribuindo às forças anti-submarinas da Aliança Atlântica muito menos tempo para detecção e neutralização da ameaça.

COMUNICADO DE IMPRENSA DA OTAN, de 2 de Fevereiro de 1988

O acordo relativo à fase de definição do projecto do programa de fragata OTAN foi assinado pela França e pelo Reino Unido. Deste modo, todos os países que participam no programa (Canadá, França, RFA, Itália, Países Baixos, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos) já assinaram o acordo.

A fase de definição do projecto deste importante programa de cooperação teve, oficialmente, o seu início em 25 de Janeiro de 1988.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 13 de Fevereiro de 1988

A Espanha (Exército) comprou 4 sistemas de mísseis terra-mar «Harpoon», montados em veículos, para aplicar na defesa costeira da região de Gibraltar, a operar por Regimentos de Artilharia de Costa. A Espanha já havia também adquirido mísseis «Harpoon» (ar-mar) para os seus aviões «EF-18».

«US NEWS AND WORLD REPORT» (EUA), de 15 de Fevereiro de 1988

Os EUA estão preocupados com o aumento das possibilidades de espionagem, em boa parte consequência da política de abertura da URSS (quadruplicação de turistas soviéticos nos EUA) e da circunstância de cidadãos soviéticos, ao abrigo do Tratado INF, poderem vir a andar por mais de 22 locais diferentes nos EUA.

Existem problemas com a eficácia da contra-informação, que precisa de ter em atenção cidadãos americanos amorais, com problemas financeiros, ou tão-somente ambiciosos. Inclusive pensa-se reunir toda a actividade de contra-informações, hoje dispersa pela CIA e pelo FBI, numa autoridade central, para melhorar a eficácia da actividade.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 19 a 25 de Fevereiro de 1988

O Governo de Paris realizou um gesto em favor do Governo marxista de Maputo. Um oficial francês, que será provavelmente seguido de um segundo «instrutor», vai ser enviado a Moçambique para prover à segurança,

graças a uma rede rádio, do caminho de ferro que liga o Malawi ao porto de Nacala.

Esta via férrea, cuja reparação está cometida à Sociedade Francesa Spie-Batignoles, está muito frequentemente submetida aos ataques de gerilheiros da RENAMO.



O Presidente da República do Zaire, Sese Seko Mobutu, efectuou em Fevereiro duas visitas «privadas» a França a fim de contactar com François Mitterrand e com Jacques Chirac, aos quais apresentou uma relação importante de pedidos de equipamentos militares.

Inquieto pela ineficácia das suas forças no Shaba, na fronteira angolana, pediu um auxílio de alguns biliões de francos para «restabelecer a capacidade de dissuasão» das suas Forças Armadas.

O marechal Mobutu pretendia, entre outras coisas, que melhorassem a Força Aérea, essencialmente constituída por aviões de transporte e por «Mirage 5».

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 20 de Fevereiro de 1988

O Conselho de Ministros da Espanha decidiu remeter às Cortes um decreto-lei que permitirá o acesso das mulheres, como profissionais de pleno direito, aos Exércitos e à Guarda Civil. De imediato as mulheres poderão participar nas convocatórias de incorporação em academias militares de 24 corpos e escalas técnicas. No futuro outras normas legais ampliarão as possibilidades de acesso de mulheres aos Exércitos, incluindo unidades de combate. As mulheres poderão alcançar todas as graduações e postos, desde cabo a general.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 27 de Fevereiro de 1988

Os EUA estão a expandir as suas Forças de Operações Especiais (SOF — Special Operation Forces), tendo em consideração que os Conflitos de Baixa Intensidade (LIC — Low Intensity Conflicts) serão a forma mais provável de

guerra com que os EUA poderão ter de se haver num futuro previsível.

As SOF assumem assim uma das mais altas prioridades, tendo já sido recrutados 40 000 homens e mulheres oriundos de unidades do activo e da reserva para o desempenho de missões clandestinas e não convencionais. Entre os seus meios contar-se-ão aviões e embarcações adequadas (incluindo submarinos), tendo em vista dotar as SOF com capacidade de infiltração e de retirada.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 29 de Fevereiro de 1988

O MDN da Espanha investirá nos próximos 4 anos mais de 150 000 milhões de pesetas em sistemas de apoio e infra-estruturas para o Grupo Aeronaval de Combate da Armada, que estará operacional dentro de 2 anos, e cujo custo excederá amplamente os 300 000 milhões de pesetas. Este Grupo contará com o porta-aéreos «Príncipe das Astúrias», que em Maio próximo entrará ao serviço da Armada, e 4 fragatas anti-submarinas construídas no Ferrol, sob licença dos EUA.

Além do Grupo citado está prevista a construção de pelo menos 5 ou 6 draga-minas e 1 navio de reabastecimento. Quanto aos draga-minas poderá merecer preferência um modelo italiano e, quanto ao navio de reabastecimento, ele deslocará 17 000 toneladas (praticamente as mesmas do porta-aéreos).

«DÉFENSE ET ARMAMENT HERALLES» (FRANÇA), de Março de 1988

Foram entregues ao Exército espanhol os primeiros 6 helicópteros «Super-Puma AS-332» para as Forças Armadas Móveis, duma série de 18 encomendados. Os restantes 12 serão montados na firma espanhola CASA, em Madrid. A Força Aérea espanhola já tem 12 «Super-Pumas».

*
* *

O Ministério da Defesa da Espanha pediu um estudo à firma Santa-Bárbara para uma blindagem mais eficaz contra armas anticarro, destinada à modernização de 150 carros «AMX-30». A modernização destes carros

começou já em 1986 com a integração dum novo motor, em 1987, com a modificação do *chassis* e com a inclusão dum novo sistema de controlo de tiro, com visão nocturna.

*
* *
*

O Conselho de Ministros de Espanha aprovou a compra de 5 aviões «P-3B Orion» à Força Aérea da Noruega (versão «TAC/NAV»), para substituir os «P-3A Orion» considerados obsoletos, e que serão restituídos aos EUA no final do contrato de empréstimo ao abrigo do qual têm estado em Espanha.

*
* *

Numa alteração à sua política de defesa o Governo do Japão pode vir a considerar a aquisição, num futuro próximo, de um porta-aviões anti-submarino, da classe inglesa «Invincible» (a qual se evidenciou na crise das Falklands, com os seus aviões «Harrier» de descolagem e aterragem curta e/ou vertical). A ser tomada tal decisão, que teria de ter o acordo prévio da Inglaterra, é quase certo que o navio seria construído no Japão, mas Londres beneficiaria dum contrato de transferência de tecnologia. Além do mais poderia estar prevista a aquisição à Inglaterra de aviões «Harrier» e helicópteros «Westland» para equipar o porta-aviões em questão.

*
* *

O Paquistão fez um arranjo com a Turquia para a modernização dos seus carros de combate «M-48», pelo qual o motor a gasolina será substituído por outro a diesel, e a peça de 90 mm por outra, com novos sistemas eléctricos de controlo de tiro.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Março de 1988

O Ministério da Defesa da França encomendou à firma Aerospatiale a aquisição de trinta helicópteros «AS332M Super-Puma» com destino à Força de Acção Rápida (FAR).

Os aparelhos, cujos últimos exemplares serão entregues em 1990, destinam-se ao transporte tático e logístico, visto tratar-se de modelos da versão maior, com a capacidade de transporte de 24 «comandos» a 800 km de distância.

Existem actualmente 120 «Super-Puma» em serviço, mas há mais encomendas de 280 unidades por parte de trinta e quatro países.



O Exército espanhol passará a contar com dois radares «AN/TPQ-36» adquiridos à empresa Hughes.

Este sistema, que foi seleccionado depois de submetido a estudos táticos, técnicos e económicos, encontra-se actualmente em serviço nos exércitos da Noruega, Holanda, Estados Unidos e da RFA.

Com esta aquisição, a Espanha satisfaz parcialmente as necessidades deste tipo de material, embora o planeamento a médio prazo preveja a obtenção de mais três equipamentos, sendo dois para o exército de terra e um para a infantaria da marinha.

O valor do contrato ascende a 1203 milhões de pesetas, 65 por cento dos quais é compensado por transferências de tecnologia e por conhecimentos para a manutenção, formação de pessoal especializado e, ainda, pela cooperação de determinados elementos por empresas espanholas.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 5 de Março de 1988

Tem-se verificado redução na actividade naval da URSS, porventura devido a razões de economia e adopção duma actividade militar menos agressiva, em consonância com iniciativas diplomáticas no mesmo sentido.

Por exemplo, verificou-se notória redução de exercícios navais da Marinha da URSS no mar da Noruega e de visitas navais a Cuba e a outras áreas sensíveis. Por outro lado, mas isso por certo devido a ter aumentado o alcance dos mísseis embarcados nos submarinos, estes passaram a actuar mais ao abrigo do litoral soviético e sob a calota polar, donde podem alcançar alvos na Europa e nos EUA.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 12 de Março de 1988

O Conselho de Ministros da Espanha decidiu quais os sectores em que os objectores de consciência deverão prestar serviço, destinando-os à Protecção Civil, à conservação do meio ambiente, à melhoria do meio rural, à protecção da natureza e à saúde. Além disso, os objectores de consciência poderão ser encarregados de prestar serviços sociais, particularmente os respeitantes à acção comunitária, familiar e de protecção de menores e adolescentes, terceira idade e minorias étnicas. No mesmo âmbito poderão dedicar-se a tarefas destinadas à prevenção da delinquência e reinserção social dos alcoólicos, dos toxicómanos e dos ex-reclusos. Em todos os casos, as tarefas a cumprir pelos objectores de consciência terão lugar no âmbito de entidades não lucrativas ou em centros dependentes das Administrações Públicas.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 16 de Março de 1988

Os EUA estão a fabricar uma nova blindagem para carro de combate com recurso a urânio, capaz de se opor com êxito a qualquer arma anticarro da URSS. Segundo fonte oficial, os novos carros «M-1 Abrams» serão equipados a partir de Outubro com a nova blindagem, 2,5 mais densa que a de aço. O Pentágono considera esta inovação de grande importância, pois que poderá levar à URSS uns 10 anos a conseguir contrabalançá-la. Esta iniciativa insere-se já na melhoria de forças convencionais, pela via qualitativa, que convirá tomar na sequência da entrada em execução do Tratado para a eliminação dos INF. Os EUA já contam com 1500 carros «M-1 Abrams», dos quais chegarão os primeiros à Europa no fim do ano.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 18 de Março de 1988

Os Ministros espanhóis da Defesa e dos Negócios Estrangeiros ainda não se pronunciaram sobre a tese exposta na Jugoslávia, por Gorbachev, no sentido dos EUA e da URSS reduzirem progressivamente as suas presenças militares no Mediterrâneo.

Para a Espanha, o Mediterrâneo Oriental e o estreito de Gibraltar são os principais pontos de interesse estratégico. Mas, além disso, algumas bases espanholas constituem pontos chaves para a VI Esquadra americana, que mantém no Mediterrâneo cerca de 40 navios, entre os quais um ou dois porta-aviões — com uma centena de aviões embarcados em cada um —, seis submarinos nucleares, dez «destroyers» e fragatas, dez navios de apoio logístico e quatro navios de desembarque.

As bases mais utilizadas pela VI Esquadra são as de ROTA (Cádiz), Gaeta e Nápoles (ambas em Itália). A partir destas bases dezenas de aviões de patrulha marítima operam diariamente.

Por sua vez a V Esquadra soviética conta no Mediterrâneo com cerca de 40 navios, metade dos quais são de informações, destinados à escuta e seguimento de navios ocidentais.

Entre os restantes figuram seis «destroyers», seis submarinos (alguns dos quais nucleares) e dez navios de apoio.

A URSS não dispõe de bases permanentes no Mediterrâneo, mas apenas de centros de apoio logístico na Síria, na Líbia e na Jugoslávia.



O Governo espanhol poderá ter um representante no Conselho de Defesa e Segurança, criado em Novembro pela França e pela República Federal da Alemanha, no caso da Espanha decidir, como parece provável, incorporar tropas suas na brigada mista franco-alemã.

Em princípio o Governo espanhol parece inclinado a participar no Conselho e na brigada, mas fontes oficiais insistem não se ter passado ainda do «período de reflexão», iniciado no final de 1987.

Embora não tenha havido ainda um convite formal nesse sentido, as autoridades da RFA e da França — em especial as últimas — têm demonstrado um grande interesse em que a Espanha participe nessa iniciativa que, se no seu começo, apenas se destinava àqueles dois países, poderá constituir um embrião de um novo fórum europeu para a construção da defesa do Continente, ainda que sem a exclusão do apoio americano. Como ponto prévio o Governo espanhol teria que decidir se uma unidade do Exército se integrará na brigada mista franco-alemã. Embora ainda não exista qualquer decisão a este respeito, especula-se com a possibilidade de incorporar na bri-

gada uma unidade de pára-quedistas ou de helicópteros anticarro. Se chegar a ser tomada esta decisão, o passo seguinte será a presença espanhola no Conselho de Defesa e Segurança.

Das missões atribuídas a este Conselho consta a adopção de posições comuns quanto a problemas de segurança, a decisão de criação de unidades mistas e o estudo de aspectos relacionados com a segurança da Europa, incluindo o controlo de armamentos, e a consecução de uma política europeia comum para o fabrico de armas.

Na opinião de altos funcionários do Governo de França, tanto a Espanha como a Itália e a Holanda demonstraram já «certo interesse» em se juntarem à iniciativa franco-germânica.

A Espanha participa já activamente noutros «fora» europeus de defesa, como o Eurogrupo e o Grupo Europeu Independente de Programas, e já expressou o seu desejo de participar na União Europeia Ocidental (UEO).

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 18 de Março de 1988

A União Soviética efectuou agora o primeiro lançamento pago de um satélite, informou um porta-voz da agência espacial Glavkosmos. Um satélite da União Indiana foi colocado em órbita a partir do centro espacial de Baikonur, na República do Cazaquistão, na Ásia Central.

O satélite «IRS» vai operar durante três anos para permitir o estudo das florestas, dos recursos aquáticos e dos jazigos minerais da Índia.

Este lançamento foi o primeiro efectuado em termos comerciais para um país estrangeiro, e embora ainda não tenham sido consumados outros contratos, mais algumas negociações estão já em curso.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 26 de Março de 1988

Os MDN da França e da Espanha aprovaram os últimos detalhes de um acordo bilateral de cooperação aeronaval no Mediterrâneo, e da participação espanhola no satélite francês de observação militar «Helios» em que também participa a Itália.

Ambos os acordos são de base trilateral (França, Espanha e Itália) para garantir a segurança e a defesa do Mediterrâneo Ocidental, e salientam que

«a coordenação de defesa entre aliados e amigos, que tem como objectivo a construção europeia, não necessita de definição estratégica de um inimigo potencial».

O acordo de cooperação aeronaval visa a coordenação de exercícios das respectivas frotas.

O acordo sobre o «Helios» prevê um centro de recepção de dados nas Canárias.

O acordo prevê ainda a eventual utilização conjunta de aviões «AWACS».

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

